

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

162 jan./mar. 2009

Sumário

5

Carta do editor

Economia em destaque

6

Efeitos da crise financeira internacional no nível de atividade econômica

Carla do Nascimento

Entrevista

12

Medidas anticrise e perspectivas para 2009

João Sicsú

14

Crise internacional e os desafios da economia ecológica

Ricardo Abramovay

Artigos

22

Análise dos investimentos industriais previstos para a Bahia por Territórios de Identidade e setores de atividade econômica entre 2008 e 2012

Fabiana Karine S. Andrade

28

PIB arrefece no quarto trimestre, mas economia baiana registra crescimento de 4,8% em 2008

Denis Veloso da Silva, Gustavo Casseb Pessoti

36

Transformações na dinâmica da economia baiana: políticas de industrialização e expansão das relações comerciais internacionais

Gustavo Casseb Pessoti, Marcos Guedes Vaz Sampaio

50

Relação entre Gastos Públicos e Crescimento Econômico: uma análise com dados em painel para o Nordeste

Urandi Roberto Paiva Freitas, Armando Affonso de Castro Neto, Isaac Coimbra Lôu

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
JAQUES WAGNER

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
WALTER PINHEIRO

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA
JOSÉ GERALDO DOS REIS SANTOS

CONSELHO EDITORIAL
Antônio Plínio Pires de Moura, Celeste Maria Philigret Baptista, Edmundo Sá Barreto Figueirôa, Jair Sampaio Soares Junior, Jackson Ornelas Mendonça, José Ribeiro Soares Guimarães, Laumar Neves de Souza, Marcus Verhine, Roberto Fortuna Carneiro

DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICAS
Edmundo Sá Barreto Figueirôa

COORDENAÇÃO GERAL
Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Elissandra Alves de Britto, João Paulo Caetano Santos

EQUIPE TÉCNICA
Carla Janira Souza do Nascimento, Joseanie Aquino Mendonça, Patrícia Cerqueira, Rosângela Ferreira Conceição

REVISÃO DE LINGUAGEM
Maria José Bacelar Guimarães

COORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA – COBI
Ana Paula Sampaio

NORMALIZAÇÃO
Raimundo Pereira Santos

COORDENAÇÃO DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES – CODIN
Márcia Santos

EDITORIA DE ARTE E DE ESTILO
Elisabete Cristina Teixeira Barretto, Renata Alves (estagiária)

PRODUÇÃO EXECUTIVA
Mariana Brito

DESIGN GRÁFICO/EDITORIAÇÃO/ ILUSTRAÇÕES
Nando Cordeiro

FOTOS
Agecom, Stock XCHNG

IMPRESSÃO
EGBA
Tiragem: 1.000

58

100 anos de DNOCS: marchas e contramarchas da convivência com as secas

André Silva Pomponet

66

Determinantes da demanda de hortaliças orgânicas em Ilhéus

Raquel Barbosa Nogueira,
Patrícia Lopes Rosado,
Andréa da Silva Gomes

Ponto de vista

72

Financiamento em tempos de crise

Luiz Alberto Petitinga

Investimentos na Bahia

74

Investimentos industriais previstos deverão gerar até 2012 um volume de aproximadamente R\$ 74,0 bilhões

78
Livros

80
Conjuntura Econômica Baiana

Indicadores Conjunturais

91

Indicadores econômicos

97

Indicadores sociais

107

Finanças públicas

Colaboraram com este número as jornalistas Ana Paula Porto e Luzia Luna.

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte. Esta publicação está indexada no *Ulrich's International Periodicals Directory* e no *Qualis*.

Conjuntura & Planejamento / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. n. 1 (jun. 1994) - Salvador: SEI, 1994 - .

Trimestral
Continuação de: Síntese Executiva. Periodicidade: Mensal até o número 154.
ISSN 1413-1536

1.Planejamento econômico - Bahia. I. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

CDU 338(813.8)


SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS
ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA


TERRA DE TODOS NÓS
Secretaria do Planejamento

Av. Luiz Viana Filho, 4ª Avenida, 435, CAB
Salvador (BA) Cep: 41.745-002
Tel.: (71) 3115 4822 Fax: (71) 3116 1781
www.sei.ba.gov.br sei@sei.ba.gov.br

BAHIA ANÁLISE & DADOS

publique seu artigo

tema **Cidades**

**prazo para
entrega dos artigos**

20 de julho de 2009

informações

www.sei.ba.gov.br

3115-4708 e 3115-8679

endereço eletrônico

para envio dos artigos

aedcidades@sei.ba.gov.br

coordenação editorial

Patricia Chame Dias

Ilce Carvalho

Carta do editor

As políticas fiscais e monetárias são os principais instrumentos de que dispõem os governos para manter o nível de atividade econômica em meio à crise financeira mundial. Sobre esses efeitos, eles podem ser maiores ou menores, a depender do posicionamento das autoridades políticas, no caso da Bahia, o Governo do Estado, no sentido de promover ações que estimulem a recuperação da atividade econômica. Obviamente, a maior parte destas ações está restrita à esfera federal, como, por exemplo, a redução da taxa de juros e a redução de alíquotas de impostos federais.

No que concerne ao governo estadual, este tem tomado medidas que visam reduzir os efeitos da crise sobre a economia baiana, bem como para retomar o crescimento econômico. Uma das principais medidas adotadas foi o parcelamento do recolhimento de ICMS para as empresas e indústrias atuantes no estado. Com isto, procura-se garantir aos contribuintes a capacidade de honrar seus compromissos diante do fisco estadual. Além dessa medida, o governo estadual atua com a liberação dos créditos fiscais de ICMS e a manutenção da política salarial dos funcionários públicos. Finalmente, a continuidade das obras do PAC, como, por exemplo, a via expressa, dentre outras, são ações que dinamizam a atividade econômica e tendem a reduzir os impactos da crise mundial.

Porém, se a crise econômica é um imperativo para a atuação do governo, que intenta salvaguardar a economia dos impactos da crise internacional, também o é para os próprios governantes, na medida em que tais efeitos são sentidos na sua principal fonte de financiamento, a arrecadação de impostos.

Dessa forma, na medida em que o governo é conclamado a atuar de forma a propiciar um ambiente que seja benéfico para as empresas que atuam no estado, basicamente através da redução ou parcelamento de tributo (ICMS), bem como com ações que mantenham um satisfatório desempenho da economia, ele também deve estar atento à sua capacidade de executar tais medidas, visto que a redução da atividade econômica reduz a arrecadação estadual e, dessa forma, o poder de ação do governo para manter o nível de atividade econômica. Ou seja, o governo terá de solucionar dois problemas: redução da sua base de arrecadação, devido à queda na atividade econômica; e redução da arrecadação, por conta dos benefícios concedidos às empresas atuantes no estado. As próximas decisões do governo serão de fundamental importância tanto para a retomada do crescimento econômico quanto para a capacidade de financiamento do governo do estado.

Efeitos da crise financeira internacional no nível de atividade econômica

Carla do Nascimento*

A partir do fechamento dos indicadores econômicos para o ano de 2008 percebe-se claramente que a crise financeira internacional abalou alguns setores da economia brasileira, refletindo negativamente sobre as taxas de crescimento projetadas para o produto interno. Este é o caso, principalmente, do setor industrial, e mais especificamente da indústria de transformação, na qual se vislumbrava um crescimento sustentado tanto para o ano de 2008 quanto para 2009. Após a consolidação desses resultados, observou-se taxas bem abaixo das expectativas. O fraco desempenho da atividade econômica nos últimos meses de 2008 atingiu o nível de emprego no setor industrial nos primeiros meses de 2009, registrando, de acordo com pesquisas oficiais, quedas significativas em determinados segmentos.

Este artigo pretende mostrar o desempenho do setor industrial e seus efeitos sobre o nível de emprego.

Outros indicadores de atividade econômica também serão apresentados, com o intuito de vislumbrar as consequências da crise com base nos indicadores disponíveis.

NÍVEL DE ATIVIDADE

A crise financeira internacional contagiou fortemente a economia real do país, atingindo diretamente o setor industrial. Considerando-se que este setor tem relação direta com outros segmentos, supõe-se que este deva influenciar a economia no decorrer do primeiro trimestre de 2009. Cabe destacar que o setor industrial vinha apresentando uma trajetória de crescimento contínuo desde meados de 2006. Este ciclo de crescimento continuado favoreceu toda a atividade econômica do país neste período, refletindo positivamente sobre os níveis de emprego e de renda.



* Mestre pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); economista pela UFBA; técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). carlajanira@uol.com.br

Com relação ao período mais recente, o desempenho da indústria geral (extrativa e de transformação) foi negativo para a economia brasileira, como pode ser verificado nos dados referentes ao mês de dezembro do IBGE na Pesquisa Industrial Mensal (2008). Em dezembro de 2008 a produção industrial recuou 12,4% frente a novembro, na série livre de influências sazonais, terceira queda consecutiva nessa comparação, acumulando perda de 19,8% entre setembro e dezembro. Na comparação mensal, a produção caiu 14,5%, comparado ao mesmo mês de 2007; com este resultado, a taxa de crescimento acumulada no ano fechou em 3,1%, enquanto o resultado do acumulado no ano até o mês de setembro era de 6,4%. Conforme mencionado anteriormente, com a abrupta alteração no cenário econômico mundial, a produção industrial recuou 6,2% no último trimestre de 2008 em comparação com o mesmo período de 2007, fato que determinou a queda no ritmo de crescimento do setor industrial.

No indicador acumulado no ano de 2008, considerando-se as categorias de uso, o setor de bens de capital foi o que apresentou maior dinamismo, com taxa de 14,4%. A categoria bens de consumo duráveis registrou taxa de 3,8%. A produção de bens intermediários registrou acréscimo de 1,6% e a produção de bens de consumo semi e não duráveis cresceu 1,4%. É interessante ressaltar que tais indicadores, caso o ambiente não fosse de crise, apresentariam resultados mais significativos.

Na Bahia, o comportamento da indústria foi também positivo para a economia, no entanto, da mesma forma que na economia brasileira, o resultado ficou abaixo das expectativas. Como pode ser verificado na Pesquisa Industrial Mensal do Emprego e Salário (2008) do IBGE, o desempenho da atividade industrial baiana situou-se abaixo da média nacional. Enquanto a indústria nacional apresentou taxa de 3,1%, a indústria baiana acumulou o percentual de 2,3% em 2008. O resultado da indústria baiana foi superior ao da região Nordeste, que registrou incremento de 1,4% no período.

Os dados da Pesquisa Industrial Mensal (2008), para o ano de 2008, indicam que a indústria baiana apresentou variação positiva em oito das nove atividades investigadas. Os maiores impactos foram assinalados por celulose, papel e produtos de papel (29,2%), metalurgia básica (4,0%) e minerais não-metálicos (17,3%); em sentido contrário, produtos químicos (-5,3%) e veículos automotores (-10,5%) registraram variações negativas no período.

O desempenho observado no setor industrial baiano em 2008, com crescimento positivo, mesmo com a queda no último trimestre em decorrência da crise, reflete o cenário conveniente durante os nove primeiros meses, caracterizado por demanda interna aquecida, preços elevados das *commodities*, aumento da massa salarial, do consumo das famílias e dos investimentos para diversificação da matriz industrial e da pauta de exportações. A esse cenário se agregam ainda a realização dos investimentos



públicos anunciados no Programa de Aceleração Econômica do Crescimento (PAC) e a dinamização do setor da construção civil, que favoreceram, durante o ano de 2008, segmentos de transformação como, por exemplo, metalurgia básica e minerais não-metálicos.

Ainda segundo os dados do IBGE (PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL, 2008), a indústria baiana registrou queda de 5,5% no último trimestre de 2008, comparado ao mesmo período de 2007. Tal comportamento refletiu a queda em seis setores de atividade, dentre os dez pesquisados. Os maiores impactos vieram de produtos químicos (-21,8%) e veículos automotores (-42,6%).

Diante do exposto, as expectativas de crescimento da indústria, tanto da nacional como da baiana, foram fortemente impactadas pelo ambiente de crise instalado nos últimos meses de 2008. A redução no nível de produção ocorreu em setores que concederam férias coletivas ou realizaram paralisações não programadas, num contexto de aumento da incerteza no ambiente econômico internacional.

Por que a indústria foi o setor mais afetado pela crise internacional? Porque este foi influenciado diretamente pela redução da demanda mundial e seus impactos sobre as transações internacionais. E dois componentes foram fundamentais para essa relação: o preço das *commodities*, com efeitos importantes sobre o valor das exportações, e a redução da renda e da demanda mundial que fatalmente reduziu a quantidade exportada pelo Brasil.

Os indicadores recentes do comércio exterior comprovam esta afirmação, principalmente quando considerada a queda expressiva nas vendas externas nos últimos

meses de 2008 e em janeiro de 2009. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (BRASIL, 2009b), em 2008, o comércio exterior nacional obteve mais uma vez saldo positivo, a despeito da crise internacional instalada no último trimestre de 2008. No ano, a balança comercial fechou as exportações com valor total de US\$ 197,9 bilhões, acréscimo de 23,2% em comparação com o mesmo período de 2007. As importações registraram crescimento de 43,6% no período, com total de US\$ 173,2 bilhões. Esses resultados configuraram um superávit comercial de US\$ 24,7 bilhões, valor menor que o registrado em 2007, de US\$ 40,0 bilhões, devido ao maior dinamismo das importações frente às exportações, explicado em grande medida pela valorização da moeda nacional e pelo crescimento da economia brasileira. Entretanto, registre-se que nos últimos dois meses do ano, o fluxo de comércio de exportação e de importação apresentou decréscimo em relação à expansão verificada até outubro, em razão da crise financeira internacional, que levou a uma redução dos preços internacionais de *commodities* agrícolas e minerais e da demanda por bens.

Na Bahia, a balança comercial, em 2008, fechou as exportações com valor total de US\$ 8,699 bilhões, acréscimo de 17,4% e as importações com crescimento de 20,2%, com total de US\$ 6,507 bilhões, resultando em superávit de US\$ 2,192 bilhões no período, superior em 9,9% ao observado no ano de 2007. As exportações baianas, porém, registraram decréscimo no último bimestre de 2008, refletindo os efeitos da crise econômica. As exportações caíram 27,2%, as importações 10,2% e o saldo reduziu em 51,5% no período, comparado ao mesmo período de 2007.

No mês de janeiro de 2009, a situação agravou-se no comércio exterior nacional e baiano. A balança comercial brasileira registrou *deficit* de US\$ 518 milhões. As exportações registraram retração de 22,8% e as importações caíram 12,6%. Apesar de não registrar *deficit* no saldo comercial, o estado da Bahia apresentou queda nas exportações, importações e no saldo em relação a janeiro de 2008. As exportações somaram US\$ 392 milhões (queda de 46,6%), importações US\$ 213 milhões (-58,6%) e o saldo superavitário de US\$ 179 milhões (queda de 18,0% frente ao mesmo período do anterior).

“O desempenho observado no setor industrial baiano em 2008 [...] reflete o cenário conveniente durante os nove primeiros meses”

“Os indicadores de comércio exterior permitem evidenciar que os efeitos da crise internacional ainda não cessaram”

Os indicadores de comércio exterior permitem evidenciar que os efeitos da crise internacional ainda não cessaram e podem continuar a transmitir ao setor industrial, ainda instável, mais incertezas com relação ao ambiente econômico externo futuro.

EMPREGO

A redução na produção industrial traz, como consequência, impactos sobre o nível de emprego industrial, uma vez que as empresas tendem a adequar os níveis de produção à demanda prevista. Ademais, as empresas dependem do crédito que utilizam como capital de giro, inclusive para o pagamento de salários. Segundo estatísticas do IBGE (A CRISE..., 2009), apresentadas na Pesquisa Industrial Mensal do Emprego e Salário (PIMES), para o mês de dezembro, o nível de emprego na indústria nacional caiu 1,1% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Com este resultado, o pessoal ocupado no setor, no ano de 2008, acumulou acréscimo de 2,1%, comparado ao ano de 2007, abaixo da taxa observada neste mesmo ano, que foi de 2,2%. Os pequenos ganhos verificados ao longo do ano de 2008 para o emprego industrial foram totalmente dissolvidos em apenas três meses, uma vez que até o mês de setembro a indústria acumulava um aumento no nível de emprego de 2,7% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Com base nos dados ajustados sazonalmente da série de emprego industrial, verifica-se que nos últimos três meses de 2008, de outubro a dezembro, o número de ocupados no setor industrial apresentou taxas negativas de 0,1%, 0,6% e 1,8%, respectivamente, comparadas ao período exatamente anterior.

No último trimestre de 2008, comparado ao mesmo período de 2007, a taxa de crescimento no total de pessoas ocupadas na indústria foi de apenas 0,3%. Do ponto de vista setorial, as perdas mais significativas, entre julho-setembro e outubro-dezembro, foram as de máquinas e equipamentos, que passou de 10,9% para 5,8%; produtos químicos (de 9,4% para 1,4%), meios de transporte (de 8,7% para 4,1%) e máquinas e aparelhos de comunicações (de 11,1% para 5,8%). Analisando-se dados dessazonalizados na comparação com o trimestre exatamente anterior, a redução no total do pessoal ocupado na indústria foi de 1,1%.

No estado da Bahia, observa-se o mesmo movimento no nível de emprego industrial, com impactos mais significativos, uma vez que os ganhos ao longo do ano de 2008 não foram tão pronunciados como os verificados na indústria nacional.

O número de pessoas ocupadas da Bahia, segundo a Pesquisa Industrial Mensal do Emprego e Salários do IBGE (A CRISE..., 2009), apresentou queda na indústria geral de 2,3% no mês de dezembro, inferior ao resultado observado no cenário nacional, no qual a variação de pessoal ocupado na indústria registrou taxa negativa de 1,1%, comparando-se com o mesmo período de 2007. O indicador acumulado totalizou no período janeiro a dezembro de 2008 um acréscimo de 1,3%. Entre os segmentos que exerceram pressão significativa para o resultado negativo do indicador mensal destacam-se: produtos químicos (-26,6%), vestuário (-13,5%) e máquinas e equipamentos – exclusive elétricos e eletrônicos (-11,5%).

Contudo a redução no nível de emprego industrial ainda está atenuada, uma vez que as empresas utilizam outros mecanismos para reduzir a produção sem recorrer às demissões do pessoal ocupado. Entre esses mecanismos encontram-se as férias coletivas não-programadas e as suspensões de contrato de trabalho.

Muitas indústrias, principalmente, no ramo automobilístico, diante das expectativas iniciais de aperto do crédito, recorreram às paralisações na produção; para tanto, concederam férias coletivas a seus empregados. Este foi o caso, por exemplo, da indústria de automóveis baiana, que paralisou em 100% a produção no mês de dezembro (MONTADORAS..., 2009).

Ainda sobre o mercado de trabalho, as estatísticas do Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2009c), contidas no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) confirmam o elevado número de demissões ocorridas no setor industrial nos últimos meses no país. As estatísticas mais recentes informam que em janeiro de 2009, o nível de emprego formal apresentou uma queda de 0,3% em relação ao estoque do mês anterior, significando uma perda de 101.748 empregos. No entanto, a redução no saldo de empregos é menor que a observada no mês anterior, indicando estabilidade no nível de emprego formal. Em novembro e dezembro de 2008, a queda no saldo de empregos foi de 0,1% e 2,1%, respectivamente. Os setores que mais contribuíram para a queda do emprego em janeiro foram a indústria de transformação (-0,8%) e o comércio (-0,7%). O desempenho negativo da indústria de transformação decorreu do declínio de 10 ramos, com destaque para metalurgia (-1,6%), material de transportes (-2,3%) e produtos alimentícios (-0,5%). O comportamento negativo do comércio decorre do fim dos contratos temporários firmados para reforçar as vendas de fim de ano.

Na Bahia, o nível de emprego com carteira assinada, em dezembro, apresentou recuo de 1,2% em relação ao estoque de assalariados do mês anterior, representando uma queda mensal significativa de 15.225 postos de trabalho formais. Em janeiro de 2009, a redução de postos de trabalho é bem menor, da ordem de 917, representando um recuo de -0,07 em relação ao estoque. Tal resultado decorreu da retração principalmente no setor comércio (-1.480 postos) e na indústria de transformação (-1.018 postos).

No mesmo sentido, estatísticas do IBGE apresentadas pela Pesquisa Mensal do Emprego (2009), também ratificam o comportamento do emprego recente no estado. Segundo os dados da Pesquisa, a taxa de desocupação, estimada em 8,2% em janeiro de 2009, apresentou alta de 1,4 ponto percentual na comparação com o mês anterior. No confronto com janeiro de 2008 (8,0%), a taxa ficou estável. Na Região Metropolitana de Salvador, na comparação mensal (janeiro/dezembro), esse indicador cresceu 1,2 ponto percentual, passando para 11,2%. Na comparação com janeiro de 2008, ocorreu redução de 0,1 ponto percentual.

Diante do exposto, verifica-se que a retração da atividade industrial teve como consequência imediata a queda no

nível de emprego, que tende a refletir negativamente sobre as demais atividades econômicas, uma vez que as expectativas conservadoras dos consumidores face ao crescente desemprego e ao maior custo do crédito conduzem à contração do consumo. Com isso, o setor de serviços, mais especificamente o comércio varejista, tende a ser mais afetado com a continuidade do ambiente de crise.

COMÉRCIO VAREJISTA

As estatísticas do comércio varejista para o mês de dezembro, divulgadas pelo IBGE na Pesquisa Mensal de Comércio (2008), mostram que, apesar das vendas encerrarem o ano de 2008 com taxas positivas, estas apresentaram inflexão negativa influenciada pelo ambiente de crise. O volume de vendas no comércio varejista nacional caiu 0,3% no mês de dezembro, em relação ao de novembro, considerados dados dessazonalizados, representando o terceiro resultado negativo em sequência, nesse tipo de cotejo. Na comparação de dezembro com o mesmo mês do ano anterior, as vendas aumentaram 3,9%, e acumularam, no ano de 2008, taxa de 9,1% em relação a 2007. No tocante a resultados trimestrais, os números apurados apontam significativa desaceleração no ritmo de crescimento do volume de vendas, na passagem do terceiro para o quarto trimestre do ano, com redução da taxa de 10,2% para 6,0%.

No estado da Bahia, o volume de vendas do varejo registrou, em dezembro, acréscimo de 2,3% em relação a novembro, na série ajustada sazonalmente, repetindo, pela segunda vez consecutiva, resultado negativo. Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, as vendas cresceram 3,9%, acumulando, em 2008, a taxa de 7,8% em relação a 2007. Ressalta-se que a taxa acumulada até o mês de setembro era de 8,1%, indicando pequena desaceleração da atividade frente ao ambiente de crise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desempenho das economias brasileira e baiana, no último trimestre de 2008, foi duramente afetado pelas expectativas negativas dos agentes econômicos, principalmente ligados

“O volume de vendas no comércio varejista nacional caiu 0,3% no mês de dezembro, em relação ao de novembro, considerados dados dessazonalizados”

ao setor industrial, que rapidamente reduziram o nível de produção, desencadeando consequências negativas sobre o nível de emprego e renda e produzindo efeitos negativos sobre outras atividades econômicas.

Com base nos dados expostos neste texto, conclui-se que, ainda no primeiro trimestre de 2009, a capacidade de consumo na economia brasileira decline, em razão do adverso ambiente externo. No entanto, o fato de a economia brasileira apresentar fundamentos consistentes proporciona maior grau de ação governamental a fim de minimizar as consequências provocadas pela crise mundial, principalmente no que se refere à redução na demanda e na renda mundial.

É importante ressaltar que o impacto da crise sobre as expectativas dos agentes econômicos explicam a forte redução observada na produção industrial e no nível de emprego, muito mais do que o impacto de outras variáveis.

A perspectiva é de que ainda no segundo trimestre o ambiente econômico torne-se mais estável, dependendo, fundamentalmente, do grau de estabilidade do mercado internacional, das ações governamentais definidas pelas autoridades nacionais e das expectativas dos agentes econômicos.

REFERÊNCIAS

A CRISE econômica global e seus reflexos sobre a economia brasileira. *Carta de Conjuntura IPEA*, Brasília, p. 5-18, dez. 2008.

A CRISE internacional e possíveis repercussões: primeiras análises. *Comunicado da Presidência*, Brasília, n. 16, jan. 2009.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. *Indicadores e estatísticas*. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: 26 fev. 2009a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. *Indicadores e estatísticas*. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: 26 fev. 2009b.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Cadastro de empregados e desempregados*. Brasília, jan. 2009c. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 27 fev. 2009.

CRISE internacional: reações na América Latina e canais de transmissão no Brasil. *Comunicado da Presidência*, Brasília, n. 17, 18 fev. 2009a.

CRISE reduz emprego e renda na indústria. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 jan. 2009b. Caderno Dinheiro, p. B1.

EMPREGO na indústria tem queda recorde em dezembro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 fev. 2009. Caderno Dinheiro, p. B3.

GM faz 1º grande corte de vagas do setor automotivo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13. jan. 2009. Caderno Dinheiro, p. B1.

MERCADO vê alta de apenas 2% no PIB. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 jan. 2009. Caderno Dinheiro, p. B3.

MONTADORAS renovam férias coletivas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 8 jan. 2009. Caderno Dinheiro, p. B3.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL DO EMPREGO E SALÁRIO. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 fev. 2009.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 5 fev. 2009.

PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 fev. 2009.

PESQUISA MENSAL DO EMPREGO. Rio de Janeiro: IBGE, jan. 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 26 fev. 2009.

SUSPENSÃO de vagas pode custar ao menos R\$ 2 bi ao governo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 8 jan. 2009. Caderno Dinheiro, p. B3.



João Sicsú

Medidas anticrise e perspectivas para 2009

João Sicsú, doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), faz um breve balanço das ações do Governo Federal para o enfrentamento da crise financeira, avaliando a conjuntura atual e as perspectivas para o ano.

C&P – Qual é a análise que o senhor faz da economia brasileira nos últimos anos? Estávamos preparados para enfrentar uma crise financeira internacional?

João Sicsú – A economia brasileira vinha convivendo, desde 2006, com a retomada de uma trajetória de taxas mais robustas de crescimento do produto, a qual veio acompanhada de taxas ainda mais importantes de crescimento do investimento, o que parecia assegurar sustentabilidade ao processo de retomada do crescimento econômico. No que se refere à atual crise, a grande diferença para a economia brasileira é o quadro relativamente confortável de reservas internacionais no balanço de pagamentos, a relativa estabilidade cambial e a inflação mantida em níveis baixos.

C&P – Como o senhor avalia as atividades econômicas no primeiro trimestre de 2009?

JS – Evidentemente que, se compararmos com igual período no ano passado, vamos identificar uma piora importante nos indicadores de produção e emprego, mas particularmente a produção industrial vem se mostrando positiva na margem, ou seja, mês do ano comparado com o mês imediatamente anterior.

C&P – Quais as margens de manobra macroeconômicas do Governo Federal do ponto de vista fiscal e monetário?

JS – Do ponto de vista fiscal, o Governo tomou uma série de iniciativas como a criação de novas alíquotas de imposto de renda, o programa de habitação, a redução do IOF e do IPI. Além disto, já existiam medidas em vigor, como a execução do PAC e a política de aumento real do salário mínimo. Do ponto de vista monetário, parece hoje haver um consenso de que o processo de redução da taxa básica de juros deve ser perseguido ao longo deste ano.

C&P – Quais os impactos possíveis da redução dos juros da taxa Selic na atividade econômica?

JS – Entendemos que a redução da Selic vai garantir maior grau de liberdade para o governo, no sentido de manter seu papel anticíclico na crise, tendo em vista a economia que esta redução proporciona nas contas públicas.

C&P – Como o senhor avalia as medidas anticíclicas do governo e quais as possibilidades de êxito diante dessas medidas, considerando a crise de confiança existente?

JS – O Governo está na direção correta e a expectativa é que, em alguma medida, as iniciativas comecem a ter reflexos no segundo trimestre, mas ganhem mais fôlego a partir do segundo semestre.

C&P – Considerando que a perspectiva de recessão econômica mundial é a mais grave dos últimos 60 anos, afetando, portanto, gravemente, o comércio internacional, como podemos pensar em uma saída da crise para o Brasil?

JS – Com relação à saída para crise acho que já comentamos antes. Quanto ao quadro externo é preciso aguardar um pouco mais, tendo em vista a incerteza que paira sobre o comportamento da economia mundial.

C&P – A atual crise pode contribuir para uma redefinição do Brasil na economia mundial? Ou estamos fadados a ser a “fazenda” do mundo?

JS – As reuniões em torno do G-20 parecem apontar para uma nova arquitetura internacional, em que o Brasil aparece como um protagonista importante neste novo cenário.

C&P – Enfim, vamos crescer ou vamos ter recessão em 2009?

JS – Nossa expectativa é que, apesar de ser baixo para as nossas necessidades, vamos ter um crescimento em torno de 2%, trajetória esta muito explicada pela dramaticidade da crise financeira internacional. A perspectiva é que, passado o pior, a economia brasileira recupere o desempenho e o dinamismo iniciados em 2006 e interrompidos pelos atuais problemas da economia mundial.

Ricardo Abramovay

Crise internacional e os
desafios da **economia
ecológica**



“A mais importante renovação das ciências sociais contemporâneas está no esforço de integrar de maneira organicamente articulada sociedade e natureza numa mesma estrutura analítica: é o que faz a atual economia ecológica”. A descrição do economista Ricardo Abramovay sobre a economia ecológica é um dos momentos-chave do pensamento exposto nesta entrevista que a revista C&P traz ao leitor. Coordenador do Núcleo de Economia Socioambiental (NESA/USP), Abramovay repercute aqui algumas vozes que vinculam a crise atual – para além da desregulamentação financeira – ao nível de consumo insustentável do mundo contemporâneo. Apesar de ressaltar a importância menor de definir tais vozes como “de esquerda” ou “de direita”, ele encontra no pensamento de Marx afinções com a atual discussão das questões ambiental e energética. Por fim, aponta para a necessidade irreversível de repensarmos a relação entre sociedade e natureza, enfrentando o desafio de propor um novo modo de produzir e distribuir riqueza baseado na valorização e no uso sustentável da biodiversidade.

Qual é sua proposta para transformar as bases materiais e energéticas em que se exprime, como o senhor diz, o extraordinário aumento de renda do mundo contemporâneo?

Ricardo Abramovay – O sistema capitalista contemporâneo tem extraordinária capacidade de reduzir a pobreza absoluta. Em 1970, a fome atingia nada menos que 37% da população mundial. A cifra atual de 850 milhões de famintos (evidentemente inaceitável sob qualquer aspecto) corresponde a menos de 15% dos habitantes do planeta. Nos últimos dez anos, a proporção dos que vivem com menos de US\$ 1.000,00 por ano (calculado em paridade de poder de compra), ou seja, US\$ 2,75 por dia, caiu de 30% para 17% da população mundial, segundo relatório da Goldman Sachs, publicado há alguns meses. No Brasil, já se tornou um lugar comum a constatação de que um número próximo a 20 milhões de pessoas mudou para cima o andar que ocupa na pirâmide social, nos últimos cinco anos. Mesmo com a crise atual, estas tendências não serão revertidas. É o que explica, em grande parte, a pressão para que as metas relativas ao aquecimento global, por exemplo, não se restrinjam aos países historicamente responsáveis pelas atuais mudanças climáticas, mas sejam assumidas também pelos mais prósperos entre os países em desenvolvimento.

Esta prosperidade tem pés de barro em dois sentidos. Em primeiro lugar, mesmo que em países como o Brasil a diminuição da pobreza seja acompanhada por certa redução da desigualdade, este não parece ser o caso de outros países em desenvolvimento (China e Índia, por exemplo), o que amplia de maneira assustadora as tensões sociais. Além disso, é impossível simplesmente promover a extensão para toda a humanidade daquilo que se consome hoje. Em 2000, se estimava que em 2007 haveria 600 milhões de carros e, em 2030, nada

“Ninguém sabe exatamente como se alteram os padrões de consumo de uma sociedade, sobretudo quando as aspirações de consumo, decorrentes da pobreza secular, são tão grandes”

menos que 1,2 bilhão de automóveis, no mundo. Ora, em 2006 já havia 956 milhões e a estimativa atual é de dois bilhões para 2030!

Existem, então, dois elementos que começam a ficar claros, a partir destas informações. Eles não constituem proposta de alguém, mas, antes, um movimento amplo, difuso, descentralizado. O primeiro refere-se à pressão social cada vez maior em direção à mudança na matriz energética que caracteriza as sociedades contemporâneas. O segundo



vai mais longe: trata-se dos próprios padrões de consumo que marcam o mundo atual. Inúmeros documentos internacionais e relatórios nacionais constataam que o padrão de consumo das sociedades contemporâneas é insustentável. Mas é preciso reconhecer que ninguém sabe exatamente como se alteram os padrões de consumo de uma sociedade, sobretudo quando as aspirações de consumo, decorrentes da pobreza secular, são tão grandes.

Quais são as propostas da esquerda frente à crise internacional?

RA – Em primeiro lugar, seria necessário saber precisamente de quem se está falando quando se pronuncia a palavra esquerda. Para muitos, a posição de esquerda consiste basicamente em defender a ideia de que são necessárias medidas heterodoxas e maior intervenção do Estado para garantir a volta ao crescimento econômico. No entanto, são cada vez mais expressivas, internacionalmente, as vozes que não vinculam a crise atual apenas à desregulamentação. Estas vozes procuram estabelecer algum tipo de vínculo entre os eventos recentes e o nível de consumo totalmente insustentável do mundo contemporâneo. Insistem, por exemplo, no fato de que, após certo nível de abundância material, vai-se reduzindo a capacidade de o crescimento econômico propiciar bem-estar. O grande sociólogo britânico, Anthony Giddens, acaba de publicar um livro enfatizando esta crescente dissociação entre o aumento da riqueza e a real satisfação das necessidades humanas. É uma retomada do pensamento do próprio Marx a este respeito: é

estranha ao pensamento de Marx a ideia de que numa sociedade capaz de controlar racionalmente o uso de seus recursos produtivos, o crescimento econômico seja o objetivo central. Ao contrário, a superação do capitalismo, para ele, era uma forma de ultrapassar o predomínio da própria racionalidade econômica, de submeter a produção material às necessidades sociais e não o contrário, como ocorre no capitalismo. Mais importante do que saber se são ou não “de esquerda”, o que chama a atenção é a convergência em torno da necessidade de se repensar a relação entre sociedade e natureza contida numa imensa quantidade de trabalhos recentes, de autores vinculados a correntes intelectuais muito variadas. Cito apenas três exemplos, além de Giddens: Thomas Homer-Dixon (*The Upside of Down*), Jonathon Porrit (*Capitalism as if the World Matters*) e o recém-lançado livro de Thomas Friedman (*Hot, Flat and Crowded*), entre tantos autores capazes de fazer propostas cuja execução revolucionaria as bases

“Mais importante do que saber se são ou não ‘de esquerda’, o que chama a atenção é a convergência em torno da necessidade de se repensar a relação entre sociedade e natureza”

materiais da sociedade contemporânea, cuja classificação no tabuleiro político como de esquerda ou direita soa completamente artificial.

Como a esquerda tem lidado com a questão energética e econômica? Para o senhor, a esquerda ainda não percebeu a relação existente entre essas duas questões?

RA – Gostaria de me opor a duas ideias muito frequentes, com relação ao que se chama de esquerda. A primeira é que não há diferença entre esquerda e direita. Claro que há. A crença de que a alocação dos recursos sociais será tanto melhor quanto menor a intervenção consciente e voluntária em sua organização é típica do pensamento de direita. E a ideia de que a inteligência humana é capaz de responder de maneira criativa, imprimindo sentido ao que fazem os homens na sua vida material é um dos mais importantes traços humanistas que marcam a formação do pensamento de Marx desde seus célebres manuscritos de 1844. Não há dúvida de que Marx exerceu fortíssima influência sobre alguns dos pensadores contemporâneos mais inovadores, como Amartya Sen, John Kenneth Galbraith ou sobre a crítica de André Gorz ao produtivismo que marca as sociedades de hoje.

A segunda ideia à qual gostaria de me opor, então, é a de que a questão ambiental e energética é estranha ao horizonte de Marx. Por um lado, é verdade que, em sua obra principal, o limite do capital é o próprio capital e nunca a natureza. É verdade também que matéria e energia só entram no estudo que faz Marx do

capitalismo à medida que se convertem em valores. No entanto, Marx reconhece que o trabalho não é a única fonte da riqueza e, mais que isso, ele mostra que a produção pela produção, ou seja, o aumento da riqueza, como meta independente da real satisfação das necessidades humanas, só pode ocorrer num sistema em que os indivíduos estão cada vez mais alienados, distantes do que fazem e do que produzem. De certa maneira (num horizonte resignado e não crítico como o de Marx), Max Weber também insiste neste mesmo ponto em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Mas foi Georgescu-Roegen e seu discípulo Herman Daly que mostraram que o principal limite da ciência econômica está no fato de ela só poder lidar com matéria e energia sob a forma de preços daquilo que se vende e se compra. A mais importante renovação das ciências sociais contemporâneas está no esforço de integrar de maneira organicamente articulada sociedade e natureza numa mesma estrutura analítica: é o que faz a atual economia ecológica e é o que muitos economistas de esquerda, voltados apenas à ideia de que é necessário intervir para garantir o crescimento e a melhor distribuição de renda, solenemente ignoram.

Alguns especialistas dividem a esquerda em duas: a que está no poder, representada pelos governos, e a que acredita no ecossocialismo, representada na grande maioria pelos movimentos sociais. Como essa esquerda que se preocupa com o debate ecológico pode se utilizar dessa

“Marx reconhece que o trabalho não é a única fonte da riqueza e mostra que a produção pela produção só pode ocorrer num sistema em que os indivíduos estão cada vez mais alienados”

bandeira e chegar ao poder, projetando assim um novo modelo de governo? O senhor vislumbra avanços nesse sentido?

RA – Talvez a divisão real não seja entre estar no poder e estar junto aos movimentos sociais. Carlos Minc não abandonou sua postura “ecolibertária” ao assumir o Ministério do Meio Ambiente. O avanço da democracia contemporânea vem permitindo a expressão inédita de movimentos sociais no poder de vários países. A trajetória de Barak Obama, neste sentido, é notável: ele foi um militante ligado a alguns dos mais importantes movimentos sociais norte-americanos. Evo Morales e Rafael Correa também exprimem importantes movimentos sociais, da mesma forma que Lula. As novas constituições da Bolívia e do Equador incorporam demandas fundamentais destes movimentos.

Há, entretanto, dois problemas cuja solução ainda não está clara, neste sentido. O primeiro é que, com frequência impressionante, o caráter

universal, generoso, emancipador de muitas aspirações dos movimentos sociais convertem-se em modalidades mesquinhas, corporativistas e antidemocráticas de satisfação de necessidades de certos grupos. O recente atentado a direitos de opinião no Equador (denunciado por destacados membros da esquerda daquele país) e a extrapolação dos direitos indígenas em expressões contrárias aos brancos na Bolívia são, neste sentido, muito preocupantes. São situações em que a organização republicana e a própria democracia, longe de se afirmarem como direitos universais, passam a ser vistas, de forma inquietante, como expressões da chamada cultura dominante que seria afastada pelo poder e pela cultura supostamente populares. Permita-me citar trecho de um importante livro recente de Alain Touraine, *Um Novo Paradigma – Para Compreender o Mundo de Hoje*: “Não é raro que os movimentos sociais se degradem até se transformarem naquilo que é o contrário deles mesmos: afirmação comunitária, rejeição do estrangeiro ou do diferente, violências contra as minorias ou contra o que é chamado de heresia ou cisma. Isso se produz quando a ação coletiva se define pelo ser ou pelo ter que ela defende, e não por sua referência a um valor universal. Para que esta referência se forme, a condição primeira é que o ator ou o combatente reconheça em um outro esta ascensão em direção ao universal que ele sente em si mesmo. Quando o movimento de liberação nacional torna-se nacionalismo, quando a luta de classe se reduz a um corporativismo, quando o feminismo se limita à supressão



das desigualdades entre homens e mulheres, eles deixam de ser movimentos sociais e cedem à obsessão da identidade.”

O segundo problema com o recente avanço dos movimentos sociais em várias partes do mundo está na debilidade e na inconsistência do próprio projeto em torno do qual se organiza o exercício do poder. Na raiz deste projeto, encontra-se a ilusão de que crescimento econômico e políticas massivas de transferência de renda são as chaves para enfrentar os problemas do mundo contemporâneo.

“Nosso maior desafio está na construção de um conjunto de propostas capazes de fazer da valorização e do uso sustentável da biodiversidade a base para um novo modo de produzir e distribuir riqueza”

Nosso maior desafio está na construção de um conjunto de propostas capazes de fazer da valorização e do uso sustentável da biodiversidade a base para um novo modo de produzir e distribuir riqueza. E isso precisa ser feito no quadro do fortalecimento da democracia, da valorização das instituições republicanas e não como manifestação especial de certas culturas nacionais e de certas etnias.

Estes dois problemas estão elaborados de maneira precária pelos movimentos sociais, estejam eles ou não no exercício do poder.

O que falta para a esquerda avançar no âmbito econômico, ecológico e social? É possível, nesse momento de crise, pensar num novo projeto de esquerda, revolucionário? Chegou a hora de pensar em uma profunda renovação prática e teórica?

RA – Sem dúvida esta renovação está em curso, o que não significa que ela será necessariamente vitoriosa. A expressão “novo projeto de esquerda, revolucionário”, a meu ver, é contraproducente e estimula justamente o que os movimentos sociais têm de pior: a ideia de que eles precisam caracterizar-se pela permanente e radical diferenciação com relação a forças que não fazem parte de seu universo imediato. O resultado disso são os tão frequentes discursos em que assentados, quilombolas, ribeirinhos, povos da floresta, agricultores familiares vão unir-se para promover mudanças radicais. Que estes sejam atores decisivos, não há dúvida; no entanto, um projeto de mudança na maneira de organizar a relação entre natureza e sociedade passa por transformações decisivas na organização empresarial. E, como bem mostra o trabalho de André Gorz, não é mais possível imaginar que estas transformações decorrerão da expropriação das empresas pelo poder popular e do planejamento central. Um dos mais importantes desafios para um projeto de mudança social hoje está na maneira de compreender e de intervir no próprio mercado.

O mercado não é a ficção científica exposta nos manuais de economia. Mercados são estruturas sociais e, portanto, funcionam com base em

“Há forte indício de que uma das principais consequências dos programas de transferência de renda está na eliminação de atividades que só existiam por se apoiarem em formas aviltantes de utilização e remuneração do trabalho”

pressões sociais. Um dos maiores desafios às forças populares (que muitos movimentos sociais já compreenderam e do qual tiram consequências interessantíssimas) consiste em participar ativamente deste processo de reorganização empresarial e não apenas em concentrar suas demandas sobre o poder público. Nosso desafio não está apenas em circunscrever, delimitar e impedir a extrapolação do mercado em direção a domínios da vida social que não devem ficar sob seu domínio. Está também, e de forma cada vez mais decisiva, em que os movimentos sociais sejam protagonistas da maneira como os próprios mercados se estruturam.

Gorz foi um dos primeiros a profetizar a crise do emprego e chamar a atenção para a importante distinção entre trabalho e emprego.

O senhor avalia que a crise é uma oportunidade para fortalecer as propostas de Gorz na perspectiva de valorização do trabalho?

RA – Certamente. Os programas brasileiros de transferência de renda têm um papel muito positivo nesta direção. Há forte indício de que uma de suas principais consequências está na eliminação de atividades que só existiam por se apoiarem em formas aviltantes de utilização e remuneração do trabalho. Hoje, no Nordeste do Brasil, as pessoas não são mais obrigadas a trabalhar por um prato de comida e isso é muito positivo. As transferências públicas de renda são modalidades embrionárias do que Gorz, de forma pioneira, e depois Rifkin e Van Parijs irão chamar de renda de cidadania. O desafio é fazer com que estas transferências permitam fortalecer as sociedades locais, as formas de interação social que não se apoiam estritamente no trabalho assalariado e no mercado. Mas também as transferências de renda podem e devem dar lugar à formação de mercados dinâmicos ligados à vida social local. Há um fenômeno novo e muito importante aí que é a junção entre o fato de as pessoas viverem (de maneira saudável) cada vez mais e trabalharem durante um período cada vez menor de suas vidas. Quando se aposentam, muitos não querem permanecer ali onde estiveram durante sua vida ativa e decidem voltar a suas regiões de origem ou ir para áreas sem os problemas das concentrações metropolitanas. Parte da migração de retorno em direção ao Nordeste brasileiro dos anos 90 e 2000 tem aí sua raiz. Estas pessoas com renda estão na origem de um dinamismo

econômico cuja marca não é a competitividade globalizada e a oferta de bens industriais altamente sofisticados, e sim a satisfação de necessidades locais, ligadas potencialmente à valorização da cultura, da biodiversidade, à restauração, aos esportes de aventura, ao turismo, à produção agropecuária de qualidade, à assistência aos idosos. São atividades econômicas mercantis, não globalizadas e cujo exercício só pode ser feito num ambiente marcado pela valorização do que a sociedade tem de melhor: seus atributos naturais, a qualificação profissional de seus habitantes e a construção de relações sociais de proximidade que se distingam do que ocorre nas grandes metrópoles.

Alguns dizem que esse é o momento propício para por fim ao capitalismo. Outros defendem a

sua reformulação. Para o senhor, qual é a saída adequada?

RA – Se colocar fim ao capitalismo é expropriar as grandes empresas e substituir o mercado pelo planejamento central, então eu gostaria de saber quais são hoje as forças políticas que expõem com clareza este projeto para a sociedade. E se não é disso que se trata, então estamos mais próximos do que você chamou de “reformulação”. Mesmo que se conte com um segmento crescente de empresas cujo controle é exercido diretamente pelos trabalhadores em regime de autogestão, o fato de o mercado operar como mecanismo de alocação dos recursos sociais e de que a sobrevivência das empresas depende de sua eficiência em mercados competitivos faz com que a organização empresarial tenha caráter capitalista. Mas é fundamental que esta constatação não dê lugar

à posição conformista, segundo a qual o mercado é uma caixa preta, opaca, invisível e inacessível à pressão social. Ao contrário, a maneira como as empresas e o mercado se organizam depende, antes de tudo, daquilo que, com relação a eles, fazem as forças organizadas da sociedade. Neste sentido, a reformulação não é uma tarefa menor à qual temos que nos conformar diante da impossibilidade de por fim ao capitalismo. A relação entre economia, sociedade e natureza se faz de maneira evolutiva, colocando desafios inéditos e imprevisíveis que vão muito além da ideia de que o controle social e planejado dos grandes meios de produção e troca resume o que de mais importante existe num projeto emancipador. Isso dificulta, mas torna certamente muito interessantes os desafios políticos e civilizatórios que temos pela frente.

NOTA

Entrevista concedida por Ricardo Abramovay à revista IHU On-Line, endereço eletrônico: http://www.unisinos.br/ihuonline/index.php?option=com_ _tema_ _capa&Itemid=23&task=detalhe&id=1529.

Edição para a C&P: Luzia Luna.

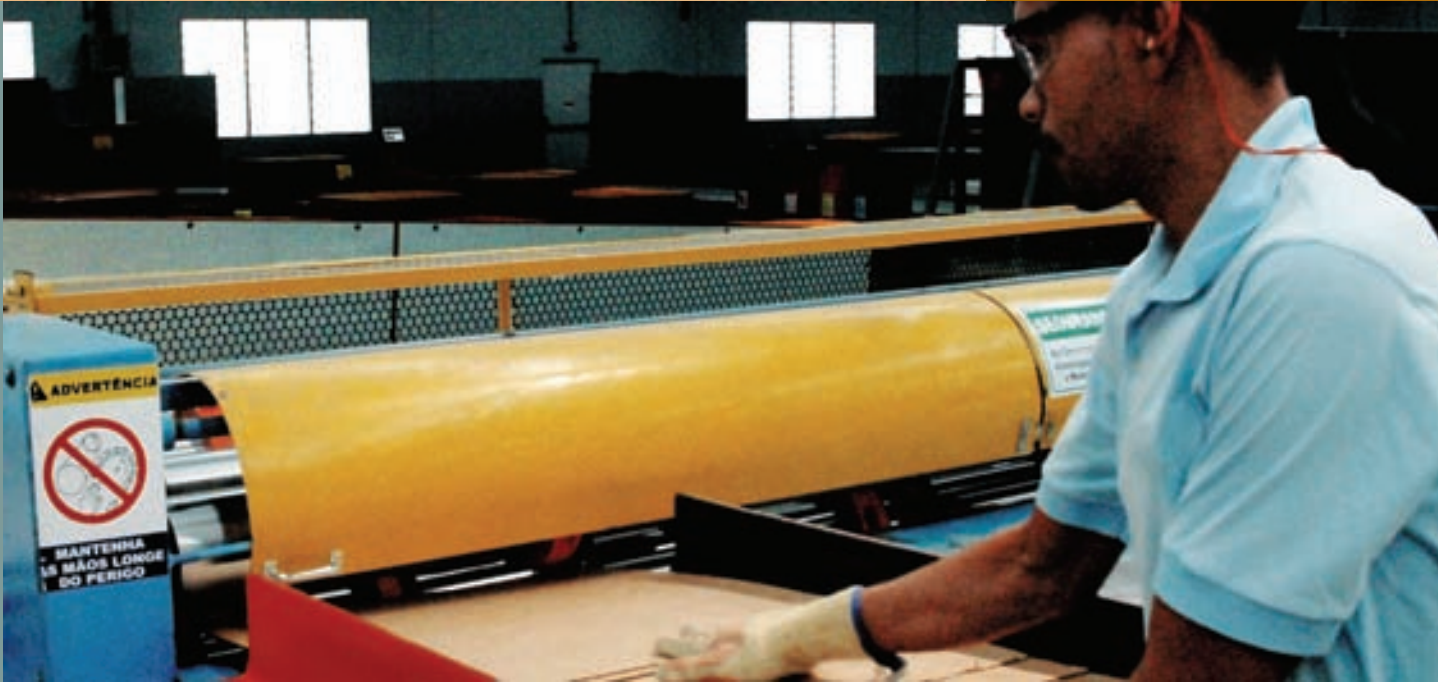
Análise dos investimentos industriais previstos para a Bahia por Territórios de Identidade e setores de atividade econômica entre 2008 e 2012

Fabiana Karine S. Andrade*

Os investimentos industriais previstos para o estado da Bahia, ao se implantarem nos mais variados territórios de identidade, possibilitam o desenvolvimento da economia e da indústria local, com a geração de emprego e renda para a população. Esses investimentos são captados via mecanismos de política fiscal desenvolvidos pelo governo através do Programa Desenvolve, no âmbito da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração (SICM). Este programa visa conceder incentivos fiscais para a captação de investimentos de empresas dos mais variados segmentos com a intenção de empregar seu capital no estado. Esta política adotada pelo governo visa, principalmente, dinamizar, diversificar e desconcentrar o parque industrial baiano e, conseqüentemente, dinamizar a economia do estado.

Sendo assim, este artigo tem por objetivo analisar esses investimentos no período de 2008 a 2012, verificando sua distribuição por atividade econômica, bem como seu impacto para a economia e para o setor industrial no que se refere à geração de emprego e ao volume de investimentos a serem realizados. Será destacado ainda o volume de investimentos previstos para cada complexo de atividade econômica. Além disso, apresentar-se-á um breve panorama acerca do desempenho atual da economia baiana medido pelo Produto Interno Bruto (PIB) com o resultado até o terceiro trimestre de 2008 e os resultados alcançados pelo segmento industrial no fechamento do ano.

* Economista pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); técnica da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração. fabianaa@sicm.ba.gov.br



PANORAMA ECONÔMICO DO ESTADO DA BAHIA

Em consonância com o desempenho nacional, o estado da Bahia vem, ao longo dos anos, se consolidando como um bom lugar para a realização de empreendimentos lucrativos e negócios sólidos. Hoje o estado tem a economia mais forte e desenvolvida da Região Nordeste e é a sexta do país. Nos últimos anos, vivenciou um considerável crescimento econômico, consolidando-se no cenário nacional como um dos melhores destinos para o investidor.

Nesse contexto, dentre os principais atrativos destacam-se sua localização privilegiada, qualidade de vida, infraestrutura para o desenvolvimento de novos negócios, boa oferta de mão de obra qualificada, bem como uma sólida política de incentivos, importante elemento para a atração e consolidação de investimentos. Aliado a isso, o estado possui grande e diversificado potencial de recursos naturais e energia, oferta local de matérias primas e *commodities*, polos e distritos industriais, universidades e centros de pesquisas, finanças públicas equilibradas e confiabilidade político-administrativa. Esse cenário, favorável para o desenvolvimento da economia do estado e sua continuidade, vem se refletindo no desempenho dos diversos setores, os quais vêm alcançando resultados positivos.

Em relação ao PIB, o crescimento registrado no terceiro trimestre de 2008 foi de 6,3%, em relação ao mesmo

período do ano passado, em consonância com o bom desempenho apresentado pela indústria, segundo dados SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia). Esse resultado positivo deve-se aos desempenhos registrados no segmento industrial (7,6%) e, sobretudo, na agropecuária, que apresentou uma expansão de quase 7,1%, recuperando-se dos resultados insatisfatórios obtidos nos dois trimestres anteriores. O setor de serviços também apresentou um bom desempenho nesse período, com taxa de crescimento de 5,3%, em comparação ao terceiro trimestre de 2007.

A trajetória de expansão da taxa do PIB estadual reflete o bom desempenho dos setores industriais e dos setores que tradicionalmente empregam grandes volumes de trabalhadores, sobretudo serviços e construção civil. Mantidas as tendências, este desempenho pode ser visto como um sinalizador de bons resultados para a Bahia, considerando-se, é claro, a conjuntura econômica nacional e mundial atual.

No que se refere à indústria baiana (de transformação e extrativa mineral), de acordo com o IBGE, avançou 2,3% de janeiro a dezembro de 2008. Na indústria de transformação, o acréscimo foi de 2,4%. Este resultado pode ser atribuído ao bom desempenho dos setores de celulose e papel (29,2%); alimentos e bebidas (4,0%); e, metalurgia básica (4,0%), em função, respectivamente, do aumento da produção de celulose, óleo diesel e ouro em barras. Além desse, destacam-se os segmentos de

minerais não-metálicos (17,3%) e borracha e plásticos (12,0%). (PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL, 2008)

Os números até o período em análise vêm confirmando o padrão de crescimento do setor industrial baiano e, consequentemente, de sua economia, a despeito da desaceleração ocasionada pela crise econômica mundial, que afetou os setores da economia e, principalmente, a indústria, levando a quedas no desempenho de alguns segmentos e impactando no resultado final. Sendo assim, para 2009, as expectativas para a economia e principalmente para a indústria baiana mostram-se ainda sob o efeito do processo de desaceleração e a possibilidade de quedas em alguns setores da atividade produtiva. Até o 3º trimestre de 2008, o cenário econômico nacional manteve-se favorável, com destaque para o desempenho da indústria que, em função de fatores conjunturais, como a demanda interna aquecida, o aumento da massa salarial, o consumo das famílias e a expansão dos investimentos e do crédito, teve seus resultados elevados.

No cenário estadual, somam-se a isso, as ações adotadas pelo governo para captação de investimentos importantes, com o objetivo de desenvolver e fortalecer a economia e o parque industrial baiano.

INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS PREVISTOS NO ESTADO DA BAHIA

Os investimentos industriais previstos confirmam o compromisso do governo com o desenvolvimento do estado, através da captação de importantes empreendimentos. Até 2012, espera-se que seja investido um montante de aproximadamente R\$ 18,6 bilhões, com a geração de 82.151 empregos, através de 516 projetos de empreendimentos para a instalação de plantas industriais no estado. Com base nesses dados será feita uma breve análise desses investimentos por atividade econômica, a fim de se verificar cada

Tabela 1
Investimentos industriais previstos para a Bahia por setor de atividade econômica – 2008-2012

Atividade econômica	Volume (R\$1,00)	Volume (%)	Emprego direto	Projetos
Alimentos e bebidas	2.179.210.492	10,6	14.018	96
Artefatos de couro e calçados	98.248.486	0,5	8.322	30
Borracha e plástico	814.711.329	4,0	7.087	64
Construção	120.000.000	0,6	90	1
Eletricidade, gás e água quente	1.578.548.753	7,7	1.968	11
Equip. médicos, ópticos, de automação e precisão	239.657	0,0	42	1
Ext. de minerais metálicos	4.021.040.000	19,4	1.650	3
Fumo	38.913.265	0,2	460	2
Máq. escritório e equip. informática	37.628.876	0,2	2.014	34
Máq. aparelhos e materiais elétricos	13.346.693	0,1	120	2
Máq. e equipamentos	21.665.078	0,1	496	12
Mat. eletrônico e equip. de comunicações	103.364.119	0,5	1.760	14
Metalurgia básica	305.707.274	1,5	1.646	14
Minerais não metálicos	2.235.488.611	10,9	3.368	27
Móveis e indústrias diversas	33.541.465	0,2	1.451	17
Outros	2.480.000	0,0	52	1
Outros equip. de transporte	213.728.294	1,0	1.400	7
Papel e celulose	1.875.000.000	9,1	1.735	16
Pecas e acessórios veículos automotores	71.453.985	0,3	909	4
Pesca, aquicultura	49.615.415	0,2	2.225	4
Petróleo e derivados	2.005.913.532	9,8	8.219	5
Produtos de metal – exclusive máq. e equip.	94.967.626	0,5	940	16
Produtos químicos	2.726.137.487	13,3	14.408	106
Reciclagem	4.800.000	0,0	110	1
Têxtil	745.296.870	3,6	3.333	13
Vestuário e acessórios	117.170.042	0,6	5.733	16
Total	18.637.496.829	100,0	82.151	516

Fonte: SICM.

Elaboração: SICM-Coinc.

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 31.8.2008.

setor separadamente, no que se refere ao volume de investimentos previstos.

Investimentos industriais previstos por atividade econômica

Analisando os investimentos industriais previstos por atividade econômica, pode-se destacar a **Extração de Minerais Metálicos**, com um volume de R\$ 4,0 bilhões em investimentos, o que representa uma participação de 19,4% em relação ao total. Espera-se que esta atividade gere aproximadamente 1.650 postos de trabalho até 2012. Os empreendimentos em questão irão extrair principalmente os minérios de ferro, manganês e níquel.

Na atividade de **Minerais não-Metálicos**, as inversões previstas chegam a R\$ 2,2 bilhões, representando 10,9% do total, com a geração prevista de 3.368 empregos diretos. Neste segmento, os investimentos estão voltados para a fabricação de revestimentos cerâmicos, pré-moldados e pedras para a construção civil, além de outros.

Destaca-se ainda o segmento de **Papel e Celulose**, com investimentos que chegam a aproximadamente R\$ 1,9 bilhões, o que representa 9,1% dos investimentos com a possibilidade de criação de 1.735 empregos diretos. Neste setor, concentram-se os empreendimentos produtores de celulose, papel e embalagens de papelão.

Vale salientar que ainda estão previstos investimentos nos setores de **Alimentos e Bebidas**, com inversões que chegarão a R\$ 2,2 bilhões aproximadamente e a criação de 14.018 postos de trabalho. Os demais segmentos incluem: **Eletricidade, Gás e Água Quente** (R\$ 1,6 bilhão e 1.968 empregos); **Petróleo e Derivados** (R\$ 2,0 bilhões e 8.219 empregos diretos) e **Produtos Químicos** (R\$ 2,7 bilhões e 14.408 postos de trabalho).

O Gráfico 1 permite a visualização dos mesmos setores de atividades, levando em consideração aqueles cuja taxa está acima de 1,0%, ou seja, os de maior participação em relação ao total dos investimentos:

O gráfico mostra que a atividade econômica de maior participação no tocante a volume de investimentos previstos é

extração de minerais-não-metálicos, com 19,4%, conforme exposto anteriormente. Neste setor, dentre os empreendimentos em vias de implantação, destaca-se a empresa Bahia Mineração (BML), com inversões previstas de aproximadamente R\$ 3,6 bilhões e geração de quase 1.000 empregos diretos. Esta empresa irá extrair minério de ferro no município de Caetité, tornando-se um importante fornecedor para a indústria siderúrgica. A expectativa é de uma produção próxima de 25 milhões de toneladas de *pelets-feed*.

Os investimentos previstos serão alocados ao longo de 10 anos, com a instalação da mina, beneficiamento do produto e um possível mineroduto de 400 km, ligando Caetité a um porto baiano. Ainda nesta atividade, a empresa Mirabela tem propósito de funcionar até meados de 2009, investir cerca de R\$ 450 milhões e gerar 450 empregos diretos. Estima-se que a capacidade de produção da reserva encontrada é de 540 mil toneladas de níquel.

Destaca-se também a participação do setor de papel celulose, com 14,9%, no qual estão previstas empresas voltadas em sua maioria para a fabricação de papel,

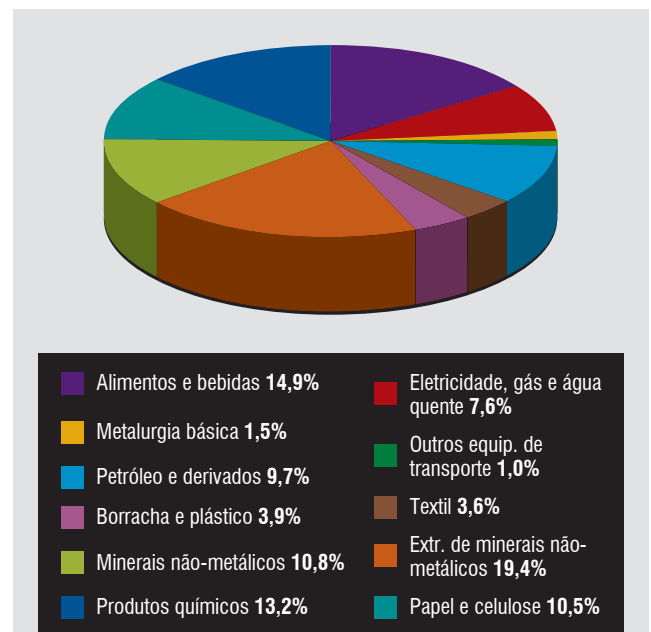


Gráfico 1
Distribuição percentual dos investimentos por setor de atividade - Bahia - 2008-2012

Fonte: SICM, 2008.

Elaboração: Astec.

Dados preliminares, sujeitos a alterações. Coletados até outubro de 2008.

papelão e embalagens, que se localizarão principalmente nos territórios Metropolitana de Salvador e Extremo Sul, além do Recôncavo e Portal do Sertão.

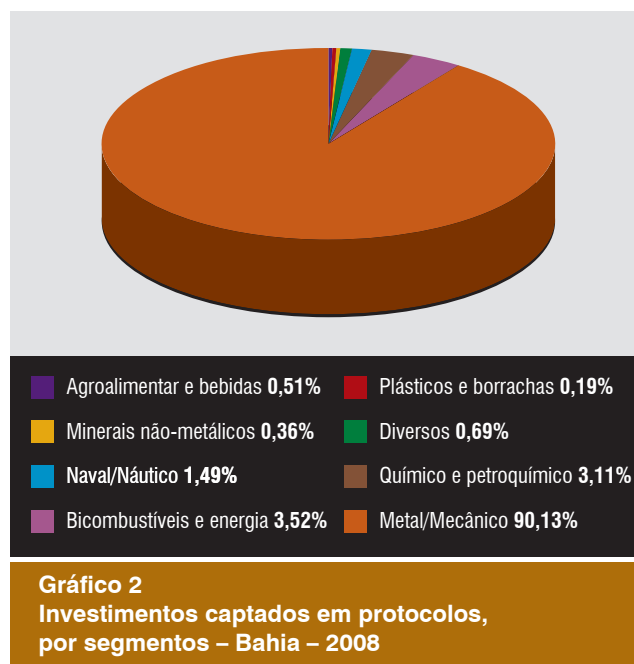
Em produtos químicos, a previsão de investimentos concentrados no território Metropolitana de Salvador, em sua maioria dirigidos para a efetivação de novas plantas industriais voltadas para a fabricação de tintas, vernizes e produtos de limpeza, chegou a 3,2%.

Vale ainda ressaltar as atividades de alimentos e bebidas, com uma participação de 10,5% no total dos investimentos. Este segmento tem atraído indústrias com pretensão de produzir principalmente laticínios, massas e bebidas (água mineral, refrigerantes, sucos) e óleos vegetais, além de indústrias fabricantes de embutidos e carnes industrializadas.

Estes empreendimentos, voltados em grande parte para a implantação de novas empresas, deverão se instalar principalmente nos territórios Metropolitana de Salvador, Portal do Sertão e Oeste Baiano.

Em minerais-não-metálicos, que participa com 10,8% do total de investimentos, as empresas com intenção de investir no estado estão voltadas para a produção de cerâmicas, telhas, mármore e pisos. Neste segmento, os empreendimentos deverão se instalar principalmente nos territórios Metropolitana de Salvador e do Vale do Jequiriçá, além de Agreste de Alagoinhas. Na atividade de petróleo e derivados, com participação de 9,7%, destaca-se a produção de gasolina, petróleo e diesel, que em sua maioria envolvem investimentos de ampliação das plantas industriais, principalmente da empresa Petrobras. Esses investimentos deverão se localizar prioritariamente no território do Recôncavo.

Vale salientar também o potencial de investimentos industriais previstos, captados em protocolos no ano de 2008, conforme Gráfico 2. Analisando os dados, observa-se que o segmento metal/mecânico foi responsável por 90,1% dos investimentos previstos captados, concentrados em uma única empresa que pretende investir um montante de R\$ 50 bilhões. Esse empreendimento está com localização prevista para o território Litoral Sul, mais precisamente o município de Ilhéus, e fará parte do projeto do Porto Sul. Em seguida temos o setor de biocombustíveis e energia, com 3,5% de participação no



Fonte: SICM, 2008.

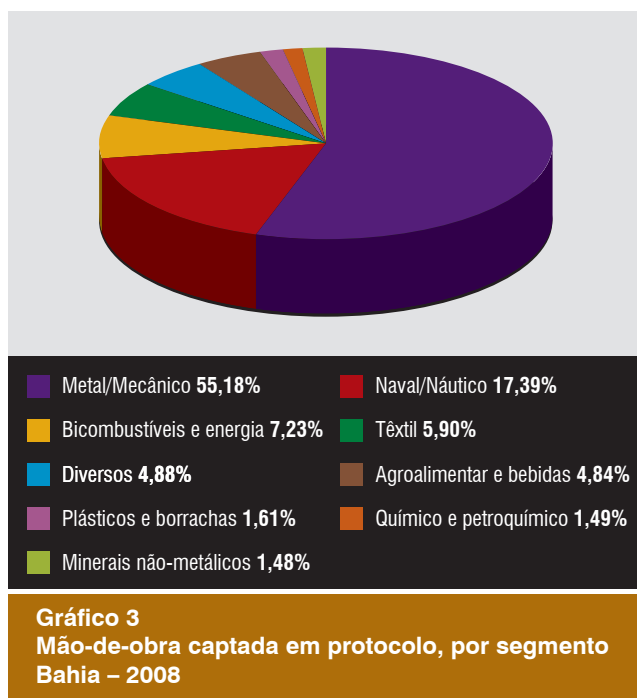
Elaboração: Astec.

Dados preliminares, sujeitos a alterações. Coletados até outubro de 2008.

total de investimentos previstos, o que representa, em termos absolutos, um volume de aproximadamente R\$ 2,0 bilhões. Por fim, destaca-se ainda o segmento químico e petroquímico, com 3,1% e um montante de R\$ 1,7 bilhões previstos, segundo dados da SICM. No emprego, esse segmento tem o potencial de gerar 280 novas vagas, o que representa quase 1,5% do total.

O Complexo Naval/Náutico representa quase 1,5% das expectativas de investimentos, chegando a um volume de R\$ 831 milhões. No tocante a mão de obra, esse segmento tem previsto o oferecimento de um total de 10.060 postos de trabalho no início da operação, uma participação de 17,4% em relação ao total. Esse complexo tem potencial para gerar 20.000 empregos diretos e de levar melhorias para a infraestrutura (malha viária, ferroviária, saneamento básico) e para os serviços (educação, saúde e segurança) da região ao longo de sua implantação. Neste complexo já foi assinado o Protocolo de Intenções do consórcio Bahia Estaleiro da Bahia S.A (Construtora OAS/Setal/Piemonte).

Destaca-se ainda o complexo Agroalimentar/Bebidas, que participa com 0,5% dos investimentos previstos e 4,9%



Fonte: SICM, 2008.

Elaboração: Astec.

Dados preliminares, sujeitos a alterações. Coletados até outubro de 2008.

da mão de obra a ser gerada. Em volume, este segmento soma em inversões cerca de R\$ 285,5 milhões e 2.797 postos de trabalho previstos.

Em borracha e plástico, a expectativa é de se efetivar um montante em investimentos que chegam a R\$ 105,1 milhões e uma participação de 0,2%, com expectativas de 932 empregos diretos, o que representa uma participação de 1,6% em relação ao total.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, pode-se afirmar que se consolida a perspectiva de mudança gradativa do perfil da indústria baiana, a qual vem captando, ao longo dos anos, empresas produtoras de bens finais, geradoras de emprego. Ocorre, portanto, mesmo que de forma incipiente, uma alteração na matriz industrial do estado, com maior diversificação de seu parque.

Além disso, esses novos investimentos captados, principalmente em municípios fora do Território de Identidade da Região Metropolitana de Salvador, levam a uma descentralização do processo de industrialização, estendendo o desenvolvimento econômico a todo o Estado. Assim sendo, a política de atração de investimentos industriais adotada vem se configurando como uma ação positiva, no sentido de que, ao criar emprego e renda, pode gerar o desenvolvimento econômico e social sustentável para a Bahia. Estas mudanças trazem também uma nova dinâmica para a economia baiana, além de fortalecer ainda mais seu setor industrial.

No cenário econômico que se configura atualmente, a concretização desses investimentos, que estão atrelados ao acesso ao crédito pelas empresas investidoras, estaria ameaçada pela falta de liquidez no mercado. Por outro lado, espera-se que, mesmos diante dessa conjuntura, o incentivo concedido pelo governo diminua ou até anule, em alguns casos, os impactos da crise financeira mundial para as empresas que pretendem investir seu capital no estado.

REFERÊNCIAS

ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL. Salvador: FIEB, 15 ago. 2008. Disponível em: <<http://www.fieb.org.br>>. Acesso em: 19 ago. 2008.

BAHIA. Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração. Banco de Dados de Investimentos. Salvador: SICM, 2008.

_____. Balanço de 2 anos de Governo. Salvador: SICM, 04.12.2008.

_____. Relatório de Atividades 2008. Salvador: SICM, 31.01.2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Ata do Copom, 22-23 jul. 2008*. Brasília: BACEN, 2008. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Acesso em: 19 ago. 2008.

FIGUERÔA, Edmundo; PESSOTI Gustavo; SILVA, Denis. *Economia baiana registra elevado crescimento no terceiro trimestre de 2008 e deverá encerrar o ano com expansão de 4,8% no PIB*. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 05.01.2009

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL. Rio de Janeiro: IBGE, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 19 ago. 2008.

PIB arrefece no quarto trimestre, mas economia baiana registra crescimento de 4,8% em 2008

Denis Veloso da Silva*
Gustavo Casseb Pessoti**

O Produto Interno Bruto do Estado da Bahia apresentou, no 4º trimestre de 2008, em comparação ao mesmo período do ano anterior, uma expansão de 1,3%, segundo as estimativas realizadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Apesar de positivo, esse foi o pior desempenho registrado nos últimos 27 meses e consequência da crise da economia mundial, que afetou as economias brasileira e baiana.

Foram fundamentais para tal resultado os desempenhos registrados no segmento de serviços, que se expandiu em 1,5% em relação ao quarto trimestre de 2007 e, sobretudo, no setor industrial, que apresentou a maior retração dos últimos cinco anos (-1,6%), principalmente influenciada pelo mau desempenho da indústria de transformação, que se retraiu 7% no quarto trimestre de 2008. O setor agropecuário, por sua vez, registrou uma elevada taxa de crescimento de 14,2% e foi decisivo para diminuir o ímpeto de retração da crise para a economia baiana no quarto trimestre do ano de 2008.

* Economista pela Universidade Católica de Salvador (UcSal); técnico da equipe de Contas Regionais da SEI.

** Mestre em Análise Regional pelo Programa de Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador (Unifacs); economista pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); coordenador de Contas Regionais e Finanças Públicas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). cassebpepssoti@gmail.com



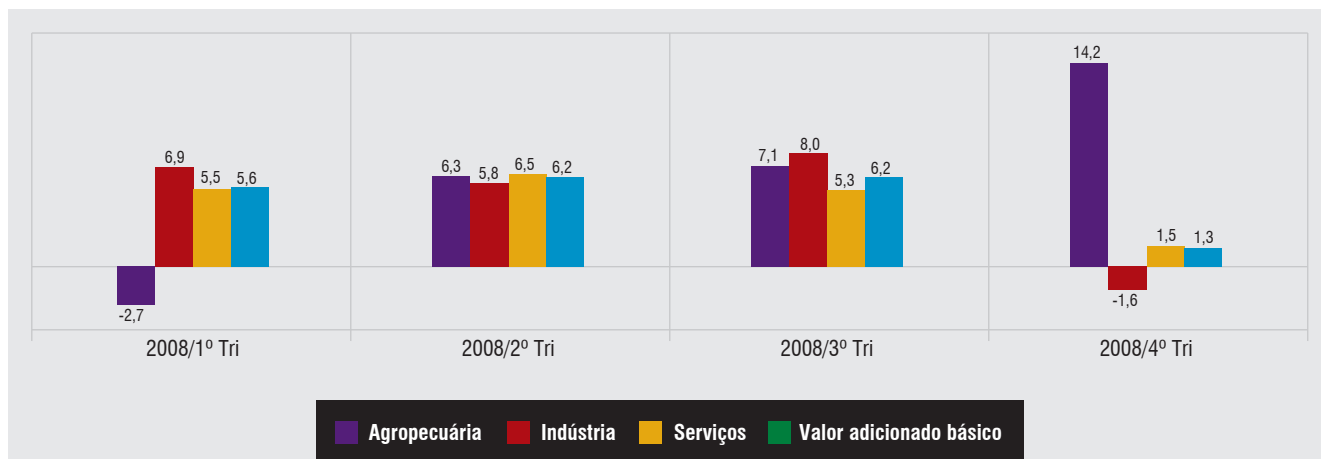


Gráfico 1
PIB trimestral¹ – Bahia* – 2007-2008

Fonte: SEI.

* Dados sujeitos a retificação.

¹ Variação trimestral em relação ao trimestre do ano anterior.

No acumulado de 12 meses, o PIB da Bahia, a despeito da diminuição no ritmo de crescimento no quarto trimestre do ano, registrou uma expansão de 4,8%. Isto significa que, após ter apresentado uma elevação de 4,5% em 2007, o PIB voltou a crescer sobre uma base já bastante expandida. Além disso, cabe ressaltar que esse resultado fez a economia baiana acompanhar o ritmo de crescimento da economia nacional. O PIB brasileiro, nesse mesmo corte analítico, registrou uma expansão de 5,1% em relação a igual período do ano de 2007. As informações setoriais do desempenho trimestral da Bahia, bem como a comparação Bahia/Brasil, podem ser observadas no Gráfico 1 e na Tabela 1.

Pôde-se constatar, em relação à análise dos resultados do ano de 2008, que a crise da economia mundial, que atingiu a economia brasileira com maior ímpeto no último trimestre do ano, não foi capaz de anular os resultados acumulados pela economia baiana, nos três primeiros trimestres do ano. O segmento industrial, por exemplo, apesar de ter registrado uma queda na taxa de crescimento de 1,6% no quarto trimestre, já havia acumulado uma expansão de 6,9% nos três primeiros trimestres do ano, consolidando, no acumulado de 12 meses de 2008, uma expansão de 4,7%, ante o mesmo período de 2007. Concorreram para esse bom desempenho os resultados registrados pela indústria de transformação e construção civil, que se expandiram 2,9% e 8,4%, respectivamente.

Tabela 1 Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto a preço de mercado – Bahia e Brasil – 2008*		
Atividades	Var. acumulada nos últimos 12 meses	
	Bahia (%)	Brasil (%)
Agropecuária	5,6	5,8
Indústria	4,7	4,3
Serviços	4,6	4,8
Valor adicionado básico	4,8	4,7
Imposto sobre o produto	4,6	7,4
PIB	4,8	5,1

Fonte: SEI, IBGE.

*Dados sujeitos a retificação.

Destaca-se que o segmento industrial continua sendo alvo de investimentos pelo governo estadual, por meio de uma política de atração que, segundo os dados da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração do Estado, implementou R\$ 3,6 bilhões em novos investimentos ao longo do período 2007-2008 (BAHIA, 2008). Com o novo programa de atração de investimentos industriais, o Pronaval – estimulando o segmento da indústria naval na região do recôncavo baiano –, acredita-se que, em 2009, a despeito do cenário de crise mundial, a indústria baiana poderá apresentar tendência de expansão, principalmente no segundo semestre do ano.

Tabela 2
Taxa de crescimento dos principais setores do PIB
Bahia – 2008

Atividades	Estimativa de crescimento para 2008 (%)
Agropecuária	5,6
Agricultura	7,0
Indústria	4,7
Ind. transformação	2,9
Construção civil	8,4
Serviços	4,6
Comércio	6,3
PIB	4,8

Fonte: SEI–Coordenação de Contas Regionais.

A Tabela 2 mostra o balanço do ano de 2008 com base nas estimativas realizadas pela equipe de Contas Regionais da SEI.

A agropecuária apresentou, no 4º trimestre de 2008, uma expansão de 14,2%, comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Esse comportamento está relacionado ao bom desempenho das safras de um conjunto de produtos colhidos no 4º trimestre/08, diferentemente daqueles produtos que foram colhidos nos três trimestres imediatamente anteriores, quando comparados ao mesmo período do ano anterior.

O desempenho da agropecuária baiana no quarto trimestre de 2008 é corroborado pelas informações contidas no Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que evidenciam resultados positivos para, praticamente, todas as lavouras da Bahia, excetuando-se a cana-de-açúcar, que apresentou leve retração na produção em 2008, e o feijão, que se retraiu em 6,5%, conforme Tabela 3. Cabe ressaltar que essa mesma pesquisa revelou um aumento de 14% na produção de grãos, que atingiu 6,2 milhões de toneladas, estabelecendo recorde na safra da Bahia. A soja, devidamente recuperada das perdas do ano de 2006, apresentou uma expansão de aproximadamente 20%, com uma safra de 2,7 milhões de toneladas. Com esses resultados, a agricultura encerrou o ano de 2008 com uma expansão, na produção, de 7%.

No segmento industrial, merece destaque o resultado alcançado pela construção civil, que há 12 trimestres consecutivos apresenta expansão na produção. No quarto trimestre de 2008, em comparação com igual período anterior, a atividade expandiu-se em 6,0%. A indústria extrativa mineral, embora em menor intensidade, voltou a apresentar retração (-0,86%) no quarto trimestre de 2008. A queda de 2% na extração de petróleo foi o fato que impediu o melhor desempenho desta atividade, dada sua representatividade no total da atividade de extração

Tabela 3
Estimativas de produção física, áreas plantada e colhida e rendimento dos principais produtos agrícolas
Bahia – 2007/2008

Produtos/ safras	Produção física (t)			Área plantada (ha)			Área colhida (ha)			Rendimento (kg/ha) ³		
	2007 ¹	2008 ²	Var. (%)	2007 ¹	2008 ²	Var. (%)	2007 ¹	2008 ²	Var. (%)	2007	2008	Var. (%)
Mandioca	4.481.355	4.519.966	0,86	377.129	393.036	4,22	334.489	344.364	2,95	13.398	13.126	-2,03
Cana-de-açúcar	6.279.183	6.180.785	-1,57	108.389	109.558	1,08	107.042	108.479	1,34	58.661	56.977	-2,87
Cacau	133.943	139.331	4,02	559.884	569.155	1,66	515.172	547.244	6,23	260	255	-2,07
Café	151.782	170.680	12,45	162.980	160.569	-1,48	149.926	154.399	2,98	1.012	1.105	9,19
Grãos	5.464.038	6.221.347	13,86	2.676.862	2.668.861	-0,30	2.486.556	2.481.566	-0,20	2.197	2.507	14,09
Algodão	1.125.240	1.189.460	5,71	301.928	315.477	4,49	301.928	315.477	4,49	3.727	3.770	1,17
Feijão	319.402	298.556	-6,53	634.136	578.454	-8,78	539.447	489.617	-9,24	504	610	21,06
Milho	1.635.849	1.882.648	15,09	843.328	804.372	-4,62	747.711	707.014	-5,44	1.940	2.663	37,28
Soja	2.298.000	2.747.634	19,57	851.000	905.018	6,35	851.000	905.018	6,35	2.700	3.036	12,43
Sorgo	85.547	103.049	20,46	46.470	65.540	41,04	46.470	64.440	38,67	1.841	1.599	-13,13
Total	-	-	-	3.885.244	3.901.179	0,41	3.593.185	3.636.052	1,19	-	-	-

Fonte: IBGE–LSPA/GCEA.

Elaboração: SEI–CAC.

¹ PAM/IBGE safra 2007.

² LSPA/IBGE dezembro 2008.

³ Rendimento = produção física/área colhida.

mineral no estado da Bahia. Mesmo assim, a indústria extrativa encerrou o ano de 2008 com expansão de 1,1% na produção.

Na indústria de transformação, segundo as informações do relatório da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE, observa-se que o quarto trimestre foi o de pior desempenho dos últimos cinco anos. A retração de 7% só não teve impactos mais negativos, pois o setor já havia acumulado uma relevante expansão até o terceiro trimestre do ano. Apenas para relembrar, no terceiro trimestre de 2008, a indústria baiana de transformação avançou 7,5%, taxa superior à assinalada no segundo (6,4%) e no primeiro trimestres (5,0%). Esta elevação no dinamismo, na passagem do segundo para o terceiro trimestre, foi explicada, em grande parte, pelo ganho de ritmo em algumas atividades, com destaque para o segmento de produtos químicos, que passou de uma retração de -4,3% no segundo trimestre, para uma expansão 3,7% no terceiro trimestre; e celulose e papel, que acelerou o ritmo de crescimento (de 38,0% para 53,6%).

Entretanto, no quarto trimestre, extremamente afetada pela diminuição na demanda internacional bem como pelos desajustes causados pela crise financeira internacional, a indústria baiana de transformação apresentou uma retração de 7%. Praticamente todos os subsetores de atividade apresentaram queda na produção. As maiores perdas foram sentidas pela indústria automobilística que se retraiu 43% (só em dezembro de 2008 em relação a dezembro de 2007 a queda na produção de automóveis atingiu 100%); também a indústria química apresentou uma queda de 22% em função da diminuição na produção de resinas de polietileno ocasionada pela queda na demanda nacional e internacional. Outro resultado negativo foi registrado no refino de petróleo (queda de 2,5%), atrelado às paradas para manutenções na refinaria, conforme se verifica no Gráfico 2.

Ainda nessa comparação trimestral, é importante destacar também o desempenho da indústria de borracha e plástico, em função dos pesados investimentos realizados principalmente no segmento de pneumáticos. Diariamente a indústria baiana de pneumáticos produz quase 36 mil unidades. No quarto trimestre de 2008, em relação a igual período do ano anterior, a indústria

de borracha e plásticos obteve uma queda de 6%. Esse é um dos segmentos que deverá apresentar alguma retração no primeiro trimestre de 2009, uma vez que 50% da produção interna é destinada ao exterior que, em função da crise mundial e da recessão econômica nos principais países da Europa e Estados Unidos, tem diminuído suas encomendas às fábricas localizadas na Bahia (ALCÂNTARA, 2008).

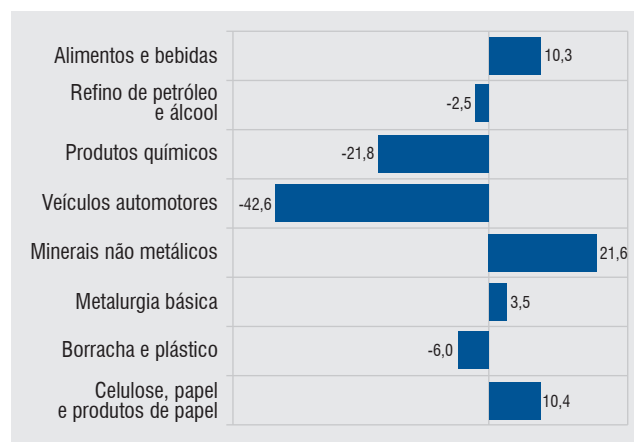


Gráfico 2
Evolução da indústria baiana de transformação,
segundo subsetores de atividades
Out-dez 2008/out-dez 2007

Fonte: IBGE-PIM-PF.

Em outubro de 2008, já se percebeu um impacto da crise financeira internacional no resultado global da indústria baiana, que se retraiu 0,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. O setor químico/petroquímico foi o mais duramente atingido com expressiva retração de 12,2%. E de lá até o fechamento do ano de 2008 foram sucessivas quedas na produção da indústria química. Em relatório de análise conjuntural, a Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) destaca pontos que ajudam a explicar o mau desempenho registrado na principal indústria da Bahia.

Segundo aludido relatório:

O segmento químico/petroquímico baiano sentiu os efeitos da crise financeira internacional em 2008, promovendo paradas não-programadas ou reduzindo a produção em algumas unidades. No final de 2008, o

agravamento da crise internacional provocou a quase paralisação da demanda por resinas termoplásticas e petroquímicos básicos (tanto no mercado interno quanto no externo), com a consequente formação de elevados estoques. Algumas empresas do Pólo de Camaçari optaram pela suspensão da produção de algumas plantas, como os casos das unidades de Olefinas I (que já havia realizado uma parada programada de 30 dias entre maio e junho de 2008), PE-2 (polietileno, por conta também de um acidente na planta) e de caprolactama da Braskem; Acrinor; Proquigel e Unigel Plásticos; além da redução da produção da Fafen. A desvalorização do câmbio também causou prejuízos importantes sobre o caixa de algumas empresas, a exemplo da Braskem, que registrou elevadas perdas no 3º trimestre do ano (R\$ 849 milhões), revertendo o resultado positivo de R\$ 465 milhões para prejuízo de R\$ 384 milhões no acumulado dos primeiros 9 meses de 2008. O segmento químico/petroquímico da Bahia promoveu o fechamento/paralisação de algumas unidades, a exemplo da CIBA Especialidades, unidades de DMT e PET da Braskem, da planta de pentaeritritol da Copenor e das plantas de cellosize (hidroxietilcelulose) e estireno da Dow Química. (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA, 2008, p. 29).

Por tudo isso e levando-se em consideração o elevado grau de concentração da indústria baiana nos segmentos químico e petroquímico, papel e celulose, automotivo e de produtos alimentícios, houve uma forte desaceleração no quarto trimestre de 2008, freando o resultado global do ano (até o terceiro trimestre indicava um crescimento superior a 4,5%). Com a queda de 7% no quarto trimestre de 2008 (em comparação a igual período do ano anterior), a indústria baiana de transformação encerrou o ano com uma expansão de apenas 2,9% em relação à produção do ano de 2007.

Apesar da expectativa quanto aos novos investimentos no parque industrial baiano, principalmente em direção à indústria naval, bem como os programas para a cadeia petroquímica, as incertezas ainda são muito grandes para o ano de 2009. As expectativas iniciais são de queda na produção industrial no primeiro trimestre do ano, atrelada à diminuição na atividade causada pela crise da economia mundial que diminuiu o ritmo de crescimento e, portanto,

as compras internacionais (exportações) de países que são grandes demandantes do Brasil, a exemplo de EUA, China, Japão, além da Zona do Euro.

Reflexo imediato da finalização da primeira fase das obras do metrô de Salvador, bem como do chamado *boom* imobiliário – que tem expandido a oferta de imóveis, nos três últimos anos, em média 40% ao ano –, a construção civil, segmento que absorve uma elevada quantidade de mão de obra, voltou a apresentar expansão na atividade, com crescimento de 6% no quarto trimestre de 2008, em relação ao mesmo período de 2007. Dessa maneira, o setor encerrou o ano com uma expansão de 8,4%, melhor resultado dos últimos 5 anos.

A despeito desse bom resultado, o emprego formal na construção civil foi bastante afetado nesse último trimestre. Segundo os dados do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Caged), o setor apresentou uma perda de 4.300 empregos com carteira assinada em dezembro de 2008, o que reduziu o ímpeto de crescimento no emprego, que vinha se observando até o terceiro trimestre do ano. Mesmo assim, o saldo do emprego na construção, ao longo do ano, ficou positivo em cerca de 3.900 novos postos, resultando em um crescimento de 4,2% em relação ao ano de 2007.

No bojo dessa análise, merece especial destaque o setor do comércio que, conforme os dados da Tabela 4, gerou aproximadamente 13.700 novos postos de trabalho no período compreendido entre janeiro e dezembro de 2008. Para corroborar esse resultado, há de se mencionar o bom desempenho de suas vendas, que, na Bahia, há 61 meses consecutivos apresentam incrementos reais. No quarto trimestre do ano de 2008, em relação ao igual período do ano anterior, o comércio baiano apresentou uma expansão de 1,8%, acumulando, no ano, 6,3% de incremento real nas vendas.

De janeiro a setembro de 2008, os setores mais ligados ao crediário apresentaram as mais significativas expansões na atividade. Justamente por isso, no quarto trimestre houve uma diminuição na intensidade do crescimento do setor varejista baiano, o que não chegou a comprometer o resultado anual, mas significou uma redução em relação à taxa de crescimento do período 2007/2006 que atingiu 12%.

Tabela 4
Comportamento do emprego formal por setor de atividade econômica
Bahia – dez 2008/jan-dez 2008

Atividade econômica	Total de admitidos	Total de desligados	Saldo (Adm.-deslig.)	Var. % no estoque
Dezembro de 2008				
Total	34.804	50.029	-15.225	-1,18
Extrativa mineral	67	257	-190	-1,57
Indústria de transformação	3.168	6.588	-3.420	-1,85
Serviços ind. e de util. pública	108	197	-89	-0,56
Construção civil	3.975	8.318	-4.343	-4,09
Comércio	10.645	10.863	-218	-0,07
Serviços	13.688	15.364	-1.676	-0,31
Administração pública	88	337	-249	-0,86
Agropecuária	3.065	8.105	-5.040	-4,99
Janeiro a Dezembro de 2008				
Total	610.700	569.778	40.922	3,37
Extrativa mineral	2.464	2.189	275	2,38
Indústria de transformação	76.391	72.297	4.094	2,34
Serviços ind. e de util. pública	2.319	2.337	-18	-0,11
Construção civil	96.041	92.149	3.892	4,23
Comércio	131.184	117.541	13.643	4,73
Serviços	208.247	188.955	19.292	3,79
Administração pública	2.478	1.769	709	2,53
Agropecuária	91.576	92.541	-965	-1,03

Fonte: MTE–Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) – Lei 4.923/65.

Nota: A variação no estoque de empregos é obtida mediante a divisão da variação absoluta sobre o estoque do primeiro dia do mês. No acumulado do ano, a variação é medida para o conjunto de meses, comparando o estoque no início do período com o estoque final. Mostra o desempenho do emprego em termos percentuais.

Em meados de setembro, os reflexos da crise econômica internacional se intensificaram mais fortemente na economia brasileira e também na baiana. Seus efeitos foram sentidos nos diversos segmentos da atividade econômica, com reflexos também no comércio varejista (Tabela 5). Com o agravamento da crise, as instituições financeiras se tornaram mais seletivas na concessão de financiamentos. O crédito ficou mais caro em razão da alta dos juros e os prazos de parcelamento das vendas mais reduzidos.

Esses fatores foram preponderantes para inibir o desempenho do varejo, principalmente nos segmentos de bens duráveis, cujas vendas, em quase 75%, são financiadas e, portanto, altamente dependentes das taxas de juros e dos prazos do crediário.

Entre janeiro e dezembro de 2008, o segmento de móveis e eletrodomésticos apresentou uma expansão acumulada de 16,6%. Impulsionados pelas facilidades de acesso ao crédito, pelas reduções de preços, principalmente dos eletroeletrônicos e pela elasticidade dos prazos de pagamento, o segmento vem, há três anos, apresentando sucessivos desempenhos positivos.

Outro importante segmento que apresentou expansão em 2008 foi o de venda de veículos, motos e acessórios, que nesse mesmo corte temporal expandiu 11,5%. Trata-se da comercialização de bens de preço elevado, cuja aquisição depende principalmente do crédito e dos juros. Por isso, parte considerável das vendas é realizada a prazo, sobretudo a dos carros populares, que responde por parcela expressiva das receitas do segmento. O aumento das vendas de veículos e motocicletas pode ser creditado às medidas de estímulos ao consumo que vêm sendo adotadas pelo governo federal, como: liberação de recursos para as montadoras e redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos carros populares, deixando-os mais baratos.

Tabela 5
Indicadores de desempenho do comércio varejista baiano, segundo grupos de atividades
Jan-dez 2008

Atividades	Acumulado no ano de 2008 ¹	
	Valor nominal de vendas	Volume de vendas ²
Comércio varejista*	12,9	7,8
Combustíveis e lubrificantes	11,8	11,3
Hipermercados, supermercados, prods. aliment., bebidas e fumo	14,7	2,1
Hipermercado e supermercado	13	1,2
Tecidos, vestuário e calçados	1,9	-2,5
Móveis e eletrodomésticos	12	16,3
Art. farm. med. ort.e de perfumaria	13,1	11,6
Equip. mat. p/ esc.inf. comunicação	-4,1	8,8
Livros, jornais, rev. e papelaria	22,5	23,6
Outros art.de uso pess. e doméstico	28,2	25,1
Veículos e motos, partes e peças	15,3	11,5
Material de construção	17,3	10,3

Fonte: IBGE-PMC.

* O Indicador do comércio varejista é composto pelos resultados das ativ. numeradas de 1 a 8.

¹ Compara a variação acumulada do período de referência com igual período do ano anterior.

² Resulta do deflacionamento dos valores nominais de vendas por índices de preços específicos para cada grupo de atividade.

O resultado do comércio exterior também merece destaque nesta análise, principalmente se considerarmos que, a despeito de toda a crise financeira mundial, que tem provocado turbulências no cenário internacional, o estado da Bahia novamente superou o valor exportado ao longo de todo o ano de 2007. Em 2008 foram contabilizados, segundo os dados do Promo Bahia, cerca de US\$ 8,7 bilhões, contra US\$ 7,4 bilhões de 2007, isto é, um crescimento de 17,4% (CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA, 2008).

Segundo as informações do Promo Bahia, a agência responsável pela análise do comércio exterior da Bahia, dois foram os fatores mais diretamente associados ao desempenho das exportações baianas no ano de 2008: em primeiro lugar, o preço dos produtos exportados (principalmente as *commodities*), que alcançaram uma valorização média de 11,4% e que, antes da crise, tiveram um grande incremento na demanda internacional, principalmente para a China, União Europeia e EUA (esses dois últimos, os mais afetados pela crise da economia mundial); em segundo lugar, a expansão da celulose, fortemente incentivada no estado pelas políticas de atração de investimentos industriais, que passou, pela primeira vez na história recente do estado, a figurar como principal produto da pauta de exportações, com vendas de US\$ 1,5 bilhão (crescimento de 67,5% em relação a 2007).

Outro destaque no que se refere às exportações deve ser creditado às *commodities* agrícolas que, juntas, se expandiram 43%, com valor exportado próximo a US\$ 1,6 bilhão. Somente a soja apresentou o maior incremento nas vendas externas entre todos os produtos da pauta de exportações do estado da Bahia em 2008. Na comparação com o ano de 2007, houve uma expansão de 91,2%, como resposta da grande produção interna (cerca de 2,7 milhões de toneladas) e também pelo aumento da demanda externa, sobretudo da China.

Com tudo isso, o saldo comercial foi de aproximadamente US\$ 2,2 bilhões, isto é, 9,9% maior que o registrado em 2007. Assim sendo, segundo o relatório de análise do comércio exterior da Promo, possíveis impactos na balança comercial da Bahia poderão ser percebidos somente no início do ano de 2009.

Os prováveis reflexos da queda nas cotações das commodities, assim como uma desaceleração nos pedidos, só terão efeito na balança comercial baiana no início de 2009, caso o cenário atual de escassez de crédito e volatilidade do dólar seja mantido, assim como um encolhimento nas vendas, resultado de um desaquecimento da economia mundial [...] O efeito sobre as commodities é mais rápido, já que são o primeiro elo da cadeia e, diante da perspectiva de retração da economia, são os primeiros produtos a terem a demanda reduzida. (CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA, 2008, p.2).

A Tabela 6 evidencia o desempenho das principais exportações baianas realizadas em 2008. Nela podemos perceber os segmentos que foram mais duramente afetados pela crise mundial, a exemplo do setor de

Tabela 6
Exportações baianas
Principais segmentos
Jan-dez 2007/2008

Segmentos	Valores (US\$ 1000 FOB)		Variação (%)	Participação (%)
	2007	2008		
Papel e celulose	897.384	1.503.019	67,5	17,3
Químicos e petroquímicos	1.580.415	1.387.220	-12,2	15,9
Petróleo e derivados	1.003.710	1.356.462	35,1	15,6
Metalúrgicos	1.076.546	1.173.632	9,0	13,5
Soja e derivados	392.559	750.447	91,2	8,6
Automotivo	761.556	653.803	-14,1	7,5
Minerais	222.504	284.563	27,9	3,3
Cacau e derivados	224.650	262.215	16,7	3,0
Borracha e suas obras	246.847	228.281	-7,5	2,6
Algodão e seus subprodutos	153.150	170.127	11,1	2,0
Frutas e suas preparações	138.275	156.630	13,3	1,8
Café e especiarias	118.187	123.591	4,6	1,4
Couros e peles	108.607	104.126	-4,1	1,2
Sisal e derivados	84.330	93.975	11,4	1,1
Calçados e suas partes	82.542	90.334	9,4	1,0
Maq., apars. e mat. elétricos	74.994	87.599	16,8	1,0
Móveis e semelhantes	65.563	42.992	-34,4	0,5
Fumo e derivados	22.480	28.266	25,7	0,3
Pesca e aquicultura	7.597	8.298	9,2	0,1
Demais segmentos	146.833	193.084	31,5	2,2
Total	7.408.729	8.698.664	17,41	100,00

Fonte: MDIC-Secex. Dados Coletados em 09/01/2009.

Elaboração: Centro Internacional de Negócios da Bahia (Promo).

produtos químicos e petroquímicos, além do setor automotivo, que apresentou seu pior resultado desde 2002, quando a Bahia se tornou exportadora de veículos automotores.

Para finalizar este breve balanço de conjuntura econômica em 2008, cumpre explicitar o desempenho do setor de serviços, que também apresentou um bom resultado em suas principais atividades e encerrou o ano com uma expansão de 4,6%. Como demonstrado anteriormente pelos dados do Caged, que medem apenas o emprego formal, o setor de serviços foi o que mais empregos criou em 2008.

Nesse mesmo ano, diversas atividades ligadas ao setor de serviços apresentaram expansão no nível da atividade, entre elas os setores ligados ao turismo, bastante favorecidos pelo aumento do dólar, que desestimulou as viagens para o exterior. O setor de alojamento e alimentação, em resposta direta a esse movimento da economia, expandiu-se 6,7%, como reflexo imediato do incremento turístico já característico de fim de ano e bastante ampliado pela conjuntura internacional. A análise do setor de transporte aéreo, atrelado ao citado segmento, corrobora os resultados. Entre janeiro e dezembro de 2008, o fluxo de passageiros desembarcados na Bahia aumentou perto de 9,2%.

Além disso, em função da diminuição do desemprego na Região Metropolitana de Salvador que, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), caiu 6,5% na comparação com o ano 2008/2007, houve expansão na atividade dos demais serviços (prestados às famílias e empresas). O nível de ocupação nesse segmento de serviços cresceu 4,6% em 2008/2007.

Revela a mesma pesquisa, em relação ao período 2008/2007, que houve crescimento do rendimento real médio, tanto da população ocupada (6,1%) quanto da assalariada (5,4%).

Assim, a despeito da crise econômica financeira internacional e do arrefecimento das principais economias

da Europa, Japão e Estados Unidos, países que mantêm relações comerciais com a Bahia, a economia baiana novamente apresentará uma taxa de incremento do PIB, seguindo a tendência da economia brasileira. A taxa estimada pela equipe da SEI configura-se como a mais alta desde 2004. A soma de todas as riquezas produzidas na Bahia certamente será superior aos R\$ 115 bilhões.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, Débora. Fábrica de pneus anunciam férias coletivas no Estado. *A Tarde*, Salvador, 19 nov. 2008. *Economia*, p. 17.
- BAHIA. Secretaria da Indústria Comércio e Mineração. *Investimentos Industriais da Bahia no período 2007-2008*. Salvador: SICM, 2008. Disponível em: <www.sicm.ba.gov.br>. Acesso em: 1 dez. 2008.
- BOLETIM DO CAGED. Salvador: SEI, 2008. Disponível em: <www.sei.ba.gov.br>. Acesso em: 20 dez. 2008.
- CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA. *Informativo do comércio exterior*. Salvador: PROMO, 2008. Disponível em: <www.promobahia.com.br>. Acesso em: 20 dez. 2008.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA. *Acompanhamento Conjuntural*. Salvador: FIEB, 15 set. 2008. Disponível em <www.fieb.org.br>. Acesso em: 1 dez. 2008.
- IBGE. *Levantamento sistemático da produção agrícola*. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 28 dez. 2008.
- PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO (PED). Salvador: SEI, 2008. Disponível em: <www.sei.ba.gov.br>. Acesso em: 1 dez. 2008.
- PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL PRODUÇÃO FÍSICA-REGIONAL. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 26 fev. 2008.
- PESQUISA MENSAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro; IBGE, 2008. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 26 fev. 2008.
- PIB TRIMESTRAL DO BRASIL. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 mar. 2008.

Transformações na dinâmica da economia baiana: políticas de industrialização e expansão das relações comerciais internacionais

Gustavo Casseb Pessoti*
Marcos Guedes Vaz Sampaio**

A história econômica recente da Bahia, analisada por meio de sua evolução no decurso dos últimos 17 anos, revela o caráter industrialista adotado pela esfera governamental no anseio de promover uma transformação nas bases de sua estrutura produtiva. O caminho identificado para alcançar tal objetivo não era novo; tratava-se da velha política das isenções fiscais, usada desde tempos remotos como mecanismo de atração de agentes econômicos e dinamização da economia.

Subsídios, redução ou até mesmo a isenção de tributos sempre foram instrumentos utilizados pelo governo com o intuito de atrair capitais e promover o desenvolvimento de uma região. No século XIX, a então Província da Bahia chegou a ser detentora do maior número de estabelecimentos fabris do segmento têxtil nacional; possuía também fábricas de charutos, chapéus, sabonetes e tinha um setor metalúrgico expressivo para os padrões da época.

* Mestre em Análise Regional pelo Programa de Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador (Unifacs); economista pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); coordenador de Contas Regionais e Finanças Públicas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e professor do curso de Ciências Econômicas da Unifacs. cassebpeessoti@gmail.com.

** Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP); economista (UFBA); pesquisador da SEI; professor do Centro Universitário da Bahia (FIB). mvgvsampaio@hotmail.com.





Todo esse processo de industrialização surgiu como apêndice dos setores açucareiro, fumageiro e algodoeiro e grande parte dos capitais investidos nessas fábricas foram oriundos do negócio do tráfico negreiro, abolido pela lei Eusébio de Queirós no ano de 1850. A decadência da cultura do açúcar e a estagnação das economias fumageira e algodoeira, ainda na segunda metade do oitocentos, refletiram-se por toda a estrutura produtiva baiana, que atravessou um período de involução econômica mitigado pelo crescimento da produção cacaueteira na região sul do estado, já em fins do período oitocentista.

Devido ao caráter de endogeneidade da cultura cacaueteira, durante seu processo de expansão e consolidação como novo vetor dinâmico da economia baiana, poucos reflexos foram percebidos na transformação do cenário econômico estadual por meio da diversificação dos capitais. A concentração dos recursos, voltada ao desenvolvimento do cacau, lembrava a devoção dos agentes econômicos nacionais à cafeicultura, que permaneceram surdos durante longas décadas aos apelos de buscarem uma política industrial efetiva para o país.

A visão dos industrialistas, que clamavam por políticas efetivas para o setor e buscavam direcionar as inversões para a indústria, visando diversificar a economia brasileira, era vista quase como um ato sacrílego contra o bem-aventurado café. Este produto era o motor da economia nacional e a base do desenvolvimento de outros setores, inclusive do incipiente segmento fabril. Se, na Bahia, não foi o capital cacaueteiro que alavancou o processo de industrialização, ao menos ele contribuiu para retirar a economia baiana do marasmo em que se encontrava.

“Um conjunto de fatores favoráveis permitiu um impulso na industrialização da Bahia nos primórdios dos anos 50, além da refinaria”

O processo de industrialização somente foi retomado no estado após a implantação da Refinaria Landulfo Alves em Mataripe (RLAM) na década de 1950. Desde então, a evolução econômica baiana tomou um novo rumo, capitaneada pelos segmentos químico e petroquímico.

Um conjunto de fatores favoráveis permitiu um impulso na industrialização da Bahia nos primórdios dos anos 50, além da refinaria. Dentre eles destacam-se o surgimento do Banco do Nordeste e, em termos locais, a usina hidrelétrica de Paulo Afonso, responsáveis por uma mudança na estrutura econômica do estado. Talvez o maior destaque desse período deva ser creditado ao início do planejamento econômico para o desenvolvimento da Bahia, com a instituição da Comissão de Planejamento Econômico (CPE) em 1955, de base essencialmente industrialista.

Na época em que o planejamento era realmente um instrumento para o desenvolvimento, e o Estado ainda não era considerado causador das mazelas da sociedade contemporânea, o estado da Bahia logrou um grande processo de industrialização, que encontrou seu apogeu no final dos anos 1970, com a criação do maior complexo petroquímico da América Latina.

A partir da década de 1980, sem poder contar mais com o apoio do Estado na dinamização das economias menos favorecidas, coube aos estados subnacionais procurar desenvolver um processo autônomo na condução do planejamento econômico. Aqueles que outrora galgaram um processo de acumulação capitalista (poupança) conseguiram manter o *status* dominante. Os outros, excluídos historicamente deste processo, tiveram que abrir suas economias ao capital estrangeiro, sobretudo com o apoio dos incentivos fiscais.

INCENTIVOS FISCAIS E A NOVA DINÂMICA DA INDUSTRIALIZAÇÃO BAIANA NO PÓS-90

O Brasil entrou no século XXI fortemente influenciado por uma política econômica fiscalista, em que o mercado era interpretado como o agente norteador dos rumos da nação. A busca pelo Estado mínimo, por meio da deificação do mercado, representava o pensamento dos ideólogos do chamado neoliberalismo e significava para eles bons augúrios ao futuro da economia brasileira. Desse modo, foi adotada pelo governo federal uma política monetária contracionista severa, que combinava taxas de juros elevadas, metas de inflação muito baixas e excessiva proteção à moeda nacional, com o intuito de fortalecer o meio circulante e manter a estabilidade econômica alcançada.

Um projeto nacional de caráter desenvolvimentista há muito tempo fora abandonado pelo governo federal, por considerá-lo anacrônico. As mudanças ocorridas no cenário econômico mundial, no decurso das últimas décadas do século XX, mostravam um novo panorama, em que o processo de internacionalização do capital se intensificara e as fronteiras econômicas entre as nações tornaram-se mais tênues. A formação dos blocos econômicos regionais experimentara um processo de recrudescimento e a ideologia dominante passava por um receituário básico para os países em desenvolvimento.

O Consenso de Washington, historicamente, foi o representante maior desse novo modelo econômico adotado pelo Brasil e por outras nações da América Latina. Dentro de sua base ideológica sistematizada, o governo federal buscava não interferir na dinâmica econômica, deixando-a livre para experimentar as oscilações do mercado, seus ajustes ou desajustes, períodos de crescimento e estagnação, porém sempre tendendo ao equilíbrio, razão “natural” de sua essência. Influenciado por essa escola de pensamento, o governo federal absteve-se de promover políticas industriais e regionais, rompendo definitivamente com o modelo de cunho desenvolvimentista.

As economias regionais menos desenvolvidas, que necessitavam de uma presença mais expressiva por parte da União, através de políticas públicas, foram

prejudicadas pela adoção desse novo paradigma. A capacidade menor em atrair capitais em relação ao eixo dinâmico da economia brasileira, localizado no Sul e Sudeste do país, tornava a possibilidade de ocorrer um processo de involução industrial um risco evidente para as regiões periféricas do Brasil.

A experiência histórica das nações revelava que o estado não podia se descuidar de seu papel de agente fomentador do processo de desenvolvimento em regiões que ainda apresentavam quadros socioeconômicos mais dramáticos. Assim, as desigualdades regionais que já eram flagrantes no cenário econômico brasileiro tendiam a agudizar, amplificando, assim, a hegemonia do Sul e Sudeste do país. Diante desse quadro, restou a estados como a Bahia, menos favorecidos pelo ambiente econômico interno, utilizar estratégias como a guerra fiscal para atrair investimentos, minimizando, dessa forma, os prejuízos causados pelo modelo de desenvolvimento preconizado pelo neoliberalismo.

Durante a década de 1990, alguns programas foram implementados pelo governo da Bahia com o objetivo de promover seu crescimento e desenvolvimento econômico. O Programa de Promoção de Desenvolvimento da Bahia (Probahia) buscava diversificar o setor industrial do estado, dinamizando a economia em várias regiões¹. O Programa Estadual de Desenvolvimento da Indústria de Transformação de Plásticos na Bahia (Bahiaplast) visava fomentar a indústria de transformação plástica por meio da concessão de créditos. O Programa de Incentivo ao Comércio Exterior (Procomex) era voltado ao setor produtivo exportador, principalmente o ramo calçadista e seus derivados. O Programa Especial de Incentivo ao Setor Automotivo da Bahia (Proauto), por fim, era destinado à concessão de incentivos fiscais e realização de inversões em infraestrutura para montadoras de automóveis e fabricantes de autopeças e acessórios².

¹ No primeiro ano do programa, 25 projetos foram aprovados; no transcurso do ano de 1994, este número cresceu, alcançando 44 projetos. No entanto, foi no ano de 1998 que o Probahia obteve seu melhor desempenho, totalizando a aprovação de 51 projetos (SOUZA; PACHECO, 2003, p. 16).

² A instalação da Ford na RMS foi o resultado mais expressivo deste programa; o projeto obteve um volume de investimentos em torno de US\$ 1,2 bilhão (GUERRA; TEIXEIRA, 2000, p. 87). Por ser um setor intensivo em capital não gerou um número significativo de empregos diretos (PESSOTI; SAMPAIO; SPINOLA, 2008).

“Durante a década de 1990, alguns programas foram implementados pelo governo da Bahia com o objetivo de promover seu crescimento e desenvolvimento econômico”

Lançado no ano de 2002 pelo governo estadual, o Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia (Desenvolve) substituiu os anteriores. O novo programa era mais ambicioso, uma vez que ampliava o escopo dos objetivos propostos até aquele momento. Almejava, por meio de um conjunto de metas de longo prazo, recrudescer o projeto de diversificação da matriz industrial baiana contemplando também o setor agroindustrial. Trazia, no ensejo, igualmente, a meta já observada em programas anteriores de promover a desconcentração regional dos investimentos industriais, buscando dinamizar a economia de outros territórios e melhorar a integração econômica entre as diversas regiões do estado.

Por meio da política de incentivos fiscais, o governo da Bahia conseguiu atrair empreendimentos dos mais variados segmentos da indústria. Dentre esses podem ser citados os setores têxtil, de calçados, eletrônico, químico, automobilístico e de papel e celulose. No período entre 1999 e 2005 foram investidos aproximadamente R\$ 30,7 bilhões no setor industrial resultando em cerca de 135 mil empregos diretos. Do montante das inversões realizadas no período, 80% foram direcionadas para a implantação de novos empreendimentos e os 20% restantes foram destinados à reativação de indústrias já existentes (PESSOTI, 2006, p. 86).

A preocupação em diversificar a estrutura produtiva do estado da Bahia podia ser constatada nos esforços claros de promover os investimentos em diversos segmentos da indústria. A concentração da maior parte do volume

“O perfil pouco diversificado da economia baiana foi transmutado com relativo êxito no decurso das últimas décadas”

dessas inversões na Região Metropolitana de Salvador (RMS), no entanto, contribuiu para recrudesce o processo de centralização econômica que já era bastante expressivo. Os entraves à dinâmica de redimensionamento da espacialização produtiva baiana residiam na insuficiência de infraestrutura, nas pressões políticas regionais e nas dificuldades de acesso aos mercados, principalmente internacionais, de uma parcela considerável dos territórios do estado.

A política de estímulo à formação de pólos industriais e diversificação das atividades produtivas em diversos municípios do interior baiano foi uma tentativa que apresentou alguns resultados, como a geração de empregos proporcionados pela indústria calçadista, por exemplo, e um padrão de dinamismo econômico restrito a mercados sub-regionais³. Menezes (1995, p. 77) atribuiu à configuração desse modelo uma perspectiva municipalista na concepção dos distritos industriais fortemente voltada aos mercados locais.

A evolução econômica da Bahia sempre apresentou um perfil de pouca diversificação, o que resultou numa relação de extrema dependência das oscilações de poucas mercadorias no cenário internacional. A distribuição espacial das esferas produtivas baianas ocorreu no entorno da cidade de Salvador e espalhou-se pelo Recôncavo e pela zona costeira em direção ao sul do estado. O crescimento e a consequente expansão da cultura cacauieira deslocaram os vetores de crescimento

econômico de Salvador e sua hinterlândia para a região de Ilhéus e Itabuna, no transcurso da primeira metade do século XX. Essa mudança resultou em um cenário dinâmico diverso do que havia predominado até aquele momento na organização espacial da estrutura produtiva. Os reflexos dessa transformação, contudo, não alteraram o cerne do modelo econômico vigente, que era traduzido em pouca diversificação econômica e excessiva centralização territorial das riquezas.

O perfil pouco diversificado da economia baiana foi transmutado com relativo êxito no decurso das últimas décadas, principalmente por meio da introdução de novos segmentos industriais, conforme abordado anteriormente. O surgimento e a expansão de setores como automobilístico, papel e celulose, calçadista, dentre outros, contribuíram para ampliar o rol de mercadorias voltadas ao comércio internacional e ao mercado interno, refletindo um novo panorama na economia baiana.

POLÍTICA INDUSTRIAL POR DENTRO: EFETIVAÇÕES DE INVESTIMENTOS E REDUZIDA DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA

Muitos foram os programas industriais da política baiana, principalmente na década de 90 do século passado. Uns, mais específicos, objetivaram desenvolver setores identificados pelo planejamento baiano como estratégicos para a reinserção da Bahia na matriz industrial brasileira. Outros, mais abrangentes, visavam o estabelecimento de uma dinâmica endógena e não espasmódica, de forma a criar o que os economistas da corrente regionalista denominam de efeitos a jusante e a montante na economia regional.

A despeito desse objetivo e da busca incessante por uma estrutura produtiva diversificada espacialmente e setorialmente, a análise dos resultados *ex post* à implementação do Programa Desenvolve evidenciaram duas condições nada satisfatórias em relação aos esforços e incentivos concedidos pela política industrial baiana: primeiro, a baixa efetivação dos investimentos industriais com protocolos de intenção assinados com o estado da Bahia. Conforme demonstra o gráfico a seguir, que reúne as informações mais atualizadas e disponíveis nas fontes utilizadas neste

³ A expressão “mercados sub-regionais” está sendo utilizada neste texto para designar as áreas de influência de algum centro urbano, normalmente de porte médio. Limita-se à própria sede do município e cidades menores circunvizinhas.



Gráfico 1
Distribuição percentual dos projetos de investimentos industriais, por categoria situacional Bahia – 2005

Fonte: Matos e Aquino (2005, p. 22)

artigo, do montante total de investimentos industriais protocolados para implantação na Bahia, no período de 2000 a 2005, menos da metade confirmou a efetivação.

Esse percentual de efetivação é uma evidência por si só de quão exógenas são as decisões que norteiam os investimentos produtivos. Em que pese toda a atração realizada

pelo governo da Bahia com seus vários programas e políticas industriais – de incentivos fiscais e oferecimento de infraestrutura, entre outros benefícios – apenas 45,6% dos projetos previstos foram efetivamente realizados.

O segundo fator que deve ser considerado nesta análise é a natureza dos investimentos realizados dentro do percentual de efetivação. Segundo Lima e Silva (2005, p. 30), os complexos que registraram, entre 2000 e 2005, as maiores realizações de investimentos previstos em 1999 foram o químico e petroquímico, com aproximadamente 70% de concretização, a indústria de transformação plástica e petroquímica com 55% e a atividade de extração mineral e beneficiamento com 53% de efetivação dos investimentos. O Gráfico 2 apresenta essas informações discriminadas por complexo industrial na Bahia.

Essa constatação reforça a ideia de que, embora muitos programas e projetos setoriais para atração de empreendimentos industriais tenham sido lançados, visando maior diversificação e adensamento do complexo produtivo estadual, a grande concentração evidenciada pelos números anteriores nos investimentos em química e petroquímica certamente contradizem os objetivos inicialmente propostos pelos programas baianos. Pelos dados evidenciados no Gráfico 2, percebe-se que apenas

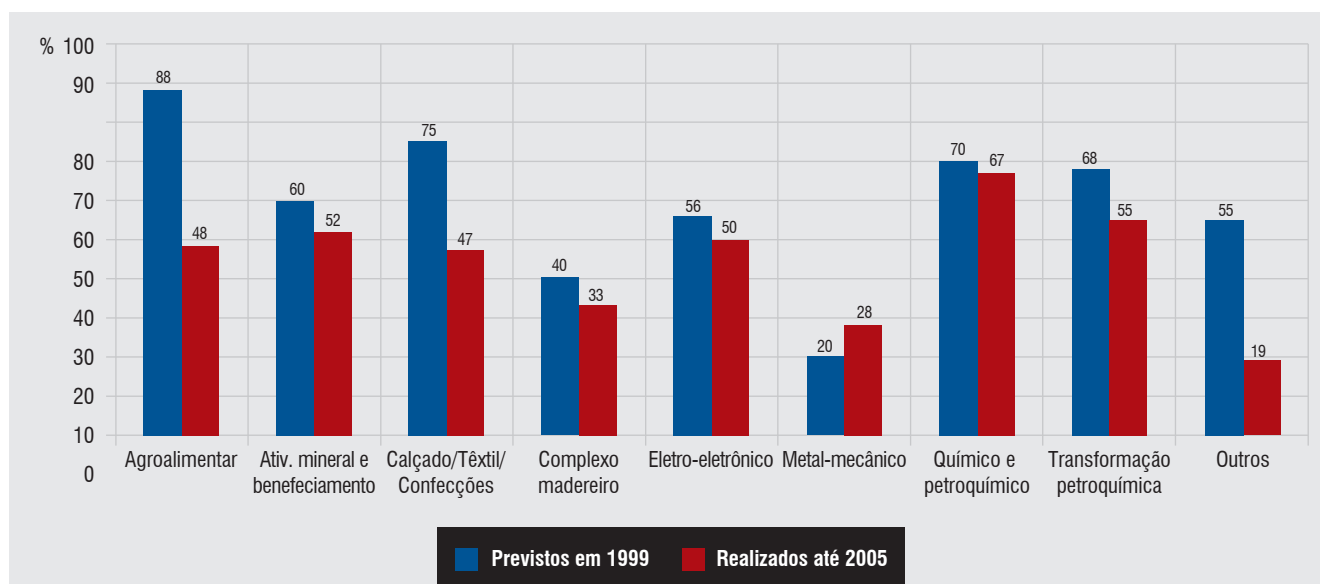


Gráfico 2
Projetos previstos e realizados e grau de efetivação, por complexo produtivo – Bahia – 2005

Fonte: Lima e Silva (2005, p.30)

o segmento metal-mecânico, entre todos os setores industriais classificados, apresentou maior efetivação de investimentos em 2005 do que o montante originalmente previsto em 1999 (para o período 2000-2005). Esse segmento engloba, além dos investimentos em metalurgia, aqueles oriundos da indústria automobilística, atraída para o estado, originalmente, graças aos programas Proauto e depois Desenvolve.

Assim, a explicação isolada para esse fato está atrelada a um surto de investimentos exógenos de uma das maiores montadoras de veículos do mundo: a *Ford Company*. Desde sua chegada ao estado, o Complexo Ford Nordeste induziu a vinda de uma rede de sistematistas mundiais que consolidaram na Bahia uma das fábricas mais modernas do mundo no segmento de veículos automotores. Foi exatamente a atração desses sistematistas – não prevista anteriormente – que provocou a discordância entre os investimentos previstos em 1999 e os efetivamente realizados até 2005, configurando-se, pois, como uma exceção à regra.

Retornando para a análise dos investimentos efetivados, o Gráfico 3 mostra a predominância da atividade petroquímica (seja o beneficiamento, seja a transformação propriamente

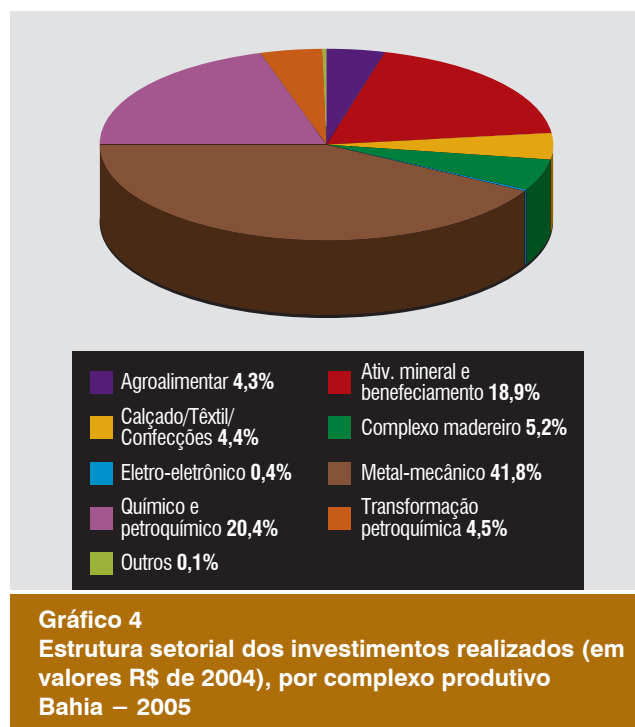
dita) entre todas as demais atraídas pelos programas industriais contemplados na política industrial baiana.

Em que pese o fato de o Gráfico 3 representar apenas a estrutura percentual do número de projetos industriais efetivamente realizados na Bahia, no período compreendido entre 2000 e 2005, é evidente que o resultado mais imediato da política industrial baiana foi aumentar a concentração setorial da indústria de transformação. Mesmo com programas setoriais diversificados, quase 43% dos projetos industriais atraídos para a Bahia foram direcionados para os segmentos químico e petroquímico e suas derivações (beneficiamento e transformação). Esta concentração industrial é ainda mais perceptível se o mesmo gráfico for analisado considerando-se a estrutura percentual do montante investido em cada um dos complexos industriais em questão.

Ao se levar em consideração o montante dos investimentos efetivados, a concentração nos resultados é ainda maior: os valores empregados nos complexos mineral e beneficiamento, químico e petroquímico e metal-mecânico, somados, atingem quase 82% do total investido em toda a indústria baiana no período entre 2000 e 2005. É,



Fonte: Lima e Silva (2005, p. 38)



Fonte: Lima e Silva (2005, p. 39)

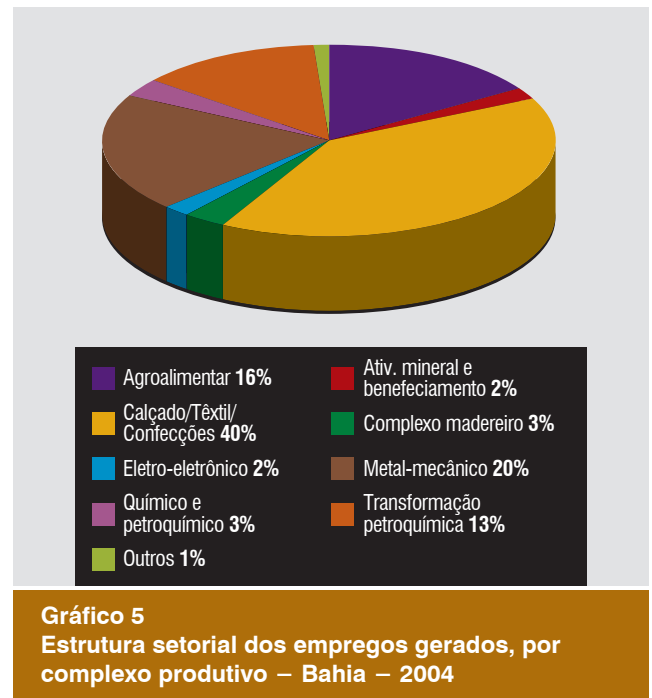
de certa forma, tautológico, mas necessário reforçar que o segmento metal-mecânico aparece com destaque em função da presença do Complexo Ford. Segundo Lima e Silva (2005, p. 41), do montante total atribuído ao complexo metal-mecânico, 98,2% do investimento industrial (em valores correntes de 2005) foram realizados isoladamente pela Ford e seus sistematistas.

Se excluído da análise o valor investido pela Ford e suas empresas sistematistas, o segmento [metal-mecânico] perde importância relativa, passando a ocupar a penúltima posição em termos de montante desembolsado, uma vez que o investimento do setor cai de R\$ 4.041 milhões para R\$ 71 milhões (LIMA; SILVA, 2005, p. 41).

O complexo químico (considerando aqui tanto o beneficiamento como a transformação) foi o segundo a despendar maior volume de investimentos para o período 2000-2005. A concentração econômica também se verifica nesse segmento com destaque para três grupos principais: Petrobras/RLAM, Braskem e Monsanto do Brasil. Juntos, esses grupos empreendedores foram responsáveis por 95% do montante investido no complexo químico da Bahia no período em análise. A Petrobras do Recôncavo baiano assume posição de destaque nesse contexto, argumento corroborado por Lima e Silva (2005, p. 41).

A retirada dos valores despendidos pela Petrobras do montante dos dois setores [químico e petroquímico e atividade mineral e de beneficiamento] permite verificar com clareza a relevância desta empresa nos subconjuntos setoriais dos investimentos realizados: os desembolsos efetuados no complexo químico-petroquímico passam de R\$ 1.973 milhões para R\$ 1.343 milhões, enquanto os valores realizados na atividade mineral e de beneficiamento sofrem uma queda bem mais acentuada, de R\$ 1.831 milhões para R\$ 305 milhões.

Apesar disso, uma série de outros investimentos foram realizados nas mais diversas regiões do estado. Ademais, das grandes inversões realizadas pelos grandes grupos multinacionais já mencionados, foram concretizados projetos que, embora não tenham grande destaque quanto ao montante de recursos, acabaram gerando um acentuado volume de empregos e dinamizando a atividade econômica em alguns municípios do interior.



Fonte: Lima e Silva (2005, p. 39)

Dentre esses projetos destacam-se os investimentos da Pirelli Nordeste e do grupo Avipal em Feira de Santana; ampliação da Tigre – Tubos e Conexões em Camaçari e implantações da Med-e-Med no Centro Industrial de Aratu e da Citec do Brasil em Mata de São João. O grande destaque, entretanto, no que concerne à distribuição espacial dos empreendimentos foi o complexo calçados/têxtil/confecções. O segmento de calçados e componentes apresentou, no período de 2000 a 2004, 20 novos projetos em localidades diferenciadas, com destaque para os municípios de Castro Alves (Andreza Calçados), Cruz das Almas (Bibi Calçados), Amargosa (Daiby), Santo Estevão (Dilly Calçados) e Cachoeira (Curtime Reichert).

ECONOMIA BAIANA E EXPANSÃO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS INTERNACIONAIS

O processo resultante da nova ambiência econômica internacional, fruto da ampliação das fronteiras de circulação do capital, traduz-se num quadro contraditório, no qual a tendência à globalização dos mercados atua

concomitante a um movimento de natureza fragmentária que envolve as economias nacionais. A formação de blocos regionais ou áreas preferenciais de comércio surge como um desdobramento da intensificação das relações mercantis mundiais, nas quais o panorama concorrencial externo se amplifica.

O reflexo, portanto, dessa dinâmica na economia-mundo, em que os espaços das nações se apresentam de maneira mais tênue, é a mudança de direção por parte dos países que buscam, por meio da integração regional, mecanismos para extraírem vantagens em suas relações econômicas internacionais. A redução ou eliminação das barreiras tarifárias aplicadas, tanto ao setor exportador quanto ao importador, por parte dos países pertencentes ao bloco econômico, e o direcionamento dos investimentos para o desenvolvimento dos setores que apresentam maior potencial de crescimento podem ser aventadas como estratégias para enfrentar os desafios impostos pela ordem mundial no contexto da globalização.

A inserção de maneira mais significativa do Brasil no novo panorama do comércio internacional se deu através da redução das alíquotas de importações e por meio de diversos acordos firmados com seus pares, igualmente integrantes do Mercado Comum do Sul (Mercosul) – Argentina, Uruguai e Paraguai. Consta do tratado a formação de uma zona de livre comércio entre os países membros, em que bens, serviços e fatores de produção circulam livremente, fortalecendo as relações mercantis. No decurso dos últimos anos, o Brasil ampliou os acordos bilaterais e está negociando com a União Européia e Estados Unidos acordos comerciais mais equilibrados, de modo a expandir o intercâmbio entre seus agentes econômicos.

Os resultados da política externa mais agressiva e dinâmica se traduzem nos valores do comércio exterior brasileiro. Entre 1990 e 2007, a corrente de comércio brasileira cresceu aproximadamente 440%, passando de US\$ 52 bilhões para cerca de US\$ 281,3 bilhões; as exportações experimentaram também uma expansão bastante expressiva, atingindo 411,4%. No ano de 1990, o país havia auferido com as exportações US\$ 31,4 bilhões, porém, em 2007, este volume atingiu US\$ 160,6 bilhões. As importações, como não poderia deixar de ser, igualmente apresentaram um aumento significativo, alcançando, no

Tabela 1
Balança comercial do Brasil – 1990-2007
(US\$ milhões FOB)

Ano	Exportações	Importações	Saldo	Corrente de comércio
1990	31.414	20.661	10.753	52.075
1991	31.620	21.041	10.579	52.661
1992	35.793	20.554	15.239	56.347
1993	38.555	25.256	13.299	63.811
1994	43.545	33.079	10.466	76.624
1995	46.506	49.858	-3.352	96.364
1996	47.747	53.346	-5.599	101.093
1997	52.994	59.747	-6.753	112.741
1998	51.140	57.763	-6.623	108.903
1999	48.013	49.302	-1.289	97.315
2000	55.119	55.851	-732	110.970
2001	58.287	55.602	2.685	113.889
2002	60.439	47.243	13.196	107.682
2003	73.203	48.326	24.877	121.529
2004	96.678	62.836	33.842	159.514
2005	118.529	73.600	44.929	192.129
2006	137.807	91.351	46.456	229.158
2007	160.649	120.621	40.028	281.270

Fonte: Centro Internacional de Negócios da Bahia (Promo), 2008.
Tabela adaptada pelos autores.

período, 483,8%; no decorrer do ano de 1990, o montante total importado foi de aproximadamente US\$ 20,7 bilhões; ao final de 2007, o volume alcançou US\$ 120,6 bilhões. O desempenho da balança comercial brasileira pode ser constatado na Tabela 1.

Ainda com base na Tabela 1, pode-se verificar o crescimento expressivo das exportações brasileiras a partir do ano 2000, reflexo da mudança no regime cambial ocorrida em 1999. A melhoria da competitividade externa brasileira, no transcurso do período entre 2000 e 2007⁴, assim como a adoção de uma política externa mais agressiva, a partir de 2003, com a busca de novos parceiros comerciais, a exemplo dos países do Oriente Médio, Ásia e África, também são fatores que podem ser responsabilizados pelo desempenho mais significativo das exportações nacionais⁵.

⁴ Segundo Dias (2007, p. 66), essa competitividade pode ser traduzida pelas fusões e aquisições realizadas por empresas brasileiras de alguns conglomerados internacionais, como a compra da Inco pela Vale do Rio Doce, que se tornou a segunda maior mineradora do mundo, e a aquisição das operações argentinas da Petrolera Santa Fé pela Petrobras.

⁵ O Irã, que até então não figurava entre os principais destinos das exportações brasileiras, passou a fazer parte desse grupo em 2007, ocupando o 18º lugar, com 1,34% do total exportado pelo Brasil (DIAS, 2007, p. 66).

O processo de transformação da economia brasileira, com destaque para a maior abertura comercial e a ampliação da integração ao comércio mundial, teve desdobramentos sobre a economia baiana. O reflexo do novo contexto sobre os fluxos mercantis entre a Bahia e seus parceiros comerciais externos foi seu desempenho bastante favorável no período entre 1990 e 2007, com crescimento de 478,6%, ou seja, de uma corrente de comércio de US\$ 2,2 bilhões em 1990, o volume subiu para US\$ 12,8 bilhões em 2007. As exportações experimentaram uma expansão de 409,9%, passando de US\$ 1,45 bilhão em 1990 para US\$ 7,4 bilhões no ano de 2007. As importações também cresceram fortemente com a amplificação das relações comerciais internacionais da Bahia, atingindo 608,8% no período 1990-2007. No ano de 1990, a economia baiana importou US\$ 766 milhões; em 2007, este volume alcançou US\$ 5,4 bilhões. Os dados referentes ao desempenho da balança comercial do estado da Bahia no período mencionado podem ser verificados na Tabela 2.

A expansão significativa do comércio exterior baiano no período não pode ser apontada como restrita ao novo panorama econômico brasileiro, reflexo de sua política mercantil externa. A despeito da importante influência que o ambiente

nacional exerceu sobre a conjuntura regional, a Bahia, que teve tradicionalmente um modelo de viés exportacionista, embora antes alicerçada em produtos primários como o açúcar, o fumo e o cacau, experimentou nesse período uma expansão e diversificação de sua estruturação produtiva, com a inclusão de novos segmentos industriais como papel e celulose, calçados e automóveis.

A ampliação e diversificação da economia baiana trouxeram maior dinamismo, embora não tenham modificado a espacialização produtiva territorial, que permaneceu excessivamente concentrada em torno da RMS. Os números relacionados à corrente de comércio apresentados na Tabela 2 apontam para o incremento dessa nova dinâmica mercantil. Analisando as exportações baianas por fator agregado, observa-se que as vendas externas de produtos industrializados no período 2000-2007 cresceram 264,7% e de produtos básicos 495,2%. Esses dados evidenciam a dinâmica desse momento para a economia estadual. Vale ressaltar a expressiva participação dos produtos industrializados no total da pauta de exportação do estado da Bahia no período, pois, no ano 2000, era de quase 88%; em 2007, essa participação sofreu uma pequena queda, chegando a 84,2%, fruto, principalmente, do aumento da participação dos produtos básicos. A Tabela 3 descreve o padrão de distribuição das exportações estaduais por fator agregado dentro da baliza cronológica de 2000 a 2007.

A mudança na pauta de exportações da Bahia ocorreu de maneira lenta e gradual no transcurso das últimas décadas. Um exemplo dessa transformação foi o cacau,

Tabela 2
Balança comercial da Bahia – 1990-2007
(US\$ milhões FOB)

Ano	Exportações	Importações	Saldo	Corrente de comércio
1990	1.453	766	687	2.219
1991	1.277	632	645	1.909
1992	1.491	534	957	2.025
1993	1.450	615	835	2.065
1994	1.721	753	968	2.474
1995	1.919	1.208	711	3.127
1996	1.846	1.462	384	3.308
1997	1.868	1.597	271	3.465
1998	1.829	1.501	328	3.330
1999	1.581	1.469	112	3.050
2000	1.944	2.242	-298	4.186
2001	2.122	2.286	-164	4.408
2002	2.412	1.878	534	4.290
2003	3.261	1.945	1.316	5.206
2004	4.066	3.021	1.045	7.087
2005	5.989	3.351	2.638	9.340
2006	6.773	4.475	2.298	11.248
2007	7.409	5.430	1.979	12.839

Fonte: Centro Internacional de Negócios da Bahia (Promo), 2008.
Tabela adaptada pelos autores.

Tabela 3
Exportações baianas por fator agregado – 2000-2007
(US\$ mil FOB)

Ano	Produtos básicos	Produtos industrializados	Operações especiais	Total
2000	183.222	1.710.362	49.384	1.942.968
2001	337.150	1.728.143	54.358	2.119.651
2002	371.756	1.996.357	41.924	2.410.037
2003	567.455	2.647.449	43.868	3.258.772
2004	659.616	3.363.234	40.066	4.062.916
2005	1.191.523	4.732.122	64.099	5.987.744
2006	844.816	5.862.439	66.044	6.773.299
2007	1.090.499	6.237.439	80.791	7.408.729

Fonte: Centro Internacional de Negócios da Bahia (Promo), 2008.
Tabela adaptada pelos autores.

que durante boa parte do século XX figurou como principal produto de exportação do estado e perdeu posições ao longo do tempo, oscilando atualmente entre a 7^a e 8^a posição (PHILIGRET, 2006, p. 408). Esta situação foi fortemente influenciada pela crise da vassoura-de-bruxa do início da década de 1990. A inserção dos setores automotivo e de papel e celulose é igualmente representativa dessa mudança, principalmente pelo fato de terem se tornado produtos expressivos dentro do rol de exportações baianas, dominada pelos segmentos químico e petroquímico.

A tendência centralizadora do comércio exterior baiano contribui para aumentar sua vulnerabilidade externa, a despeito desse quadro já ter sido pior. Essa característica pode ser observada tanto no que se refere aos principais destinos das exportações do estado, quanto na análise dos segmentos mais importantes de mercadorias vendidas para o mercado externo. No ano de 1999, a Argentina e os EUA concentravam 44,17% do total exportado pela Bahia (DIAS, 2007, p. 68); em 2007, os Países Baixos passaram a dividir essa liderança com eles; os três juntos representaram 41,9% do total (CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA, 2008, p. 4); ou seja, de uma média de participação em torno de 22,09% entre os dois principais destinos no ano de 1999, houve uma queda para uma média de 13,97% para cada um dos principais países importadores das mercadorias baianas em 2007.

A centralização expressiva do comércio exterior baiano também é verificada na análise dos principais segmentos exportadores do estado. Os segmentos químico e petroquímico, metalúrgico, de petróleo e derivados, papel e celulose e automotivo representam, somados, 71,8% do montante final das vendas externas da Bahia no ano de 2007 (CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA, 2008, p. 5). Ou seja, apenas cinco segmentos de um total superior a vinte apresentaram uma participação acima dos 70% das exportações do estado. Esses dados revelam o alto grau de concentração da produção baiana em torno de poucos segmentos expressivamente dinâmicos.

A despeito do crescimento das exportações baianas e de uma tímida diversificação da pauta, o estado ocupa

o sétimo lugar no conjunto da economia brasileira, com uma participação no total geral das vendas externas do país de apenas 4,6% (CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA, 2008, p. 6). A busca pela descentralização espacial de sua economia, passando por um projeto consistente de interiorização do parque produtivo estadual, associada a investimentos significativos na melhoria de sua infraestrutura e adoção de políticas de incentivo ao desenvolvimento e fortalecimento de outros setores econômicos poderia gerar um incremento no painel econômico baiano. Esse processo, de natureza endógena, possibilitaria expandir as relações mercantis internacionais, melhorando a participação do estado no total das exportações brasileiras e proporcionando um recrudescimento da economia regional.

Esse diagnóstico já foi internalizado pelo planejamento econômico do governo baiano em administrações preteritas. Em seu plano estratégico de longo prazo (*Bahia 2020: o futuro a gente faz*), por exemplo, lançado ainda na gestão política anterior, havia a seguinte constatação em relação aos objetivos da política econômica do estado:

A articulação socioeconômica do território estadual é condição para a garantia de sua unidade. Respeitadas as vantagens já consolidadas na RMS, deve-se perseguir a desconcentração da atividade econômica, o que pressupõe uma disponibilidade de infra-estrutura e logística adequada às necessidades das diversas regiões e à sua inserção nos fluxos nacionais e internacionais de comércio. Cidades que assumam uma posição estratégica devem ser fortalecidas como *locus* de articulação do desenvolvimento regional e pólos aglutinadores da produção de bens e da oferta de serviços públicos de maior complexidade. Esse processo, simultaneamente, induz a criação de economias de aglomeração e de população que sustentem uma produção e comercialização de mercadorias mais eficientes (BAHIA, 2003, p. 41).

A despeito dessa análise não apresentar nenhuma novidade, as ações governamentais que proporcionariam colocar em prática os elementos constitutivos desse diagnóstico ainda são bastante incipientes. Baixos volumes de investimentos, reduzido estoque interno de capitais privados, guerra fiscal entre os entes federativos e pressões

políticas regionais normalmente são apontados como fatores responsáveis pelas dificuldades em implementar os projetos estruturantes necessários para viabilizar essas mudanças, bem como para atrair empreendimentos importantes para dinamizar a economia baiana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No caso da economia baiana, parece muito claro que o modelo de crescimento econômico adotado, a partir da década de 1990, esteve totalmente relacionado com a utilização de políticas de industrialização setoriais. Apesar da incapacidade dos estados subnacionais em formular políticas industriais, propriamente ditas, em função de toda a dependência de fatores sistêmicos envolvidos em sua formulação e implementação, conforme demonstrado, vários foram os programas instituídos na Bahia, pautados na isenção fiscal, no diferimento de ICMS e no apoio de infraestrutura e logística como forma de criar vantagens comparativas ao aporte do grande capital industrial.

O incentivo fiscal, no caso baiano, foi uma espécie de contrapartida oferecida pelo governo do estado para compensar seu atraso econômico e social, bem como sua distância dos mercados consumidores e deficiência na infraestrutura de transportes, condições fundamentais, no decurso do processo de tomada de decisões, para a alocação do capital industrial. Seu papel na reorganização da estrutura produtiva estadual foi o de tentar transformá-la, por meio da atração de investimentos direcionados ao setor secundário, buscando impulsioná-lo através de sua diversificação. A economia baiana, situada à margem dos eixos dinâmicos do capitalismo mundial, visava, assentada nessa estratégia, modificar sua forma de inserção no panorama internacional de expansão do capital.

Desse modo, os programas setoriais criados pelo governo do estado tinham como objetivo atrair investimentos industriais capazes de criar uma nova dinâmica na economia baiana, endogeneizando seu desenvolvimento e buscando criar cadeias produtivas capazes de gerar efeitos multiplicadores para toda a economia. A vantagem comparativa da Bahia sobre os demais centros

econômicos brasileiros, portanto, decorria no menor custo de produção para as empresas que se instalassem em seu território.

Apesar desses esforços, a diversificação do parque industrial, bem como sua interiorização, foram bastante tímidos. Excetuando-se a atração do segmento automobilístico, que tem elevada geração de valor agregado, e da produção de celulose, não houve grande alteração na composição da indústria de transformação. A indústria química, conseqüentemente, continuou a representar aproximadamente 50% de toda a produção industrial baiana em 2005. A despeito da busca do governo estadual por direcionar uma parte dos investimentos industriais para os municípios do interior, sobretudo no caso das indústrias calçadistas, aumentou a concentração econômica no entorno de Salvador entre 1999 e 2005, com a Região Metropolitana de Salvador respondendo por mais de 52% do PIB do estado, segundo os dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2008).

A atração de capitais para promover a ampliação e diversificação do parque produtivo baiano apresentou alguns resultados em sua balança comercial. O setor secundário experimentou um crescimento significativo de suas exportações e o conjunto da economia estadual vivenciou uma expansão de sua corrente de comércio. Esse panorama é, naturalmente, reflexo dos rumos do comércio exterior brasileiro, que vem atravessando um período favorável. As modificações na estrutura interna da economia baiana, contudo, contribuíram para esse cenário recente mais positivo.

O quadro do comércio exterior da Bahia, entretanto, apresenta características históricas que o tornam mais vulnerável. A centralização das exportações em poucos destinos e segmentos cria um ambiente temerário de dependência. Cinco produtos principais foram responsáveis por quase 72% das exportações baianas em 2007. Essa concentração espacial e setorial da pauta de exportações da economia baiana revela-se semelhante à própria espacialização da estrutura produtiva estadual. Se a política industrial que vigorou na Bahia entre 2000 e 2007 tinha como objetivo a diversificação e dinamização de sua economia, pode-se concluir que tais resultados,

embora positivos, ficaram bastante aquém em relação ao montante de incentivos fiscais que foram concedidos e acabaram aumentando a vocação petroquímica do estado, não se configurando, portanto, como elemento desencadeador de um processo efetivo de mudança em seu modelo econômico.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Rômulo. Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. *Planejamento*, Salvador, v. 5, n. 4, p. 19-54, out./dez. 1977.
- BAHIA. Decreto nº 8.205, de 3 de abril de 2002. Aprova o Regulamento do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE e constitui o seu Conselho Deliberativo. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Poder Executivo, Salvador, 4 abr. 2002.
- BAHIA. Governador (2003-2006: Paulo Souto) *Bahia 2020: o futuro a gente faz*. Plano Estratégico da Bahia. Salvador: SEPLAN, 2003.
- BAHIA. Secretaria da Indústria Comércio e Mineração. *Investimentos Industriais da Bahia no período 1999-2005*. Disponível em: <<http://www.sicm.ba.gov.br>>. Acesso em: 23 jul. 2008.
- BALANCO, Paulo Antônio de Freitas; NASCIMENTO, Marcelo Xavier do. Uma análise exploratória da desconcentração e da reestruturação da indústria baiana no período 1990-2000. In: ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, 1., set. 2005, Salvador. *Anais...* Salvador: SEI, 2005.
- CARNEIRO, Roberto A. Fortuna; VIEIRA, Luiz Mário Ribeiro. Reestruturação, produtividade e impactos da abertura comercial. In.: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *A indústria baiana nos anos 90*. Salvador: SEI, 1998. (Série estudos e pesquisas, 38).
- CENTRO DE PROJETOS E ESTUDOS (BA). *A Bahia na década de 90: temas estratégicos*. Salvador: CPE, 1990.
- CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA. *Comércio Exterior – Bahia*. [Salvador]: PROMO, 2008. Disponível em: <<http://www.promobahia.com.br>>. Acesso em: 26 mar. 2008.
- DIAS, Rodnei Fagundes. Qual o destino das exportações baianas? *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 157, p. 64-71, out./dez. 2007.
- FERNANDES, Cláudia Monteiro. Visão geral da indústria baiana nos anos 90. In.: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Dez anos de economia baiana*. Salvador: SEI, 2002. (Série estudos e pesquisas, 57).
- GUERRA, Oswaldo; TEIXEIRA, Francisco. 50 anos da industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. *Bahia Análise & Dados: leituras da Bahia II* Salvador, v. 10, n. 1, p. 87-98, jun. 2000.
- LIMA, Adelaide Motta de; SILVA, Marcos Luis Cerqueira. Efetivação dos investimentos previstos para o período 2000-2003: análise por complexo produtivo. In: BAHIA. Secretaria do Planejamento. *Investimentos industriais da Bahia: uma análise ex-post dos projetos previstos para o período 2000-2003*. Salvador: SEPLAN, 2005. p. 27-44.
- LIMA, Adelaide Motta de; AQUINO, Mirtes Cavalcante de. Efetivação dos investimentos previstos para o período 2000-2003: análise por eixo de desenvolvimento. In: BAHIA. Secretaria do Planejamento. *Investimentos Industriais da Bahia: uma análise ex-post dos projetos previstos para o período 2000-2003*. Salvador: SEPLAN, 2005a. p.45-64.
- _____. Efetivação dos investimentos previstos para o período 2000-2003: análise dos projetos incentivados. In: BAHIA. Secretaria do Planejamento. *Investimentos Industriais da Bahia: uma análise ex-post dos projetos previstos para o período 2000-2003*. Salvador: SEPLAN, 2005b. p. 65-71.
- MATOS, Lillian Barreto; AQUINO, Mirtes Cavalcante de. Variáveis que influenciaram as decisões de investimentos industriais na Bahia. In: BAHIA. Secretaria do Planejamento. *Investimentos Industriais da Bahia: uma análise ex-post dos projetos previstos para o período 2000-2003*. Salvador: SEPLAN, 2005. p. 17-25
- MENEZES, Wilson F. *Áridas Bahia – a indústria do semi-árido do estado da Bahia*. Salvador: SEPLANTEC/CAR, 1995.
- PINHEIRO, José Moura. *Industrialização baiana: o programa de distritos industriais do interior*. 1991. Dissertação (Mestrado em Administração)–Faculdade de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1991.
- PERROUX, François. O conceito de pólo de crescimento. In: SCHWARTZMAN, Jacques (Org.). *Economia regional*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.
- PESSOTI, Gustavo Casseb. Uma leitura da economia baiana pela ótica do PIB – 1975/2005. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, v. 8, n. 14, p. 78-89, jul. 2006.
- PESSOTI, Gustavo Casseb; SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz; SPINOLA, Noélio Dantaslé. Incentivos fiscais e a política de atração industrial na Bahia: uma análise pós-1990. *Revista Desenhahia*, Salvador, v. 5, n. 8, p. 7-23, mar. 2008.
- PHILIGRET, Celeste. Mudanças recentes no padrão das exportações baianas. *Bahia Análise & Dados: retrospectiva 2006 e perspectivas*, Salvador, v. 16, n. 3, p. 407-412, out./dez. 2006.

RODWIN, Lloyd. *Planejamento urbano em países em desenvolvimento*. Rio de Janeiro: USAID, 1967.

SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. Considerações sobre a concentração econômica na Bahia. *Bahia Análise & Dados: economia brasileira e baiana: uma análise do pós-real*, Salvador, v. 16, n. 4, p. 655-663, jan./mar. 2007.

SOUZA, Roberta Lourenço; PACHECO, Fabiana. A política de atração de investimentos industriais na Bahia: uma breve análise. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 107, p. 13-20, abr. 2003.

SPINOLA, Noélio Dantaslé. A implantação de distritos industriais como política de fomento ao desenvolvimento regional: o caso da Bahia. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, v. 3, n. 4, p. 27-47, jul. 2001.

_____. *Política de localização industrial e desenvolvimento regional: a experiência da Bahia*. Salvador: UNIFACS/Departamento de Ciências Sociais Aplicadas II/Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, 2003.

SPINOLA, Noélio Dantaslé; PEDRÃO, Fernando Cardoso; ZACARIAS, José R. *A indústria no estado da Bahia: uma proposta de política industrial*. Salvador: SIC-Ba, 1983.

SPINOLA, Noélio Dantaslé; ARAÚJO, Luiz Coelho de; PEDRÃO, Fernando Cardoso. *30 anos da indústria, comércio e turismo na Bahia 1966/1996*. Salvador: SICM-Ba/IPA-UNIFACS, 1997.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Dez anos de economia baiana*. Salvador, 2002. (Série estudos e pesquisas, 57).

_____. *PIB da Bahia*. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 13 jun. 2008.

TAVARES, Luis Henrique de. *História da Bahia*. 10. ed. São Paulo: Ed. UNESP; Salvador: EDUFBA, 2001.

UDERMAN, Simone; MENESES, Vladson. O novo ciclo de industrialização da Bahia. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *A indústria baiana nos anos 90*. Salvador, 1998. (Série estudos e pesquisas, 38). p. 67-81.

VIEIRA, Luiz Mário Ribeiro. *Comércio exterior: desempenho e perspectivas*. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Bahia 2000*. Salvador: SEI, 1999. p.201-209.

VIEIRA, Luiz Mário Ribeiro; SOUZA, Roberta Lourenço de. Comércio exterior baiano: uma análise das empresas exportadoras 1992-1998. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Dez anos de economia baiana*. Salvador: SEI, 2002. (Série estudos e pesquisas, 57).

_____. Políticas comerciais, barreiras e as exportações baianas. *Bahia Análise & Dados: retrospectiva 2002 e perspectivas*, Salvador, v. 12, n. 3, p. 119-134, out./dez. 2002.



Relação entre **Gastos Públicos** e **Crescimento Econômico**: uma análise com dados em painel para o Nordeste

Urandi Roberto Paiva Freitas*
Armando Affonso de Castro Neto**
Isaac Coimbra Lôu***

A discussão sobre como os gastos governamentais afetam o crescimento econômico baseia-se em duas correntes fundamentais: 1) a linha keynesiana coloca os gastos do governo como pertencentes à chamada demanda efetiva, juntamente com investimento e consumo e, portanto, é uma das formas de aquecer a economia e estimular o crescimento. Nesse sentido, Keynes (1985) colocou a política fiscal como instrumento para acelerar o crescimento e propôs que os governos deveriam estimular ou suprir investimentos do setor privado; 2) a linha ortodoxa fundamenta sua opinião sobre a relação gasto público e crescimento econômico na teoria da equivalência ricardiana. Segundo esta teoria, o consumidor alteraria suas probabilidades de gasto com consumo e de poupança de acordo com a política de tributação e gastos do governo.

* Mestre em Economia pelo Curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal da Bahia (CME/UFBA); economista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. urandipaiva@hotmail.com

** Mestre em Economia CME/UFBA. armandoaff@hotmail.com

*** Mestrando em Economia CME/UFBA. isaaclou1@hotmail.com



A poupança aumenta se o governo reduz imposto, pois o consumidor antecipa os aumentos de impostos futuros para compensar os déficits do governo. Como consequência tem-se a ineficácia da política fiscal.

No entanto, foi constatada a ocorrência de casos de política fiscal expansionista com resultado contracionista e política fiscal contracionista com resultado expansionista. Cândido Junior (2001), por exemplo, encontra uma elasticidade gasto público-produto negativa para a economia brasileira no período entre 1947 e 1995. Já Campagnaro e Santana (2005) não encontraram uma relação estatística significativa para gastos sociais do Espírito Santo e o PIB do estado. A falta de consenso teórico e a ambiguidade nos resultados empíricos estimulam trabalhos que buscam as respostas na natureza dos gastos públicos. Nesta linha, Rocha e Giuberti (2003) aplicaram um modelo em dados, em painel para os estados brasileiros, e constataram que as despesas correntes possuem uma

relação negativa com o crescimento econômico, e os gastos de capitais possuem uma relação positiva com o crescimento econômico.

Dada a incerteza do impacto dos gastos públicos sobre o produto, o objetivo deste estudo é verificar a influência de cada componente dos gastos públicos sobre o PIB da região Nordeste. A eleição da região Nordeste para esta análise deveu-se exclusivamente ao fato de esta região apresentar taxas de crescimento econômico inferior a outras regiões do Brasil, bem como capacidade de investimentos públicos limitados, sobretudo os de origem federal.

O conteúdo deste trabalho é exposto em três seções, nas quais discutem-se as teorias keynesiana e da equivalência ricardiana acerca do déficit público, a relação déficit público e crescimento econômico e a abordagem empírica dos gastos governamentais influenciando o crescimento.

FUNDAMENTOS MACROECONÔMICOS DO DÉFICIT PÚBLICO

Este capítulo tem como escopo fazer um contraponto entre a teoria keynesiana e a teoria da equivalência ricardiana. A primeira referenda que há uma relação direta entre crescimento econômico e aumento dos gastos públicos, alternativamente a segunda salienta que essa relação é inexistente, ou seja, para essa corrente a relação entre gastos públicos e crescimento econômico é literalmente nula.

Formulações teóricas de Keynes sobre a “demanda efetiva” e o multiplicador de gastos

O ponto de partida da teoria macroeconômica de Keynes é o princípio da “demanda efetiva”¹, desenvolvido e aprofundado em sua obra revolucionária, a *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (KEYNES, 1985). Segundo o autor, são as decisões de gasto, seja privado ou público, em consumo e investimento que determinam o nível de atividade econômica. Adicionalmente, são as expectativas que orientam as decisões de investimento de longo prazo.

Um dos pontos cruciais da obra de Keynes (1985) é a preocupação com o emprego. Neste sentido, o autor apoia-se no instrumental da política fiscal — gasto governamental e tributação — para melhorar o nível de emprego. Em princípio, o segredo para viabilizar tal situação seria alterar a propensão marginal a consumir da sociedade via redução dos impostos e modificação da estrutura dos investimentos, através do aumento dos padrões de gasto do governo. Sendo assim, a demanda agregada seria aumentada e, consequentemente, o emprego seguiria *pari passu*.

Partindo da noção de que a demanda efetiva é constituída dos gastos de investimento, dos gastos de consumo e governamentais, o pleno emprego só será atingido no instante em que o investimento, juntamente com o consumo (que é dado pela função propensão marginal a consumir da sociedade), for capaz de absorver o desemprego

involuntário (SANTOS, 2001). Por essa razão, a variável investimento passa a desempenhar papel importante no comportamento cíclico da economia capitalista.

Para estabilizar a economia, Keynes (1985) propõe uma atuação mais efetiva do Estado, tanto por meios de gastos públicos, que compensem a falta de investimento privado, quanto pelo direcionamento e incentivos aos investimentos, via redução da carga tributária. A principal proposta desse economista consistia no desenvolvimento de mecanismos fiscais compensatórios que permitissem contrabalançar a falta de gastos privados, quando se deteriorassem as expectativas ou diminuíssem os ímpetus expansivos.

A expressão “obras públicas” sugere gastos governamentais feitos em circunstâncias especiais, distintos dos gastos regulares. “Política fiscal” expansionista abrange tanto os gastos governamentais (G), o aspecto expansionista da política fiscal, quanto a tributação (T), os aspectos restritivo. Como ambos tem a função de estabilização, a expressão mais ampla — a política fiscal — entrou em uso. Ao lado desta mudança, no entanto, veio a identificação de tudo que envolve G ou T como política fiscal, independente da origem ou uso dos fundos a G ou T. (CHICK, 1993, p. 352).

Portanto, a teoria keynesiana, em sua forma mais simples, pode ser expressa da seguinte forma: o consumo é função estável da renda, ou seja, a propensão marginal a consumir é estável. As mudanças na renda resultam principalmente no instável componente investimento. Uma variação no componente autônomo da demanda agregada causa uma mudança ainda maior na renda de equilíbrio, devido ao efeito multiplicador.

O conceito do multiplicador é essencial na teoria keynesiana, pois explica a forma pela qual os deslocamentos nos investimentos causados por mudanças nas expectativas dos agentes desencadeiam um processo que causa variações não só nos investimentos, mas também no consumo. O multiplicador mostra como os choques num setor são transmitidos por toda a economia. A teoria de Keynes também dá a entender que outros componentes dos dispêndios autônomos afetam o nível total de equilíbrio. O efeito sobre a renda de equilíbrio de uma mudança em cada um dos dois elementos do dispêndio autônomo

¹ Este princípio contrapõe-se frontalmente à lei de Say (a oferta cria sua própria demanda).

“O multiplicador mostra como os choques num setor são transmitidos por toda a economia”

controlado pela política econômica (os gastos do governo e impostos) pode causar impactos diversos.

A teoria keynesiana mostra que um aumento unitário nos gastos do governo tem exatamente o mesmo efeito sobre a renda de equilíbrio que um aumento unitário nos dispêndios autônomos. O processo multiplicador, pelo qual o aumento inicial de renda gera aumentos induzidos no consumo, é o mesmo para um aumento nos gastos do governo e nos investimentos.

Entretanto vale ressaltar que o multiplicador também tem um efeito perverso, ou seja, é o chamado efeito inverso do multiplicador, em que o aumento na carga tributária e os cortes nos componentes de demanda agregada afetam negativamente o nível de atividade econômica (LOPES; VASCONCELOS, 2000).

Esse tipo de política econômica é utilizado fundamentalmente pela ortodoxia, quando o Estado é impossibilitado de financiar seu déficit fiscal de longo prazo. Dessa forma, a saída encontrada por alguns formuladores de política econômica para enfrentar tal situação consiste em utilizar política fiscal contracionista, como forma de gerar receita — através de aumento de impostos e corte dos gastos públicos — capaz de gerar um superávit primário (receita menos despesas exceto pagamento de juros) necessário para controlar a dívida pública.

Antecipação dos contribuintes e a Teoria da Equivalência Ricardiana

Segundo as teorias de ciclo de vida e da renda permanente, o consumo depende fundamentalmente da riqueza.

A grande questão é: nessa riqueza deve-se ou não incluir a detenção de títulos públicos? A resposta depende da reação do consumo a uma redução no imposto financiado por empréstimos públicos.

À primeira vista, os agentes beneficiados por uma redução tributária veem seus recursos aumentar e devem aumentar seu consumo. No entanto, o governo reembolsa sua dívida incrementada pelos juros. Para isso deverá aumentar o imposto no futuro. Portanto a redução fiscal é na realidade um adiantamento fiscal. Se o mercado financeiro fosse perfeito e os consumidores racionais, este adiantamento não deveria produzir nenhuma consequência sobre o consumo. No máximo provocaria efeitos limitados, caso os consumidores que se beneficiam da redução fiscal tivessem uma propensão a consumir diferente desta mesma propensão por parte dos que emprestam ao Estado.

Se, hoje, o governo resolver reduzir o imposto de ΔT , endividando-se por um montante de $D = \Delta T$, amanhã deverá reembolsar o empréstimo mais os juros (rD) e deverá aumentar o imposto de um valor $\Delta T = (1 + r).D$ em valores presentes, a elevação futura do imposto é $\left(\frac{\Delta T}{1+r}\right) = D$, igual a redução fiscal ($\Delta T = D$). Nesse caso, as famílias irão economizar o valor da redução dos impostos para pagar o aumento futuro deste. Ou seja, a riqueza dos consumidores é invariável e o consumo não deveria variar. Essa ideia é conhecida como teorema da equivalência ricardiana.

A consequência da equivalência ricardiana é clara: na ausência de gastos públicos, o multiplicador é anulado. Cada vez que o governo reduz imposto, os consumidores poupam mais para compensar o efeito desfavorável das taxas futuras sobre eles mesmos ou sobre as gerações futuras (BARRO, 1990). Então, com base nessas constatações, a política fiscal é ineficaz. Isso constitui um contra argumento ao modelo keynesiano, no qual uma redução dos impostos eleva o consumo e a renda nacional (efeito multiplicador) e, *ex post*, provoca elevação da poupança. Ou seja, em Keynes (1985) é a renda que estimula a poupança e não o contrário. Já em Barro (1990), a poupança é *ex ante* e é igual à redução do imposto.

Nos modelos intertemporais com “gerações egoístas”, a redução temporária dos impostos não afeta nem o

consumo nem o investimento, porque não modifica a riqueza dos consumidores. Então, o crescimento da dívida pública pode gerar um efeito negativo sobre o investimento (*eviction effect*), ao elevar o juro real, pois a demanda por empréstimos aumenta sem que haja incremento na poupança. Uma redução permanente do imposto pode, ao contrário, ter efeito favorável via incremento do consumo. Para Barro (1990), não há *eviction effect*, porque as variações transitórias no imposto são correspondidas por variações equivalentes na poupança. E não pode haver variações permanentes dos impostos.

Na prática, o teorema da equivalência ricardiana é falho, pois os indivíduos não possuem perfeita informação no mercado, e nem tampouco interpretam a realidade com base em modelos teóricos. Ademais, não existe equivalência ricardiana por vários outros motivos:

- acorda muita racionalidade aos consumidores;
- a redução dos impostos pode estimular os indivíduos a trabalharem mais e aumentarem a renda, modificando a trajetória do consumo;
- a taxa de imposto não é igual para todos (os indivíduos apresentam diferentes propensões a consumir);
- baseia-se na hipótese de perfeições do mercado. Quando existe restrição de liquidez, os agentes não podem emprestar o tanto que desejam; quando o imposto aumenta, eles veem-se obrigados a reduzir seu consumo;
- o governo, ao reduzir o imposto hoje, produz uma renda certa aos consumidores, enquanto diminui

a renda incerta ao aumentar o imposto amanhã. O efeito total será, portanto, elevação de “equivalente certo” da riqueza. No total, embora os consumidores possam ser ricardianos (levando em conta as taxas tributárias futuras), suas propensões a consumir são keynesianas.

RELAÇÃO ENTRE DÉFICIT PÚBLICO E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Nesta seção demonstra-se a existência de relação direta entre o déficit público e o crescimento econômico. Para tanto, recorre-se a uma breve análise da experiência brasileira e de algumas economias no mundo.

Redução do déficit orçamentário é recessiva?

A partir do início da década de 1980, a maioria das economias experimentou um inchaço nas dívidas públicas. Isso se deveu à forte redução da inflação, a qual diminuiu o financiamento monetário dos déficits e aumentou as taxas de juro real. Para sair dessa engrenagem – déficit elevado, taxa de juro alta –, a queda da dívida se apresentou como necessária. Mesmo nos países desenvolvidos, que são solváveis nos mercados financeiros, os encargos da dívida representam uma porção importante em seus orçamentos.

Duas teorias se opõem acerca do efeito do ajuste fiscal. Na teoria keynesiana, uma redução nas despesas públicas provoca uma queda ampliada da atividade econômica, pelo efeito multiplicador, em razão da queda associada no consumo. Num mundo ricardiano, em oposição, a redução das despesas públicas é exatamente compensada por um acréscimo proporcional do consumo, porque o valor atualizado da tributação antecipada diminui. O efeito é, portanto, teoricamente nulo sobre o grau de atividade, mas pode se tornar favorável se o ajustamento orçamentário for suficientemente forte e duradouro para reduzir as taxas de juros e provocar uma elevação do investimento. Em consequência, é necessário reduzir os déficits na situação de excesso de demanda (conjuntura clássica), e deixá-los aumentar, no caso de excesso de oferta (conjuntura keynesiana).

“Uma redução permanente do imposto pode, ao contrário, ter efeito favorável via incremento do consumo”

No caso particular da economia brasileira, aparece uma situação interessante. Há uma conjuntura híbrida de excesso de demanda e de oferta. Do lado da demanda, há pressões inflacionárias, a capacidade de produção opera em seu limite, juro alto e uma demanda reprimida. Do lado da oferta, há juros altos que impedem a ampliação da capacidade produtiva. As taxas de juros altas, porém, são mais a consequência de uma política monetária dura, do que resultado das contas públicas. Estas estão mais ou menos equilibradas, graças a um superávit primário robusto, capaz de cobrir parcialmente os encargos da dívida.

A visão tradicional é de deixar agir os estabilizadores automáticos, para que as restrições orçamentárias numa conjuntura recessiva não aprofundem a depressão e, conseqüentemente, aumentem o déficit público através da queda nas receitas fiscais. Daí, toda tentativa de saneamento orçamentário em períodos de recessão pode ativar um círculo vicioso e se revelar inoperante. Todavia, no Brasil, os dados empíricos não apoiam essa ideia, sem, para tanto, validar totalmente o ponto de vista oposto. Veja-se a Tabela 1:

Tabela 1
Relação crescimento real do PIB e superávit primário
Brasil – 1999-2007

(em %)		
Ano	Cresc. PIB	Superávit primário
1999	0,8	3,28
2000	4,4	3,5
2001	1,5	3,7
2002	2,0	4,0
2003	-0,5	4,27
2004	4,9	4,61
2005	2,3	4,84
2006	3,7	4,6
2007	5,4	3,9

Fonte: Ipea (Instituto de Pesquisa Aplicada).

Analisando minuciosamente a Tabela 1, dos sete anos citados, apenas 2000, 2004 e 2007 não apresentam uma correlação negativa entre o aumento do superávit e o decréscimo do PIB. Os outros seis anos comprovam que o aumento do superávit tem um efeito nocivo no crescimento do PIB. E ainda, a média de crescimento

dos seis anos demonstra um efeito “quase recessivo” na economia, com o PIB crescendo em média 2,7% ao ano, média abaixo do crescimento da economia mundial.

No caso de países como Suécia, Dinamarca e Irlanda, nos anos de 1980, a redução do déficit público não pareceu ter impacto nítido sobre o crescimento econômico, efeito antikeynesiano. Nesses países, a forte redução do déficit público foi compensada pela forte queda na poupança das famílias, a qual sustentou o consumo. Esse cenário contradiz tanto as hipóteses ricardianas quanto as keynesianas e permanece sem explicação teórica. Ele fica ainda mais misterioso, porque, nesses três países, o ajustamento foi realizado em períodos de desemprego keynesiano, com uma produção muito abaixo de seu potencial.

Uma explicação esboçada por Feldestein (1982) é que as contradições orçamentárias podem provocar antecipações de redução futura dos impostos que, quando são suficientes, superam o efeito recessivo e sustentam a demanda agregada. A ideia é que os consumidores interpretam uma mudança na política fiscal como um sinal de modificações futuras das taxas. É preciso, então, sanear as finanças públicas via redução dos gastos e não através de aumento de impostos (contrariamente à prática habitual de expansão orçamentária via incremento das despesas e ajustamento tributário). Um ajustamento através de elevação dos impostos traz, de fato, um problema de credibilidade: como acreditar num governo que anuncia uma redução tributária no futuro aumentando as taxas no presente?

No caso citado, de países como Dinamarca e Irlanda, confundem-se o efeito da desvalorização cambial com a experiência ricardiana. Ou seja, em países em que o grau de internacionalização é alto, as perdas nas restrições orçamentárias podem ser compensadas por ganhos de competitividade.

Devido às incertezas quanto à relação entre gasto público e crescimento econômico, uma investigação acerca dos impactos dos diferentes tipos de gasto governamental torna-se necessária. É com este objetivo que a próxima seção propõe um modelo para averiguar a relação entre despesas governamentais de capital e crescimento econômico.

MODELAGEM E ESTIMAÇÃO

Para investigar a relação entre gastos do governo e crescimento econômico nos nove estados da região Nordeste, propõe-se uma estimação por *Mínimos Quadrados Ordinários* (MQO), utilizando-se um modelo *ad hoc* com dados em painel para o período entre 1987 e 2006. A variável dependente é a média da taxa de crescimento de três períodos: o atual e os dois subseqüentes. Foram utilizadas 180 observações obtidas no site do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2007), e o modelo foi rodado em *log-lin*, de tal sorte que fosse possível captar o impacto dos gastos governamentais sobre o crescimento econômico, em médio prazo. As variáveis independentes correspondem às despesas correntes e de capital. O modelo proposto corresponde a:

$$\text{Log(PIB)} = \alpha_1 + \alpha_2 \text{CAP} + \alpha_3 \text{COR} + \varepsilon$$

Onde Log(PIB) é o logaritmo neperiano da média de crescimento econômico do período t_0 ; $t+1$ e $t+2$; CAP é a despesa de capital do governo no período t ; COR corresponde às despesas correntes do governo no período t ; e ε corresponde ao termo aleatório. Os gastos de capitais são compostos pelos investimentos governamentais, inversões financeiras e amortizações diretas; já as despesas correntes são compostas por pagamentos de juros e encargos, despesas de custeio e transferências correntes para municípios. Foram feitos todos os testes econométricos cabíveis para detectar eventuais anomalias nas hipóteses de MQO. Ressalta-se que nenhum empecilho foi encontrado ao rodar o modelo proposto. O resultado da estimação está resumido na Tabela 2.

As variáveis despesas de capital e despesas correntes se mostraram estatisticamente significativas a 99% de confiança, respectivamente. Os sinais das variáveis testadas comportaram-se de acordo com a teoria; ou seja, as despesas de capital mostraram que existe uma correlação positiva com o crescimento econômico, assim como demonstrou Keynes (1985) e outros autores pós-keynesianos em testes empíricos desta natureza; e a variável despesa corrente apresentou sinal negativo, como já era de se esperar, pois é composta de elementos que contribuem peremptoriamente para a contração das taxas

Tabela 2
Composição dos gastos de capital e crescimento econômico – Resultados da estimação

Variáveis explicativas	Coeficiente	Erro padrão	Probabilidade
FC	9.815331	0.718898	0.0000
CAP	5.59E-06	1.99E-06	0.0006
COR	-2.25E-06	6.33E-07	0.0005

Elaboração própria com dados do Ipea

de crescimento econômico, quais sejam o pagamento de juros da dívida pública, despesas com custeio e despesas com pessoal. Estas despesas constituem um entrave para a geração de crescimento econômico e emprego, conforme já salientaram outros autores pós-keynesianos que realizaram este tipo de estudo.

CONCLUSÃO

Podemos argumentar que as diferentes respostas para políticas fiscais implementadas, tanto contracionistas como expansionistas, podem decorrer do tipo de gasto que o governo reduziu ou ampliou. Não é todo tipo de gasto que estimula o crescimento, assim como existem determinados tipos de gastos que podem ser recessivos.

Nosso estudo indica que tanto os gastos correntes quanto os gastos de capital são estatisticamente significativos; os gastos de capital são positivamente relacionados com o crescimento econômico, e os gastos correntes possuem relação negativa com o crescimento em médio prazo na região Nordeste. Este resultado não contraria a teoria keynesiana, pelo contrário, caminha na contramão da tese neoclássica da equivalência ricardiana, a qual vê uma relação de nulidade entre gastos públicos e crescimento econômico. Portanto, se a elevação no produto do Nordeste for prioridade, o estudo sugere contenção de gastos de custeio e ampliação de investimento público na região, conforme recomenda a literatura pós-keynesiana.

REFERÊNCIAS

BARRO, Robert. J. Government spending in a simple model of endogenous growth. *Journal of Political Economy*, EUA v. 98, p. 44-52, 1990.

BLANCHARD, Olivier. Manual de macroeconomia. São Paulo: Campus, 2000.

CAMPAGNARO, Arilton; SANT'ANA, José Mário. *Os efeitos dos gastos públicos sobre o PIB: um teste empírico nos municípios do Espírito Santo*. São Paulo: Fucape, 2005. Trabalho apresentado ao 4º. Simpósio de finanças públicas.

CÂNDIDO JUNIOR, José Oswaldo. *Os gatos públicos no Brasil são produtivos?* Brasília: IPEA, 2001. (Texto para discussão n. 977).

CHICK, Victória. *Macroeconomia após Keynes: um reexame da Teoria Geral*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

CUNHA, Alexandre; REZENDE, Fernando. *Política orçamentária e gestão pública interna*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

FELDESTEIN, M. Government deficits and aggregate demand. *Journal of Monetary Economics*, EUA n. 9, p. 1-20, 1982.

GREENE, Hill. *Econometric analysis*. New Jersey: Prentice Hall, 2000.

KEYNES, John. M. *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

IPEA. *Indicadores macroeconômicos*. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 22 maio 2007.

LOPES, Luiz Martins; VASCONCELOS, Marco Antônio Sandoval (Orgs.). *Manual de Macroeconomia*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

REZENDE, Fernando. *Finanças Públicas*. Rio de Janeiro: Atlas, 1979.

ROCHA, Fabiana; GIUBERT, Ana Carolina. Composição dos gastos públicos e crescimento econômico: um estudo em painel para os estados brasileiros. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 33., 2005, Natal. *Anais...* Natal: ANPEC, 2005.

SANTOS, Reginaldo. S. *A Teoria das Finanças Públicas no contexto do capitalismo: uma discussão com filósofos economistas – de Smith a Keynes*. São Paulo: Mandacaru, 2001.

100 anos de DNOCS: marchas e contramarchas da convivência com as secas



André Silva Pomponet*

Em 2009, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) completa um século de existência. Instrumento estratégico na execução de políticas de convivência com as secas, o órgão, lamentavelmente, acabou apropriado politicamente pelos coronéis nordestinos e usado em proveito próprio, numa época em que a utilização do patrimônio público para o beneficiamento de propriedades particulares era ainda maior que nos dias atuais.

Somente na década de 1950 se tentou abandonar o conceito de “combater” as secas e adotar a filosofia da convivência com seus efeitos, deslocando a abordagem da questão da dimensão climática para a econômica e social. Infelizmente, a longa ditadura que se seguiu terminou por sufocar essa discussão, que incluía o tema crucial da reforma agrária. Assim, o DNOCS permaneceu executando obras que pouco

impacto tinham sobre a população mais carente, que não dispunha de meios de produção para se beneficiar com essas realizações, muitas vezes de uso exclusivo dos poderosos locais.

Nos últimos meses, mais uma seca assola o Nordeste. Centenas de municípios decretaram situação de emergência desde meados de 2008 e milhares de pessoas estão expostas à escassez de água até para saciar a sede. Sinal de que as políticas executadas pelo DNOCS e outros órgãos, sempre sob a tutela das elites tradicionais da região, ainda não alcançaram pleno sucesso, mesmo depois de passados 100 anos.

* Economista; especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental na Secretaria do Planejamento da Bahia. andrepomponet@hotmail.com

O objetivo deste ensaio não é exaurir a discussão sobre o convívio com a seca, o papel do DNOCS e a lógica política que perpetua o flagelo sobre a população. Busca-se, objetivamente, ressaltar que o fenômeno climático que assola o semiárido nordestino sempre foi abordado sob um prisma equivocado e que, no presente, muitos equívocos se perpetuam. Essa discussão é oportuna, particularmente no momento em que o DNOCS alcança um século de existência.

O texto está estruturado da seguinte forma: na próxima seção traça-se um panorama do surgimento do DNOCS, então Instituto de Obras Contra as Secas (IOCS), e sua trajetória até a década de 1950. Depois, é abordada a tentativa de enxergar e tratar a questão sob a dimensão social, o que foi abandonado logo em seguida. Nas seções seguintes fazem-se reflexões, com o foco no fracasso das políticas de “combate” às secas, para se arrematar, por fim, com algumas considerações.

IOCS E IFOCS: COMEÇA O “COMBATE” À SECA

O fenômeno da seca só ganhou notoriedade no Brasil com o grande flagelo dos anos 1877-1879, que abalou o semiárido brasileiro, à época esquecido e vagamente designado como “norte”. Naquela estiagem pereceram pelo menos 500 mil nordestinos, com 200 mil mortes somente no Ceará. A fome, a sede e as epidemias podem ter feito número ainda maior de vítimas, conforme estimativa do jornalista potiguar Eloy de Souza, que calcula 600 mil mortos. Mesmo que se adote a estimativa mais conservadora, pelo menos 4% da população brasileira pereceu no flagelo, que obrigou outros 250 mil nordestinos a migrarem para a Amazônia, em busca do ilusório eldorado da borracha, dessa época até o final do século XIX (VILLA, 2000, p. 83; 64).

As secas já eram conhecidas desde 1583, quando Fernão Cardim registrou a estiagem que assolava a Bahia, reduzindo a produção dos engenhos de açúcar e forçando muitos indígenas a se abrigarem no litoral. Em documentos oficiais, porém, os primeiros registros datam de 1729, quando vários escravos morreram de fome e os engenhos

“O fenômeno da seca só ganhou notoriedade no Brasil com o grande flagelo dos anos 1877-1879, que abalou o semiárido brasileiro”

paralisaram suas atividades. Na ocasião, providências foram solicitadas a El-Rei de Portugal para amenizar a situação (ALVES, 2004). Esse, pelo visto, foi o marco inicial das políticas assistencialistas voltadas para a região.

180 anos depois dos apelos iniciais foi finalmente criada, em outubro de 1909, a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), inspirada no *Reclamation Service*, surgido nos Estados Unidos em 1902, conforme observa Villa (2000, p. 95). O IOCS, a propósito, nasceu na chamada “Era de Ouro” da Primeira República, quando o país experimentava taxas de expansão em torno de 4,5% e grandes obras de infraestrutura estavam em curso, como portos e ferrovias (FRITSCH, 1990, p. 37).

A prosperidade do período, no entanto, não alcançou o IOCS, já que a execução orçamentária estava muito aquém do previsto, o que tornou ainda mais severos os efeitos da seca de 1915, novamente arrasadora para a região. O reconhecimento dos débeis esforços está na própria mensagem presidencial de Venceslau Brás, comunicando ao país que em 1914 somente 42 poços haviam sido escavados, sendo 33 privados e apenas 9 públicos (VILLA, 2000, p. 102).

Em 1918 Eptácio Pessoa, paraibano, ascendeu à presidência da República e a seca passou a ser encarada com maior atenção. As soluções propostas, porém, não divergiam do que era executado em pequena escala nos anos anteriores: escavação de poços e construção de açudes e barragens, com o propósito de acumular a água dos períodos de grande precipitação pluviométrica. O presidente visualizava o problema sob a seguinte ótica:

Sabe-se hoje que no Nordeste há irregularidade mas não faltam chuvas. Tudo está em poder armazenar-se as águas cabidas nos meses chuvosos, para gastá-las na irrigação durante os meses de seca. Construídas as barragens para a formação de açudes e abertos os canais de irrigação, virá por si a colonização das terras por essa gente laboriosa, cuja coragem e resistência assombram os que não lhe conhecem as virtudes (PESSOA, 2004).

Não faltou interesse de Epitácio Pessoa em preparar a região para o enfrentamento do fenômeno. Em 1918, último ano da gestão Venceslau Brás, aplicou-se em obras contra as secas 2.326 contos de réis. Quatro anos depois, o montante saltou para 145.947 contos de réis. Conforme Guerra (1981, p. 60), houve um frenesi de importação de máquinas, equipamentos e até cimento (que o Brasil não produzia) para construção de açudes, estradas de ferro e rodovias que cortaram o interior do Nordeste. A política para a região, portanto, era a de construir imensos reservatórios artificiais de água, embora as obras não entusiasmassem os oligarcas locais, temerosos da modernização do sertão e da erradicação da miséria que constituía seu principal capital político. Por outro lado, havia os cafeicultores paulistas e a defesa intransigente de seus interesses, contrariados com a aplicação de recursos no Nordeste (VILLA, 2000, p. 136).

Assim, foi fácil para Artur Bernardes, sucessor de Epitácio Pessoa, abandonar os investimentos na região, que encolheram a olhos vistos: em 1925, somente 3.827 contos de réis foram investidos (GUERRA, 1981, p. 64), sob um

“Em 1918, último ano da gestão Venceslau Brás, aplicou-se em obras contra as secas 2.326 contos de réis. Quatro anos depois, o montante saltou para 145.947 contos de réis”

“[...] o fenômeno das secas e seus efeitos sobre a sociedade sertaneja passaram a ser avaliados sob uma ótica mais plural, sem o reducionismo das adversidades climáticas”

discurso ambíguo de que as obras haviam alcançado êxito e que o fluxo de recursos podia ser reduzido (VILLA, 2000, p. 137). Na ocasião, Bernardes promovia um ajuste ortodoxo da economia, reduzindo despesas e promovendo uma valorização monetária que criou embaraços para seu sucessor, Washington Luís e para o sistema primário-exportador brasileiro (FRITSCH, 1990, p. 55).

O longo governo Getúlio Vargas (1930-1945) preservou a lógica vigente de construção de açudes como antídoto contra as secas. Como novidade, houve a intensificação da construção de rodovias cortando a região, principalmente os sertões, também sob o encargo do órgão. Uma dessas rodovias foi a Transnordestina (posteriormente incorporada à BR 116), que visava ligar Fortaleza, no Ceará, ao Sudeste (GUERRA, 1981, p. 68). Depois de 1937, porém, os recursos minguaram e o número de funcionários se reduziu drasticamente, conforme assinala Guerra (1981, p. 69). Em 1945, o então Instituto Federal de Obras Contra as Secas (IFOCs), que rebatizou o antigo IOCS em 1919, tornou-se finalmente Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

Somente na década seguinte o fenômeno das secas e seus efeitos sobre a sociedade sertaneja passaram a ser avaliados sob uma ótica mais plural, sem o reducionismo das adversidades climáticas. Até então, a promiscuidade política produzira muitas obras com recursos públicos em propriedades particulares, o sistema social se estruturara de forma que população sertaneja era mantida sob as amarras dos poderosos locais e a questão fundiária, uma das raízes do drama das secas, permanecia um tabu.

Mudanças, no entanto, começaram a ocorrer a partir de 1940. Uma delas é que as estradas que iam surgindo facilitavam a migração dos sertanejos em direção ao litoral e às metrópoles do Sudeste. Para tanto, colaborou o pensamento vigente à época, de que os fluxos populacionais tendiam a se adensar no litoral, fortalecendo o comércio pelo Atlântico. Esse raciocínio orientou o planejamento governamental de então (POMPONET, 2007, p. 1070-1071). O fato mais relevante, porém, é que o Nordeste estagnara nas cinco primeiras décadas do século XX, em contraste com o extraordinário desenvolvimento urbano e industrial de outras regiões do Brasil. O problema tornou-se mais visível somente na década seguinte.

DNOCS E O PÓS-1950: UMA NOVA VISÃO

Como órgão operacional, sujeito às ingerências políticas dos poderosos que se digladiavam nos parlamentos pelas verbas disponíveis, o DNOCS mostrava-se incapaz de romper a lógica que o subordinava aos interesses dos latifundiários e coronéis regionais. É o que constata Furtado (1997, p. 86):

As máquinas e equipamentos do DNOCS eram utilizados por fazendeiros ao seu bel-prazer. Nas terras irrigadas com água dos açudes construídos e mantidos pelo governo federal, produzia-se para o mercado do litoral úmido, e em benefício de alguns fazendeiros que pagavam salários de fome [...] Em síntese, a seca era um grande negócio para muita gente.

Mudava, então, a leitura sobre o fenômeno das secas: ao invés de decorrer meramente de fatores climáticos ou geográficos, era produto de um conjunto de relações sociais estabelecidas ao longo dos séculos de povoamento da região. Entre essas relações, estava a maciça concentração de terras, com latifundiários detendo imensas propriedades que abrigavam boa parte das obras executadas pelo DNOCS nas décadas anteriores e cujo uso atendia a interesses particulares. Guimarães (1981, p. 213), utilizando dados censitários, fornece um panorama da situação no Brasil: em 1950, 1,6% dos estabelecimentos detinham 50,9% da área total agrícola. Uma década depois, 1% dos

proprietários rurais eram donos de 47,3% das terras agrícolas do Brasil.

Latifúndio e poder político concentrados produziram a famosa “indústria das secas”: meeiros e trabalhadores rurais, sem meios de produção, subordinavam-se ao patronato rural que pagava salários miseráveis e extorquia os trabalhadores nos anos chuvosos. Quando sobrevinham as secas, a população era “artificialmente” mantida no campo através das ações assistencialistas do governo federal, como frentes de trabalho e distribuição de alimentos, o que evitava migrações em massa, como observa Furtado (1997, p. 72). O sistema era, ainda, potencializado pelos repasses de recursos para execução de obras emergenciais que beneficiavam os latifundiários e com verbas que eram simplesmente desviadas.

Herdado da República Velha, esse sistema originou, no âmbito eleitoral, os “currais eleitorais”. Neles, a população pobre permanecia refém dos favores dos coronéis, que em contrapartida impunham o “voto de cabresto”, que ia do mero constrangimento às ameaças de jagunços armados. Conveniente aos poderosos, esse sistema configurava-se numa verdadeira “fábrica de votos”, embora a lisura não fosse uma característica das eleições, reforçando o vicioso ciclo da “indústria das secas”.

Como antídoto a essa situação, o projeto que instituiu a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) colocava o DNOCS sob a supervisão desse órgão, extinguindo seu papel na execução de obras

“[...] em 1950, 1,6% dos estabelecimentos detinham 50,9% da área total agrícola. Uma década depois, 1% dos proprietários rurais eram donos de 47,3% das terras agrícolas do Brasil”

rodoviárias, que passaram às esferas estadual e federal e redefinindo suas funções, focadas na execução de projetos voltados para o aproveitamento da água (FURTADO, 1997, p. 129). A despeito das resistências dos políticos conservadores do Nordeste, o projeto foi aprovado pelo Congresso e melhores perspectivas se lançaram sobre a região, que tinha um desafio a enfrentar: reduzir a imensa desigualdade regional, que começava a criar diferenças profundas em relação ao Sul e ao Sudeste, mais desenvolvidos e em franco processo de industrialização.

Havia, contudo, um obstáculo incontornável no caminho: o Golpe Militar de 1964, que atropelou as esperanças de um desenvolvimento equilibrado em termos intrarregionais. O foco dos militares voltou-se para a industrialização, que beneficiou o litoral nordestino com melhor infraestrutura e maior grau de desenvolvimento. Ainda assim, a guinada na forma de abordar a questão das secas colaborou para uma melhor focalização da atuação do DNOCS, que se voltou para projetos de irrigação que tinham a finalidade de aproveitar o imenso potencial hídrico acumulado nos incontáveis açudes construídos ao longo de dezenas de anos em nove estados. Um balanço do órgão, em junho de 1980, indicava 2.930 famílias beneficiadas e 32.703 hectares irrigados em 26 projetos nos estados do Piauí, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, do Ceará, de Pernambuco e da Bahia. Em 1979, 257 açudes tinham capacidade total de acumular 11,496 bilhões de metros cúbicos de água na região, com capacidade média de 44,734 milhões de metros cúbicos (GUERRA, 1981, p. 121; 120).

A superação dos métodos políticos arcaicos vigentes no semiárido no pré-1964, no entanto, ficou apenas na retórica dos militares (VILLA, 2000, p. 199). Nova seca se abateu sobre a região em 1969-1970 e a Sudene e o DNOCS não se mostraram capazes de agir com eficiência diante do flagelo. E, contrariando o discurso oficial, o órgão permaneceu realizando obras em propriedades particulares, principalmente nas de quem tinha assento no Congresso Nacional. A hipocrisia, a pusilanimidade e uma severa estiagem entre 1979 e 1983 produziram nova tragédia no Nordeste, com milhões de mortos e flagelados. À época, contudo, já não cabiam os discursos incrédulos de parlamentares, como no

“A hipocrisia, a pusilanimidade e uma severa estiagem entre 1979 e 1983 produziram nova tragédia no Nordeste, com milhões de mortos e flagelados”

início do século XX, porque a calamidade ganhou os telejornais e comoveu o Brasil.

As cifras sobre o total de mortos variaram bastante. A mais conservadora, a dos governadores da região, indicava 100 mil mortos. As demais estimativas apontavam de 700 mil mortos por fome ou fraqueza a 3,5 milhões (VILLA, 2000, p. 246-247). De qualquer forma, assumiu a mesma dimensão das calamidades anteriores, como ocorreu em 1877-1879, 1915 e 1932, para citar apenas as mais intensas. As medidas adotadas pelos governos foram a construção de açudes pelo DNOCS – as obras da seca de 1970 foram se decompondo logo depois de concluídas – e as frentes de trabalho, nas quais se alistaram 1,5 milhão de flagelados. A recessão de 1981 comprometeu ainda mais a ajuda aos nordestinos, que se alimentavam de ratos, calangos e outros animais que sobreviviam na caatinga à estiagem severa. Fortaleza, capital do estado mais afetado pela seca, o Ceará, recebeu 350 mil flagelados que se alojaram nas favelas (VILLA, 2000, p. 240). O pouco recurso que chegava era embolsado pelos corruptos de plantão ou servia para adquirir alimentos de péssima qualidade para as vítimas da estiagem.

Parte da explicação para a intensidade do flagelo foi a concentração de terras na região, registrada na década de 1970: em 1972, 4 mil proprietários (2,71% do total) detinham 51% das terras. Outros 350 mil detinham a posse de ínfimos 1,83% das terras da região, conforme Villa (2000, p. 215). O “Brasil Potência” que produzia o “Milagre Econômico” também era o mesmo país que concentrava meios de produção e expulsava milhões de sertanejos para as periferias das metrópoles.

100 ANOS DE DNOCS: ALGUMAS REFLEXÕES

A seca de 1979-1983 mostra que houve uma involução em relação à interpretação produzida desde os anos 1950 sobre os problemas do Nordeste semiárido e, principalmente, em relação às políticas propostas para atenuar os efeitos da seca. Dessa forma, Furtado (1997, p. 79) nota que “Não se trata de ‘combater’ as secas e sim de conviver com elas, criando uma agropecuária que tenha em conta a especificidade ecológica regional”. Observe-se, contudo, que essa convivência implicava em mudanças na configuração econômico-social que não interessavam às lideranças políticas regionais. Uma evidência foi a resistência enfrentada pelo governo Kubistchek para a criação da Sudene.

O latifúndio e o poder dele derivado constituíam os maiores obstáculos às transformações necessárias para alterar o panorama da região. À época estavam em curso pressões dos movimentos sociais por mudanças políticas na região. Esses movimentos sociais, a propósito, contavam com a simpatia dos setores mais progressistas dos meios urbanos. O choque entre posições antagônicas, no entanto, resultou no Golpe Militar de 1964, que representou um triunfo dos setores políticos mais conservadores e contribuiu para manter inalterada a estrutura fundiária da região. Caso fossem à frente as mudanças que o sistema democrático articulava, o DNOCS, como agência de desenvolvimento, certamente desempenharia um papel-chave sob outra perspectiva. Conforme Villa (2000, p. 197), “As agências federais perderam autonomia

“O latifúndio e o poder dele derivado constituíam os maiores obstáculos às transformações necessárias para alterar o panorama da região”

“O retrocesso do DNOCS e da política de convivência com as secas, apenas esboçada com a criação da Sudene, ficou visível com a seca de 1970 e, mais ainda, com a grande estiagem do quadriênio 1979-1983”

e ficaram submetidas à lógica militar”, tornando-se meras repartições dedicadas a atividades rotineiras.

No contexto da época, a “lógica militar”, por extensão, era a lógica dos políticos conservadores nordestinos, entusiastas da quartelada de 1º de abril. E, a exemplo dos decênios anteriores, a missão do DNOCS era perpetuar o passado perverso em que açudes construídos com recursos públicos acumulavam milhões de metros cúbicos de água em grandes propriedades particulares. O retrocesso do DNOCS e da política de convivência com as secas, apenas esboçada com a criação da Sudene, ficou visível com a seca de 1970 e, mais ainda, com a grande estiagem do quadriênio 1979-1983. Encerrado o regime militar, a chamada “Civilização do Semiárido” pode, enfim, vislumbrar a retomada de uma discussão interrompida em 1964.

Em 2009 o DNOCS completa um século de existência, perpetuando sua missão de combater os efeitos das secas. É evidente que o semiárido exigia a criação de um órgão que dotasse a região de infraestrutura para reter a água das chuvas irregulares, empregando-a nos períodos secos, sustentando a atividade econômica e evitando a fome, a migração e a morte de milhões de sertanejos. Só que a questão nordestina não se resume às limitações edafoclimáticas, sanáveis com açudes, poços, canais de irrigação e represas. A situação, nos dias atuais, não seria tão crítica, caso o problema se limitasse a essas intervenções, mesmo com o largo uso político do órgão em proveito da elite política local.

Uma evidência é que, nos últimos meses, as estiagens voltaram a assolar os sertões nordestinos, dizimando lavouras, definhando e matando animais e expondo centenas de milhares de pessoas residentes nas zonas rurais à escassez de água até mesmo para beber (SECA..., 2008, p. 1). Não é à toa que, em meados de 2008, centenas de municípios declararam situação de emergência – inclusive na Bahia – em função da ausência de chuvas. Para amenizar o problema, mais do que um sistema de armazenamento e canalização das águas captadas nos períodos chuvosos, o obstáculo consiste nas profundas desigualdades sociais e econômicas, que mantêm milhões de sertanejos à mercê das políticas assistenciais dos governos.

Pensar o convívio com a seca hoje envolve um esforço de articulação de políticas que se integrem verticalmente e possuam ampla transversalidade, alcançando o conjunto de dimensões que configuram o *hinterland* setentrional brasileiro. A democratização do acesso à terra, agenda considerada ultrapassada nos países desenvolvidos, ainda está por se construir na região e é das questões mais centrais. Inversões em saúde, educação, qualificação profissional, crédito para a agricultura familiar, assistência técnica e – mais recentemente – capacitação para o manejo da flora e da fauna, degradadas em grandes extensões, constituem pilares do desenvolvimento integrado e sustentável e a base para o êxito transversal das ações.

Retomando-se o diagnóstico de 50 anos, percebe-se que o flagelo das secas é um fenômeno mais social que propriamente climático, mais de políticas públicas que de engenharia civil. Os pactos políticos, a interpretação equivocada da realidade, a manutenção do *status quo* e o descaso com que, frequentemente, o semiárido é tratado explicam a derrocada das políticas aplicadas ao longo do século XX. Nos primeiros anos do século XXI, porém, essa visão mais abrangente da realidade ainda não encontra ressonância significativa.

É o que demonstra a proposta de transposição do Rio São Francisco, através de canais que vão drenar parte das águas do rio para os estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte. Essa proposta, a rigor, não constitui sequer novidade, já que era apontada como

“Os pactos políticos, a interpretação equivocada da realidade, a manutenção do status quo e o descaso com que, frequentemente, o semiárido é tratado explicam a derrocada das políticas aplicadas ao longo do século XX”

solução desde a grande seca de 1877-1879, conforme aponta Villa (2000, p. 62). O discurso em defesa da transposição, inclusive, recai na armadilha de situar a obra como uma panaceia para os efeitos da seca, já que, em tese, beneficiará 12 milhões de nordestinos (CORRÊA; LIMA, 2009, p. 01). Ironicamente, nesse início de século, saem de cena os antigos coronéis locais e surgem os barões do agronegócio como principais beneficiários da iniciativa, conforme acusações divulgadas pela imprensa (MOVIMENTO DOS SEM-TERRA, 2008, p. 1).

Desgastado por décadas de apropriação política, ao DNOCS parece estar reservado um papel secundário no processo de transposição. É que o órgão ainda não foi escolhido como gestor do sistema e a obra encontra-se fora de sua alçada, embora se alegue que a gestão não cabe à Companhia Hidrelétrica do São Francisco (por ser usuária), nem à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (cuja atuação se restringe ao curso do rio). A declaração do presidente do órgão não deixa de demonstrar o desgaste político do DNOCS, justamente às vésperas de completar um século de existência, em outubro de 2009 (DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA A SECA, 2008, p. 1).

Nos últimos anos, os programas de aposentadoria rural, as políticas de transferência de renda e o maior envolvimento dos governos estaduais na oferta de infraestrutura hídrica – como é o caso do Programa Água para Todos (PAT) em curso na Bahia –, somados à redução

da população no campo frearam o espetáculo macabro de mortes e migrações nos períodos de estiagem. No entanto, é preciso ir além, desenvolvendo e aplicando políticas públicas que reduzam as fragilidades demonstradas nos períodos secos, em que a declaração de estado de emergência ainda constitui um mecanismo corriqueiro de proteção à população.

Mais do que situação emergencial, a medida é uma demonstração de que a população do semiárido necessita de políticas adequadas à convivência com a seca e emancipatórias em sua dimensão social. O raciocínio perverso que se aplicou à Sudene e à Sudam no governo Fernando Henrique Cardoso, extintas porque eram consideradas ninhos de corrupção, não pode ser aplicado ao DNOCS, que cem anos depois permanece como órgão indispensável ao semiárido na oferta de infraestrutura para a convivência com as estiagens periódicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação do DNOCS ao longo de dez décadas reflete os conflitos de interesses e as formas de enxergar o fenômeno das secas no semiárido nordestino. Revela, sobretudo, o conjunto de relações sociais estabelecidas durante séculos, a importância do controle sobre os órgãos do Estado em uma região com baixo dinamismo econômico, um modelo político anacrônico e excludente e, por extensão, a relevância dos conchavos políticos como forma de perpetuação no poder.

Sendo assim, é compreensível que o órgão tenha permanecido sob o controle dos poderosos locais, enriquecidos com os benefícios advindos da “indústria da seca”. Verdadeiros empresários da desgraça, foram beneficiados pela força das oligarquias na República Velha, acomodaram-se aos dois prolongados períodos ditatoriais do século XX e, sobretudo, regatearam e ratearam cargos e obras dos órgãos federais, entre cujas vítimas está o DNOCS.

Contrariando toda a evolução dos últimos anos, entretanto, a crença no “combate” à seca com obras e retenção artificial de água permanece viva, como atesta a transposição das águas do Rio São Francisco, obra que

vai beneficiar o agronegócio da fruticultura irrigada, protegido sob o manto da iniciativa louvável de levar água a 12 milhões de pessoas. Como presente por seu centenário, porém, parece que dessa vez o DNOCS vai ficar de fora.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Joaquim. Secas dos séculos XVII e XVIII. *Revista Conviver Semi-Árido*, Fortaleza, v. 1, n. 4, out./dez. 2004.
- CORRÊA, Hudson; LIMA, Sérgio. Rota da transposição do São Francisco tem obras paradas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 4 jan. 20. Disponível em: <<http://www.cptpe.org.br/modules.php?name=News&file=article&sid=1812&mode=thead&order=0&thold=0>>. Acesso em: 16 jan. 2009.
- DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA A SECA. *DNOCS se prepara para gestão de transposição do São Francisco*. Fortaleza, 23 out. 2008. Disponível em: <<http://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&q=transposi%C3%A7%C3%A3o+s%C3%A3o+francisco+dnocs+chess+codevasf+gest%C3%A3o&btnG=Pesquisar&meta=>>>. Acesso em: 15 jan. 2008.
- FRITSCH, Winston. Apogeu e crise na Primeira República: 1900-1930. In: ABREU, Marcelo. *A ordem do progresso*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 31-72.
- FURTADO, Celso. *A fantasia desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- GUERRA, Paulo. *A civilização da seca*. Fortaleza: DNOCS, 1981.
- MOVIMENTO DOS SEM-TERRA. *Transposição já realizada na Bahia é voltada para o agronegócio*. Disponível em: <http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=4435&Itemid=1>. Acesso em: 21 jan. 2008.
- PESSOA, Epitácio. O pensamento de Epitácio Pessoa. *Revista Conviver Semi-Árido*, Fortaleza, v. 1, n. 4, out./dez. 2004.
- POMPONET, André. Caminhos para o Oeste: perspectivas para a infraestrutura de transportes na Bahia. *Bahia Análise & Dados: retrospectiva 2007 e perspectiva*, Salvador, v. 17, n. 3, p. 1067-1076, out./dez. 2007.
- SECA deixa mais de 400 municípios em situação de emergência no Nordeste. Paraíba tem 27. *Universo On Line*, 6 dez. 2008. Disponível em: <<http://www.portalcorreio.com.br/noticias/matler.asp?newsId=60894>>. Acesso em: 15 jan. 2009.
- VILLA, Marco Antônio. *Vida e morte no sertão*. São Paulo: Ática, 2000.



Determinantes da demanda de **hortaliças orgânicas** em Ilhéus

Raquel Barbosa Nogueira*

Patrícia Lopes Rosado**

Andréa da Silva Gomes**

A propagação da "Revolução Verde" no século passado proporcionou a expansão da agricultura com base em modelos produtivistas, através do uso de técnicas "modernas" no campo da genética, com utilização de sementes híbridas, fertilizantes sintéticos e defensivos agrícolas. Em meados da década de 1970, esse modelo produtivo começou a ser questionado sob a ótica da sustentabilidade dos recursos naturais. Assim, é difundido nos anos de 1980 o conceito de agricultura sustentável, que tem como base a satisfação das necessidades humanas com a preocupação voltada para as gerações futuras. Nesse contexto, o consumo de produtos orgânicos no mundo vem crescendo, impulsionando a produção mundial, sobretudo nos países europeus.

No Brasil, o desenvolvimento da agricultura orgânica ocorreu na década de 1980, principalmente no sul e sudeste do país. Atualmente, 15 mil produtores atuam com agricultura orgânica numa área estimada em 800 mil hectares. A produção está concentrada em unidades de produção familiares e do total de produtores orgânicos, 68% estão localizados no sul do país, 13% no nordeste e 10% no sudeste. Estima-se em 5.000 ha de áreas com extrativismo no Brasil que poderiam ser considerados orgânicos (BRASIL, 2008c).

O consumo de hortaliças orgânicas no Brasil é muito baixo comparado a outros países. Vários fatores corroboram

* Economista pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).
raquelbn@gmail.com

** Professoras DS do Departamento de Ciências Econômicas da UESC.
asgomesbr@yahoo.com.br

para esse quadro, dentre os quais os custos de certificação. No caso do produto orgânico, a certificação é a forma de controle da procedência do produto e de sua diferenciação na forma produtiva em relação à agricultura convencional.

Com o intuito de regulamentar todo o sistema de produção, a atividade orgânica conta, desde o final de 2007, com novos critérios para seu funcionamento. Esses critérios foram estabelecidos pelo Decreto nº 6.323/08 (BRASIL, 2008a) e prevê a criação de regras para que o país tenha um sistema de certificação de produtos orgânicos reconhecido internacionalmente, que inclua a produção, armazenamento, rotulagem, transporte, certificação, comercialização e fiscalização dos produtos. O decreto cria o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica, que será composto pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), órgãos de fiscalização dos estados e organismos de avaliação da conformidade orgânica.

No tocante ao comércio exterior, no ano de 2007, o Brasil exportou US\$ 11.956¹ em produtos orgânicos. Até janeiro deste ano, o valor exportado alcançou US\$ 1.450.745. Os principais países-destino da exportação brasileira de orgânicos são a Holanda, Estados Unidos e Suécia. De janeiro de 2006 a fevereiro deste ano, o valor exportado para esses países foi de US\$ 9.827, US\$ 5.705 e US\$ 3.575, respectivamente. Dentre os principais produtos exportados estão a soja, o açúcar branco e mascavo, café e sucos cítricos (BRASIL, 2008b).

Na Bahia não há números oficiais da quantidade de produtores orgânicos e nem área de plantio, entretanto já se produzem diversas frutas, hortaliças, carne bovina, cachaça e leite, entre outros. A produção estadual de orgânicos é destinada à exportação, comercializada em lojas de produtos naturais e feiras; apenas uma pequena parcela é comercializada em supermercados.

A agricultura orgânica na Bahia tem sido desenvolvida em diversas regiões e tem atraído considerável interesse dos produtores. Na região sul da Bahia, algumas

propriedades têm certificação e contam com o apoio de organizações não governamentais (ONGs), como a Cooperativa dos Produtores Orgânicos do Sul da Bahia (Cabruca) e o Instituto de Estudos Sócio Ambientais (Iesb). (OLALDE; DIAS, 2004). Em 2001, a região sul da Bahia possuía 68 produtores, totalizando 75 propriedades nos municípios de Arataca, Ilhéus, Camacã, Itacaré, Maraú, Una e Uruçuca (SOUZA; LIMA, 2004).

No município de Ilhéus, local escolhido para o estudo, há uma crise econômica e social em função da queda de produtividade da lavoura cacaueteira e da vigência de preços poucos compensadores nessa atividade. Em consequência, agrava-se a situação de empobrecimento, desemprego, renda e queda da atividade econômica da região. Com isso outras atividades são necessárias para recompor a renda familiar, como o turismo, a pesca na costa litorânea e a diversificação de cultivos na agricultura. Nesse contexto, a produção de orgânicos pode apresentar-se como alternativa de geração de emprego e renda nesse município.

Para o desenvolvimento da produção orgânica no município, é importante o conhecimento do comportamento do consumidor, a fim de que produtores e comerciantes adotem estratégias de mercado que lhes permitam atendê-lo de forma eficaz. A procura por produtos saudáveis e que se insiram dentro do conceito de desenvolvimento sustentável ganha cada vez mais adeptos.

Dentro desse contexto, o objetivo deste artigo é investigar os fatores determinantes do consumo de hortaliças orgânicas no município de Ilhéus, Bahia. Mais especificamente, buscou-se analisar o perfil dos consumidores ilheenses e o conhecimento destes acerca da agricultura orgânica. Conhecer os fatores que influenciam a tomada de decisão dos consumidores permite adequar às atividades do produtor as necessidades e desejos específicos do público a ser atendido, como também prever as constantes mudanças que ocorrem no comportamento dos compradores e assim orientar a produção à demanda do mercado. Ademais, esta pesquisa poderá contribuir para orientar políticas públicas que visem o desenvolvimento da produção e o consumo de produtos orgânicos nos demais municípios baianos.

¹ Valores Free On Board (FOB).

REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com Braga e Lírio (2002), é fundamental, para o bom andamento de toda a cadeia produtiva de determinado produto, o conhecimento, por parte dos empresários, da percepção do consumidor em relação a seus produtos, sendo primordial que seus desejos e necessidades sejam conhecidos, para que todo o setor tenha bons subsídios e possa atendê-lo da melhor forma possível.

Os fatores que interferem na decisão final dos consumidores, a respeito do que irão ou não adquirir, são relevantes para o sucesso de qualquer negócio. A natureza racional ou emocional pode ser considerada como variável que intervem na atitude de consumo dos produtos agroalimentares. As variáveis preço, disponibilidade, qualidades nutricionais, dentre outras, são ditas racionais; enquanto outras são ditas subjetivas, tais como preferências individuais, grau de sensibilidade dos procedimentos de *marketing* e a fidelidade a marcas específicas (BRAGA; LÍRIO, 2002).

Evidenciando a importância de modelos de processo de compra, que abordam tanto a parte emocional quanto a racional, pode-se citar o desenvolvido por Engel e outros. (2000) e adaptado por Braga e Lírio (2002), em que o processo de decisão resulta da ação conjunta de três grupos de fatores: influência ambiental, diferenças individuais e processo psicológico. O primeiro conjunto de fatores que compõe a influência ambiental foi delineado de forma a perceber até que ponto os estímulos externos atuam no processo de decisão de compra. As diferenças individuais, por outro lado, consideram a classe de renda da qual o indivíduo faz parte, seu estilo de vida e o grau de conhecimento das especialidades de produto. Em relação ao processo psicológico, de acordo com Kotler (1992), os consumidores, ao fazerem suas escolhas, são influenciados por fatores culturais, sociais, pessoais e psicológicos de difícil controle e que passam a ser considerados importantes na abordagem do *marketing* sobre o comportamento do consumidor.

METODOLOGIA

Para a análise dos determinantes da demanda de hortaliças orgânicas em Ilhéus, utilizou-se o método de abordagem indutivo, em que a generalização não deve

ser buscada aprioristicamente, mas constatada a partir da observação de casos concretos suficientemente confirmados dessa realidade (GIL, 2007). Além de fontes secundárias, recorreu-se à pesquisa de campo para levantamento de dados primários junto aos consumidores de produtos orgânicos no município de Ilhéus, Bahia.

O perfil do consumidor de produtos orgânicos no município de Ilhéus (BA) foi analisado por meio da estatística descritiva, mais precisamente da análise tabular e de frequência das variáveis relevantes ao estudo.

Por se tratar de um município com população superior a cem mil habitantes e por ser a mensuração das variáveis feita em escala ordinal, foi aplicada a seguinte fórmula para dimensionamento da amostra, de acordo com Richardson (1996):

$$n = \frac{\delta^2 \cdot \hat{p} \cdot \hat{q}}{d^2},$$

em que n = tamanho da população; = abscissa da curva normal padrão, fixado um nível de confiança. Para um nível de confiança de 90%, $Z \cong 1,645$; $\hat{p}$ = estimativa da verdadeira proporção de um dos níveis da variável escolhida, isto é, a percentagem com o qual o fenômeno se verifica; $q = 1 - p$ = percentagem complementar e d = erro amostral; neste caso, ($d = 0,05$).

Utilizando-se $\alpha = 10\%$ de significância, $p = 50$, $1 - p = 50$, por considerar que as características da população em análise eram desconhecidas, e o erro máximo permitido de 5%, obteve-se o tamanho da amostra de 270 entrevistados:

$$n = \frac{1,645^2 \cdot 0,50 \cdot 0,50}{0,05^2} \cong 270.$$

Os dados utilizados na pesquisa foram primários, obtidos mediante entrevista semiestruturados aplicados aos consumidores do município de Ilhéus (BA). A entrevista foi realizada nos principais locais de comercialização de hortaliças orgânicas, ou seja, em dois supermercados e na feira organizada pelos produtores orgânicos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta parte é constituída de dois tópicos. No primeiro analisa o comportamento e no segundo o perfil do consumidor de

hortaliças orgânicas buscando identificar os fatores que influenciam no consumo desses consumidores.

Comportamento do consumidor

De acordo com os resultados obtidos na pesquisa, 97% dos entrevistados já tiveram contato com produtos orgânicos, 92% conhecem hortaliças orgânicas e 79% consomem esse tipo de hortaliças.

A maioria dos consumidores relaciona produtos orgânicos com alimentos livres de defensivos agrícolas (93,30% dos entrevistados), adubos químicos (87,40%), antibióticos (75,90%) e hormônios (75,20%). Para esses consumidores, tratam-se de produtos saudáveis (94,80%) e naturais (94,10%).

A pesquisa revelou que os veículos de mídia (telejornais, reportagens) constituem o principal meio de divulgação do produto (35,74%), seguido pelos jornais e revistas impressas (34,93%), propagandas (19,67%), contato com amigos (16,67%) e palestras (7,63%).

Os entrevistados que não consomem hortaliças orgânicas revelaram que a existência de poucos canais de comercialização é a principal barreira ao consumo (33,93%), seguida pelos preços elevados (32,14%) e desconhecimento acerca do produto (19,64%). (Tabela 1).

Para os consumidores de hortaliças orgânicas, os motivos que os levam a incluir tais produtos em suas cestas de bens estão relacionados principalmente à preocupação

Tabela 1
Distribuição percentual dos motivos justificados pelos consumidores do não-consumo das hortaliças orgânicas – Ilhéus, Bahia – 2007

Motivo	Percentual (%)
Poucos canais de venda	33,93
Preços elevados	32,14
Por desconhecimento da existência	19,64
Falta de interesse	10,72
Outros	3,57
Total	100

Fonte: Dados de pesquisa.

Tabela 2
Distribuição percentual da principal motivação para comprar produtos orgânicos por parte dos consumidores – set. 2007

Motivo	Percentual (%)
Faz bem a saúde	80,4
Preocupação com o meio ambiente	11,5
Por ter melhor sabor	4,4
Outros motivos	3,7
Total	100

Fonte: Dados de pesquisa.

com a saúde, por tratar-se de produtos livres de defensivos agrícolas e aditivos químicos (80,40%). Não obstante a maior conscientização dos consumidores em torno das questões ambientais, apenas 11,50% dos entrevistados considera esta a principal motivação para o consumo de hortaliças orgânicas (Tabela 2). Comparando esses resultados com o estudo realizado para o município de Curitiba, verifica-se que as motivações de consumo variam de um local para outro, pois, em Curitiba, a principal razão que leva os indivíduos ao consumo de hortaliças orgânicas é a preocupação com o meio ambiente (DAROLT, 2006).

Com relação à frequência de consumo, observou-se que 68% dos consumidores adquirem as hortaliças orgânicas pelo menos uma vez por semana, 13,2% diariamente, 7,6% mensalmente e 11,2% consomem esporadicamente, o que revela certa fidelidade do consumidor quanto ao perfil de sua cesta de bens (Gráfico 1).

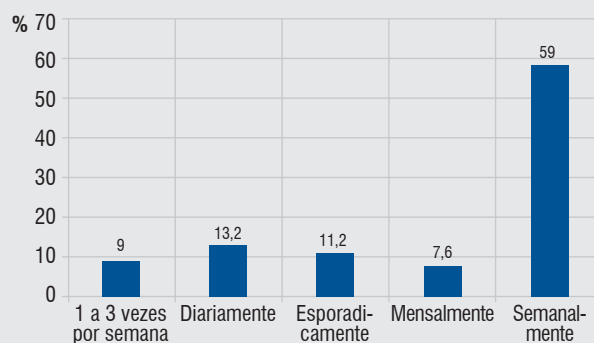


Gráfico 1
Frequência de aquisição de hortaliças orgânicas
Ilhéus, Bahia – 2007

Fonte: Dados de pesquisa.

Dos entrevistados que consomem hortaliças orgânicas, cerca de 90% também consomem as convencionais e apenas 10% consomem apenas hortaliças orgânicas. Os fatores que levaram a tal comportamento estão relacionados à pouca variedade dos produtos ofertados no mercado de orgânicos (62,10%) e aos preços elevados (20,53%), conforme mostra a Tabela 3.

Tabela 3
Distribuição percentual do principal motivo que leva ao consumo das hortaliças convencionais simultaneamente com as orgânicas – Ilhéus, Bahia – 2007

Motivo	Percentual (%)
Preços elevados	20,53
Variedade insuficiente de hortaliças orgânicas	62,10
Outros	17,37
Total	100,00

Fonte: Dados de pesquisa.

De acordo com os entrevistados, os locais preferencialmente utilizados para adquirir as hortaliças são: supermercados (46%), feira orgânica municipal² (37,26%) e direto do produtor (13,21%). (Tabela 4). Essas escolhas podem estar relacionadas ao fato de que hoje a maioria dos supermercados e feiras oferece grande diversidade de produtos, facilitando o acesso. Constatou-se que os canais de distribuição desses produtos são escassos e a oferta é insuficiente para atender a um aumento da demanda.

Tabela 4
Distribuição percentual do local preferencialmente utilizado pelos consumidores para aquisição das hortaliças orgânicas – set. 2007

Local	Percentual (%)
Loja especializada em orgânicos	-
Feiras orgânicas	37,26
Supermercado	46,23
Direto do produtor	13,21
Outros	3,3
Total	100

Fonte: Dados de pesquisa.

² A feira orgânica no município de Ilhéus está localizada no estacionamento da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac).

Quanto ao preço que os consumidores estariam dispostos a pagar para adquirir o produto, verifica-se na Tabela 5 que dos 270 entrevistados, 50,4% estariam dispostos a gastar de 10 a 20% a mais para adquiri-lo, enquanto 11,90% o comprariam pelo mesmo preço do convencional, o que revela certa disposição a pagar, em virtude dos motivos apresentados na Tabela 2.

Tabela 5
Distribuição percentual da disposição a pagar a mais no preço da hortaliça orgânica em relação ao preço da convencional – Ilhéus, Bahia – 2007

Valor percentual (%)	Percentual (%)
De 10 à 20	50,4
De 20 à 30	10,7
De 30 à 40	7,0
De 40 à 50	7,8
Acima de 50	12,2
Não pagaria a mais	11,9
Total	100,0

Fonte: Dados de pesquisa.

Perfil dos entrevistados

Os consumidores de hortaliças orgânicas são predominantemente do sexo feminino (63%) e casados (62,26%). De fato, como a pesquisa foi realizada em supermercados e feiras, esse resultado pode estar atrelado ao fato de que, geralmente, as mulheres são responsáveis pela realização das compras da família. Quanto ao estado civil, a maioria dos entrevistados é casado ou com relação estável (62,26%), resultados próximos ao da pesquisa realizada por Souza (2005) (Tabela 6).

Tabela 6
Estado Civil dos entrevistados que consomem hortaliças orgânicas – Ilhéus, Bahia – 2007

Estado civil	Percentual (%)
Solteiro	27,36
Casado	63,21
Divorciado	3,77
Separado	2,36
Viúvo	3,30
Total	100,00

Fonte: Dados de pesquisa

Em relação à faixa etária, constatou-se que a maioria dos entrevistados tem mais de 50 anos (30,18%), e 78,3% acima de 31 anos. No tocante à escolaridade, a maioria desses consumidores possui, pelo menos, o curso médio completo (82,5%).

No que diz respeito à renda familiar, verificou-se que mais de 45% da amostra pesquisada recebe acima de 3 salários mínimos. Destes, cerca de 20% com renda superior a 13 salários, o que mostra uma relação direta entre renda e consumo de hortaliças orgânicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescente questionamento sobre a sustentabilidade dos modelos “produtivistas” na agricultura no final do século passado e a busca por produtos melhores para a saúde, impulsionou a difusão de alternativas produtivas na agricultura com base em conceitos de sustentabilidade e bem-estar. O consumidor tem procurado, cada vez mais, alternativas de consumo mais adequadas a um padrão de vida saudável. Nesse contexto, desenvolveu-se a produção de orgânicos no Brasil.

Em Ilhéus, o mercado de hortaliças orgânicas vem crescendo; a busca por produtos saudáveis é o fator que mais influencia na demanda pelo produto. Os preços elevados e poucos canais de distribuição constituem-se em importantes barreiras ao desenvolvimento desse mercado. Trata-se de um mercado cuja oferta é restrita, sendo incipiente frente a possíveis aumentos na demanda.

Conclui-se que o grande desafio do setor produtivo das hortaliças orgânicas em Ilhéus, Bahia, é ajustar a demanda do mercado, cujos consumidores se mostraram favoráveis e crescentes. Alcançar maior escala de produção, oferecer variedade de produtos, aumentar o número de estabelecimentos de venda e preços de mercado mais acessíveis é uma dificuldade a ser vencida pelos agentes deste segmento.

REFERÊNCIAS

BRAGA, M. J.; LIRIO, V. S. *Administração estratégica aplicada ao agronegócio*. 2002. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-graduação *lato sensu* (MBA Agronegócio) –Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2002.

BRASIL. Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6323.htm>. Acesso em: 20 jun. 2008a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior (SECEX). *Home page*. Disponível em: <<http://www2.desenvolvimento.gov.br/sitio/secex/secex/competencia.php>>. Acesso em: 20 jun. 2008b.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). *Agricultura orgânica: dados e estatísticas*. [Brasília]: MAPA, 2008c. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/>>. Acesso em: 23 jun. 2008.

_____. *O papel do consumidor no mercado de produtos orgânico*. Ano 2002. Disponível em: <<http://www.ibd.com.br/artigos/papelconsumidor.htm>>. Acesso em 5 nov. 2006.

BRAGA, M. J.; LIRIO, V. S. *Administração estratégica aplicada ao agronegócio*. 2002. 78f. Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-graduação *lato sensu* (MBA Agronegócio) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2002.

ENGEL, J. F. *Comportamento do Consumidor*. 8. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 2000. 641p.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

KOTLER, P. *Administração de marketing: análise, planejamento e controle*. 2. ed. São Paulo: Prentice Hall, 1992.

OLALDE, A. R.; DIAS, B. O. Agricultura orgânica e agroecologia na Bahia: atores e experiências. In: UZÊDA, M. C. (Ed.). *O desafio da agricultura sustentável: alternativas viáveis para o sul da Bahia*. Ilhéus: Editus, 2004. p. 71-96.

RICHARDSON, G. P. *Modelling for management: simulation in support of systems thinking*. Cambridge: Dartmouth, 1996.

SOUZA, A. C. *Diagnóstico e análise de mercado de produtos orgânicos no eixo Ilhéus e Itabuna, Bahia*. 2005. Dissertação (Mestrado)–Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2005.

SOUZA, A. C.; LIMA, S. R. R. Perfil dos produtores orgânicos no município de Ilhéus, Bahia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS, 5., out. 2004, Curitiba. *Anais...* Colombo: Embrapa Florestas, 2004.

Financiamento em tempos de crise

Luiz Alberto Petitinga

Presidente da Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia) e professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia (UFBA).



A crise de confiança que se espalhou pela economia mundial e a forte retração da liquidez internacional repercutem inevitavelmente sobre o Brasil. Nem as ações coordenadas de diversos bancos centrais, nem as sucessivas intervenções empreendidas pelos governos das principais economias mundiais conseguiram evitar o agravamento dos processos recessivos dos países avançados, que se refletem na desaceleração econômica e na contração do mercado de crédito dos países emergentes.

No Brasil, a dificuldade de captação de novos recursos no mercado de capitais e a restrição de acesso às linhas de crédito internacionais são importantes mecanismos de contágio do mercado interno. Além disso, a instabilidade cambial e a incerteza em relação aos volumes e

às instituições envolvidas em operações com derivativos também provocaram desaceleração na concessão de financiamentos, exercendo impactos negativos sobre as condições de funcionamento da economia.

A despeito desse cenário, o crédito alcançou, no último mês de fevereiro, a marca recorde de 41% do PIB, mantendo uma trajetória consistente de expansão (Gráfico 1). Isso mostra que, não obstante o conjunto de restrições mencionadas, existem hoje mais recursos disponíveis para financiar os gastos correntes e de investimento.

Isso não quer dizer que o mercado de crédito doméstico tenha ficado imune à crise, mas que as intervenções do setor público sustentaram a oferta de crédito interna,

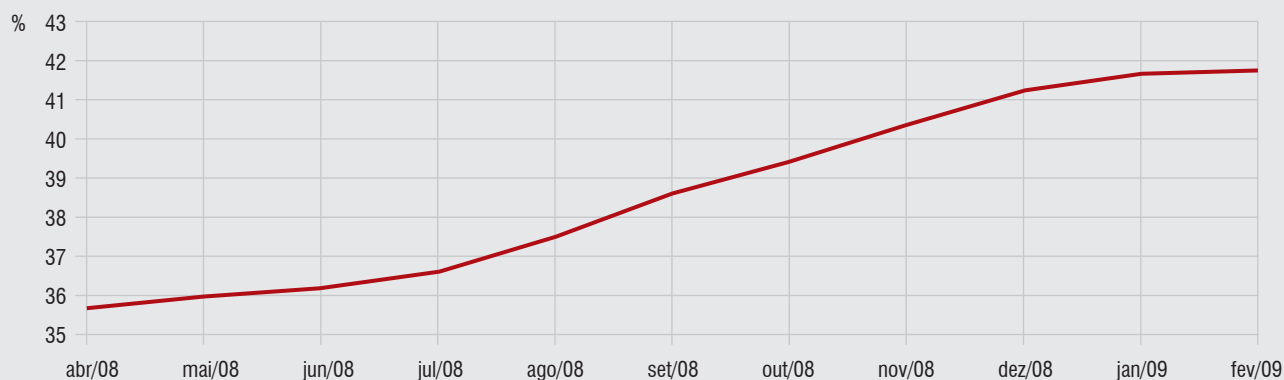


Gráfico 1
Operações de crédito/PIB (%)

arrefecendo os impactos negativos da crise mundial sobre o Brasil. Entre agosto de 2008 e fevereiro de 2009, a participação do sistema financeiro público nas operações de crédito totais passou de 34,3% para 37,1%. Os créditos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em particular, ampliaram-se quase 20% nesse período, elevando a participação dessa instituição no total de crédito ofertado de 16,0% para 17,3%.

Essa injeção de recursos não é a única vertente da atuação anticíclica empreendida para atenuar os efeitos adversos do cenário restritivo. A redução dos depósitos compulsórios, a aquisição de carteiras de crédito de pequenos e médios bancos privados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil, a redução de alíquotas de tributos em algumas transações, a garantia de continuidade dos investimentos previstos no Plano de Aceleração Econômica (PAC) e o recente pacote anunciado para o setor habitacional são outros exemplos que merecem destaque.

As alterações na dinâmica do mercado de crédito doméstico, todavia, exercem influência sobre as condições de acesso ao crédito. Enquanto as linhas de crédito que operam com recursos direcionados — realizadas com taxas e recursos previstos em normas governamentais — ampliaram-se 16,0% no período de agosto de 2008 a fevereiro de 2009, os empréstimos com recursos livres, absorvidos de forma mais pulverizada, cresceram somente 8,8%. Assim, micro, pequenas e médias empresas tendem a enfrentar maiores dificuldades para financiar os seus dispêndios.

Cientes dessas restrições, as instituições de fomento estaduais e regionais têm procurado buscar alternativas de financiamento, atentas, sobretudo, às necessidades imediatas de capital de giro de empresas de menor porte e de empresas capazes de exercer efeitos encadeadores

importantes sobre o conjunto da economia. Com esse intuito, a Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia) lançou, com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico (Fundese), um fundo estadual, a linha Credifácil Giro Especial, com limite de financiamento para capital de giro de até R\$ 2 milhões. Definindo setores prioritários e procurando atenuar dificuldades associadas às garantias, emprestamos, apenas nos dois primeiros meses de operação do programa, R\$ 5,5 milhões. Além disso, operamos com repasses do Programa Especial de Crédito (PEC) do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), também criado para atenuar as restrições enfrentadas pelas empresas durante o período de crise. No âmbito desse programa, repassamos, em janeiro e fevereiro de 2009, R\$ 2 milhões. Adicionalmente, canalizamos, no primeiro bimestre do ano, pouco mais de R\$ 1,5 milhão para o programa de microcrédito, R\$ 2,7 milhões para o Protaxi e 8,8 milhões para as demais linhas do Credifácil. Isso sem falar nos recursos destinados ao setor agrícola e de outras linhas repassadas do BNDES. No total, injetamos R\$ 23,6 milhões na economia baiana, valor quase quatro vezes superior ao registrado no primeiro bimestre de 2008.

As instituições públicas de fomento estão fazendo a sua parte para reduzir as distorções conjunturais do mercado creditício e abrandar os efeitos recessivos da crise de liquidez, iniciada com os problemas estruturais do sistema financeiro norte-americano.

Como os tempos de crise podem ser também enxergados como momentos de reflexão e de estruturação de novas oportunidades, temos expectativas de que as nossas taxas de juros venham alcançar um patamar compatível com os fundamentos macroeconômicos obtidos pelo Brasil. Isso, certamente, facilitaria as condições de acesso ao crédito, fortalecendo o papel do financiamento como alavanca do desenvolvimento.

Investimentos industriais previstos deverão gerar até 2012 um volume de aproximadamente **R\$ 74,0 bilhões**

Esse volume global dos investimentos industriais previstos agrega 545 projetos de empresas de diversos setores com a intenção de investir no estado e que devem gerar cerca de 83.936 mil empregos diretos até 2012.

Analisando os investimentos previstos por Territórios de Identidade, observa-se que a maior parte deles se concentra no Litoral Sul e chegam a R\$ 50,2 bilhões. No complexo de Atividade Metal-mecânico, destaca-se o segmento da metalurgia básica, que deve gerar cerca de 31.000 mil empregos diretos em um único empreendimento.

Destacam-se ainda o território Região Metropolitana de Salvador, para o qual estão previstos 257 projetos, com um volume de aproximadamente R\$ 6,4 bilhões.

No Extremo Sul, a soma em investimentos chega a R\$ 3,7 bilhões, com previsão de 16 projetos. No Sertão Produtivo estão previstos R\$ 3,8 bilhões, com cinco empresas com intenção de investimento, destacando-se, neste território, a atividade mineral e de beneficiamento com a extração de minérios.

Tem-se ainda os investimentos por complexo de atividade. Os investimentos previstos no complexo Químico-petroquímico somam um volume de aproximadamente R\$ 7,3 bilhões e 123 projetos. No complexo de Atividade Mineral e Beneficiamento, há um montante em investimentos previstos de R\$ 6,2 bilhões com 32 projetos.

Assim sendo, a política de atração de investimentos industriais adotada pelo governo do estado da Bahia vem contribuindo significativamente para a diversificação do parque industrial e para a mudança gradativa na matriz industrial do estado, com a vinda de empreendimentos dos mais variados portes e segmentos. Esta ação governamental com o objetivo de desenvolver o setor industrial baiano vem ocorrendo desde 1991, com a implantação de programas de incentivos especiais. Atualmente, esses incentivos podem ser solicitados via Programa Desenvolve, cujo objetivo é conceder benefícios fiscais para as empresas dos mais diversos setores que tenham a intenção de investir no estado.





Tabela 1
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por complexo de atividade 2008-2012

Complexo	Volume (R\$ 1.000,00)	Nº de projetos	Volume (%)	Projeto (%)
Agroalimentar	2.324.923.907	109	3,1%	20%
Atividade mineral e beneficiamento	6.270.028.611	32	8,5%	6%
Calçados/Têxtil/Confecções	962.265.397	61	1,3%	11%
Complexo madeireiro	3.104.592.945	23	4,2%	4%
Eletroeletrônico	242.049.345	54	0,3%	10%
Metal-mecânico	51.148.533.117	53	69,1%	10%
Químico-petroquímico	7.322.157.688	123	9,9%	23%
Transformação petroquímica	4.800.000	1	0,0%	0%
Reciclagem	830.966.483	71	1,1%	13%
Outros	1.807.290.019	18	2,4%	3%
Total	74.017.607.513	545	100%	100%

Fonte: SICM-Coinc.

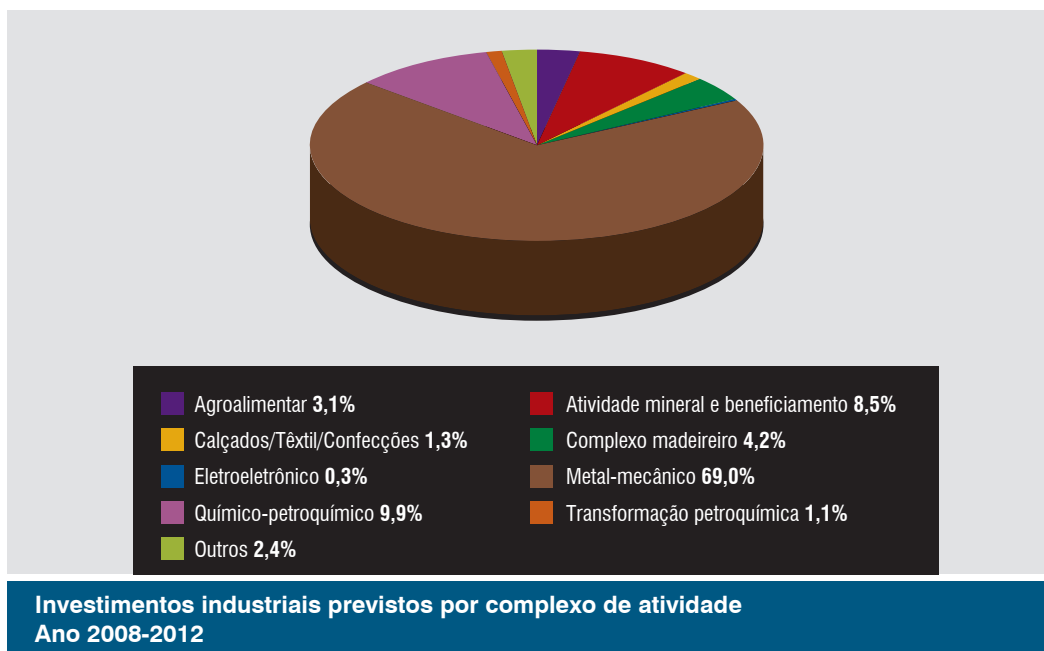
Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 31.12.2008.

Tabela 2
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por território de identidade 2008-2012

Território	Volume (R\$1.000,00)	Nº Projetos	Volume (%)	Projeto (%)
Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte	354.519.785	18	0%	3%
Bacia do Jacuípe	14.364.490	3	0%	1%
Baixo Sul	685.866.869	7	1%	1%
Chapada Diamantina	4.322.137	4	0%	1%
Extremo Sul	3.695.520.366	16	5%	3%
Irecê	22.193.000	2	0%	0%
Itapetinga	189.270.227	12	0%	2%
Litoral Sul	50.064.837.557	43	68%	8%
Médio Rio das Contas	544.184.237	14	1%	3%
Metropolitana de Salvador	6.367.859.001	257	9%	47%
Oeste Baiano	1.153.541.098	18	2%	3%
Piemonte da Diamantina	22.975.297	2	0%	0%
Piemonte do Paraguaçu	26.910.161	5	0%	1%
Piemonte Norte do Itapicuru	22.000.000	1	0%	0%
Portal do Sertão	325.596.134	46	0%	8%
Recôncavo	2.431.067.268	25	3%	5%
Semi-Árido Nordeste II	12.336.622	2	0%	0%
Sertão do São Francisco	103.904.375	10	0%	2%
Sertão Produtivo	3.846.883.086	5	5%	1%
Sisal	14.500.000	5	0%	1%
Vale do Jiquiriçá	1.939.183.000	7	3%	1%
Velho Chico	503.000.000	2	1%	0%
Vitória da Conquista	92.307.136	19	0%	3%
A definir	1.580.465.667	22	2%	4%
Total	74.017.607.513	545	100%	100%

Fonte: SICM-Coinc.

Nota: Dados preliminares sujeitos a alterações. Coletados até 31.12.2008.



Fonte: SICM–Coinc.

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 31/12/08.

METODOLOGIA DA PESQUISA DE INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS PREVISTOS

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: Gazeta Mercantil, Valor Econômico, A Tarde, Correio da Bahia e Diário Oficial do Estado da Bahia. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia (SICM) através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas Probahia, Bahiaplast e do atual Desenvolve.

Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados serão apresentados sob a forma de tabelas e gráficos contendo o volume e participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e o número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

Os dados mais desagregados estão sendo disponibilizados e atualizados mensalmente no site da SEI, com dados a partir de 1999, apresentando valores acumulados.

Quem mais estuda a Bahia não pode faltar na sua estante.

A SEI, por meio de sua linha editorial, publica regularmente livros e revistas que debatem aspectos socioeconômicos e geoambientais do estado. Quem se interessa pela Bahia não pode deixar de ler.



Bahia Análise & Dados

Revista temática trimestral que aborda temas atuais através de artigos e entrevistas elaborados por colaboradores externos e especialistas da SEI.



Conjuntura & Planejamento

Publicação trimestral colorida e ilustrada que traz artigos assinados e entrevistas sobre a conjuntura econômica da Bahia. A publicação compila estatísticas e indicadores que revelam o desempenho do estado no período.



Série Estudos e Pesquisas

Divulga os resultados de pesquisas e trabalhos desenvolvidos, na sua maioria, por técnicos da SEI nas áreas de demografia, indústria, energia, agropecuária, saúde, educação, agricultura e geoambiental.

Onde comprar:

Biblioteca Rômulo Almeida – SEI
CAB, 4ª Avenida, 435, térreo

Preço para aquisição:

R\$ 15,00 cada

Download gratuito: www.sei.ba.gov.br



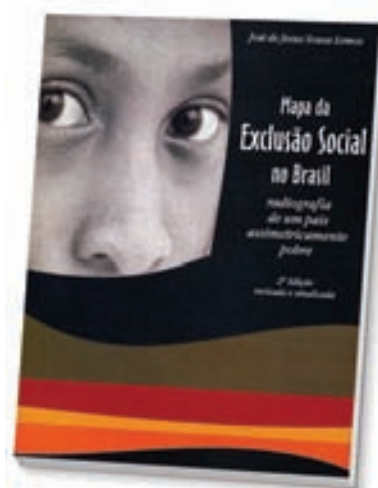
REVISTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A *Revista de Desenvolvimento Econômico* é uma publicação semestral da Universidade Salvador (Unifacs). Destaca-se pela apresentação de artigos que analisam os diversos aspectos relacionados ao desenvolvimento econômico, tanto em âmbito local quanto regional e mesmo nacional. A presente edição caracteriza-se pela apresentação de temas discutidos por especialistas das mais diversificadas vertentes de pensamento. O objetivo principal relaciona-se à identificação e apresentação de fatores que levam ou não uma determinada nação ou região a alcançar o desenvolvimento econômico. A revista pode ser encontrada na biblioteca da SEI.



O BRASIL: O ESTADO DE UMA NAÇÃO

Esta é mais uma dentre as diversas obras de pesquisadores renomados que pode ser encontrada na biblioteca da SEI. A publicação, editada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), traz uma análise dos principais problemas e desafios para o Brasil, dentre os quais cabe destacar à questão da inclusão social e de que forma pode ser implementada no país. A abordagem utiliza uma extensa gama de recursos gráficos, dados estatísticos e análises sobre os mais diversos assuntos relativos a esse tema.



MAPA DA EXCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL

O livro do prof. José de Jesus Sousa Lemos traz uma análise sobre o caráter da pobreza no Brasil. Dadas as dimensões continentais, as restrições orçamentárias, dentre outras, discute de que forma pode-se ter ou fazer a inclusão social no país. A partir de tais circunstâncias, o estudo aponta, através da análise de indicadores, os possíveis vetores que governantes e formuladores de políticas públicas podem seguir, tendo como objetivo incluir uma gama extensa de pessoas excluídas. O livro pode ser encontrado, para leitura, na biblioteca da SEI.



ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

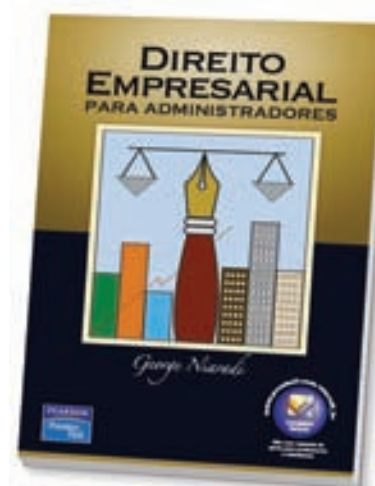
Megliorini e Vallim aplicam sua larga experiência empresarial e acadêmica para orientar o administrador a maximizar os resultados financeiros da empresa, tratando dos principais temas ligados à administração financeira – como a relação risco-retorno, o conflito entre o curto e o longo prazo e a maximização dos lucros – sob o ponto de vista brasileiro. Os temas são expostos individualmente e sua estrutura permite a construção gradativa dos conhecimentos: parte de uma introdução à administração financeira e passa para aspectos do mercado financeiro e conceitos como demonstrações contábeis, estrutura e custo de capital, até chegar a temas mais avançados, como análise econômica e financeira e avaliação de empresas.



PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

Com uma abordagem moderna, texto simples e de fácil entendimento, Clóvis Padoveze e Fernando Taranto abrangem o ciclo completo do processo de planejamento orçamentário, abordando todos os mais recentes conceitos para implementá-los nas empresas, destacando as vantagens e desvantagens de cada um deles.

O livro aborda o processo completo do plano orçamentário, reforça sua vinculação com o planejamento estratégico e apresenta os principais conceitos e as técnicas atuais. Enfatiza os movimentos mais recentes, além de incluir um processo completo de estruturação e cálculo das principais peças orçamentárias e da projeção das demonstrações financeiras, reforçando o aspecto prático da proposta. Um grande diferencial é a abordagem dos mais importantes conceitos desenvolvidos recentemente sobre o orçamento empresarial: *beyond budgeting*, gerenciamento matricial, orçamento base zero, *rolling budget* e *forecast*.



DIREITO EMPRESARIAL PARA ADMINISTRADORES

Direito Empresarial para Administradores fundamenta-se nos quatro pilares do direito empresarial: parte da mescla entre Direito Civil e Direito Comercial, que resulta no novo Direito Empresarial brasileiro, passa pela questão do Direito Tributário, que é apresentada a partir da comparação entre capacidade e competência, e pelo Direito Penal econômico, analisando a legislação pertinente às situações de ilicitude no plano doméstico e na transnacionalidade. Conclui com o Direito Internacional, ramo autônomo que visa padronizar normas ou indicar soluções para relações transnacionais e apoiar a inserção de empresas no âmbito global.

Escrito pelo professor George Niaradi, presidente da Comissão de Comércio Exterior e Relações Internacionais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), este livro busca capacitar estudantes e gestores a agir e tomar as decisões mais corretas à luz do direito, levando em conta suas necessidades específicas, sem se aprofundar em áreas reservadas aos especialistas.

Conjuntura Econômica Baiana



A crise financeira internacional, que se agravou a partir de setembro de 2008, trouxe impactos negativos para as economias brasileira e baiana, sobretudo nos últimos dois meses do ano. No entanto, mesmo com a queda dos indicadores em outubro e novembro, a economia fechou o ano de 2008 com expansão nos principais indicadores analisados.

A produção da indústria baiana de transformação registrou, segundo a Pesquisa Industrial Mensal (PIM-IBGE), crescimento de 2,4% em 2008 na comparação com o ano de 2007. Os segmentos que registraram as maiores altas foram: celulose, papel e produtos de papel (29,2%), minerais não-metálicos (17,3%) e borracha e plástico (12,0%). O setor de produtos químicos, com forte peso na indústria baiana, registrou queda de 5,3%. Já o setor veículos automotores teve queda de 10,5%.

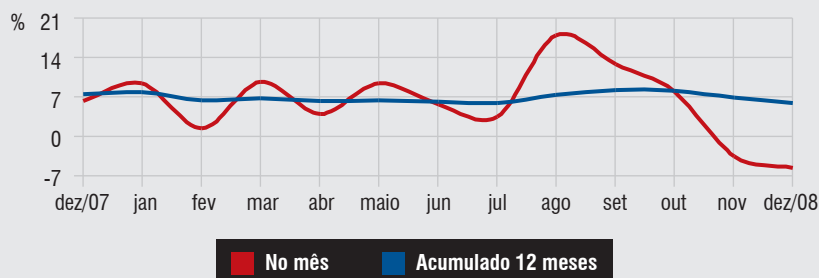
A balança comercial baiana registrou, em 2008, expansão significativa tanto das exportações quanto das importações. Nesse período, as exportações registraram crescimento de 17,4%, com valor total exportado de US\$ 8,7 bilhões, enquanto as importações cresceram 19,9%, totalizando US\$ 6,5 bilhões. No acumulado do ano, o saldo comercial da Bahia fechou em US\$ 2,2 bilhões.

O comércio varejista foi o setor da economia que apresentou o melhor desempenho em 2008, favorecido pelo aquecimento da economia que, em relação à atividade varejista, se manteve mesmo em meio à crise econômica. Em 2008, as vendas registraram crescimento de 7,8%. Os segmentos que evidenciaram as maiores taxas de crescimento no ano foram: outros artigos de uso pessoal e doméstico (25,1%), livros, jornais e papelaria (23,4%) e móveis e eletrodomésticos (16,3%). As vendas de veículos, motos e peças registraram crescimento de 11,5% no mesmo período.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI), para Salvador, registrou alta de 5,3% em 2008. Em janeiro de 2009, o IPC-SEI apresentou alta de 1,1%; os segmentos de despesas pessoais (2,9%) e saúde e cuidados pessoais (2,1%) foram os que apresentaram as maiores variações mensais.

No mercado de trabalho, conforme dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/Dieese/Seade), a taxa média de desemprego em 2008 ficou em 20,3%. Ainda conforme a mesma pesquisa, o rendimento médio real dos trabalhadores teve crescimento de 6,1% em 2008. Em janeiro de 2009, a taxa de desemprego calculada fechou em 19,4%.

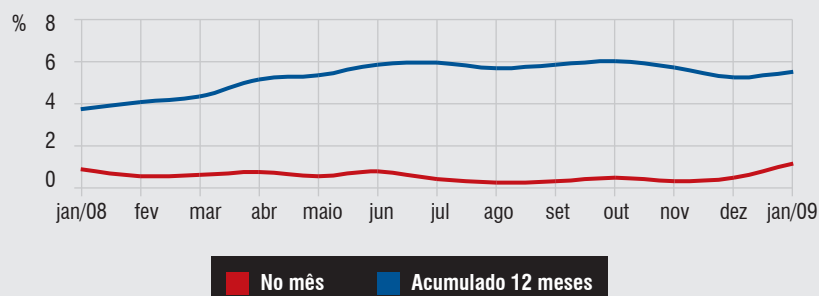
O Índice de Movimentação Econômica (IMEC), que mede a atividade econômica no município de Salvador, registrou, em dezembro de 2008, retração de 5,0% na comparação com o mesmo mês de 2007. Esse foi o segundo mês consecutivo de queda na atividade econômica, e que teve como principal fator os impactos negativos da crise financeira internacional. A despeito das quedas verificadas nos dois últimos meses, a atividade econômica de Salvador fechou o ano de 2008 com expansão de 5,9% em relação ao ano de 2007.



Índice de Movimentação Econômica (Imec) – Salvador

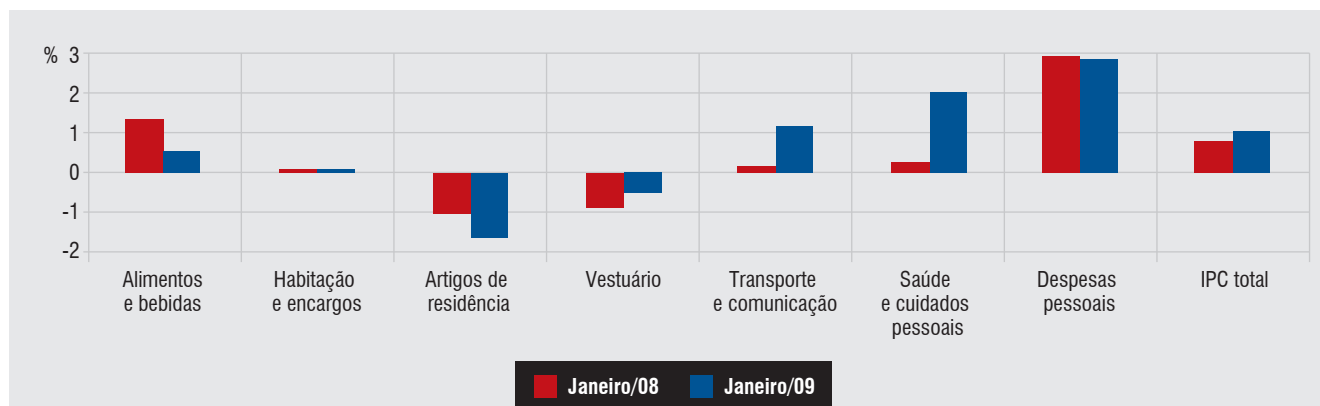
Fonte: SEI.
Elaboração: SEI-CAC.

No mês de janeiro de 2009, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), divulgado pela SEI, registrou variação positiva de 1,07%, taxa superior à registrada no mesmo mês do ano passado, quando teve acréscimo de 0,81%. No acumulado dos doze meses, a tendência de elevação dos preços foi mantida, passando de 5,31% para 5,58%. alimentos e bebidas (8,64%) e despesas pessoais (7,24%) foram os grupos que mais pressionaram o índice no acumulado dos doze meses.



Taxa de variação do IPC-SEI – Salvador

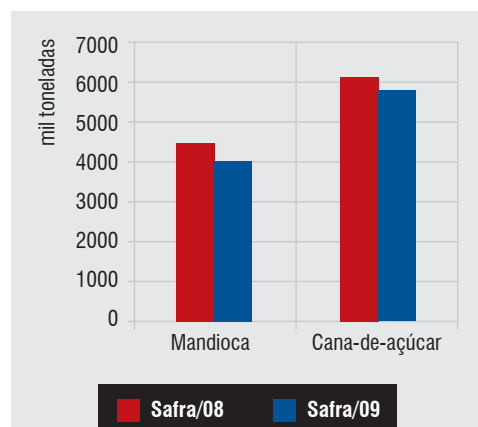
Fonte: SEI.
Elaboração: SEI-CAC.



Taxa de variação do IPC-SEI: grupos selecionados – Salvador

Fonte: SEI.
Elaboração: SEI-CAC.

Os grupos despesas pessoais (2,9%) e transporte e comunicação (1,2%) apresentaram, no mês de janeiro, as maiores contribuições para a elevação da inflação em Salvador. Com relação a esses grupos, os subgrupos educação e leitura (6,4%) e transporte (1,5%) foram os que apresentaram as maiores variações no período, determinadas pelo aumento de alguns produtos, tais como: boate e danceteria (28,0%), cartório (20,0%), creche (15,4%), lubrificação e lavagem (27,8%), ônibus urbano (10,0%) e passagem aérea (5,9%). Os grupos de artigos de residência (1,7%) e vestuário (0,5%) registraram variação negativa no referido mês.

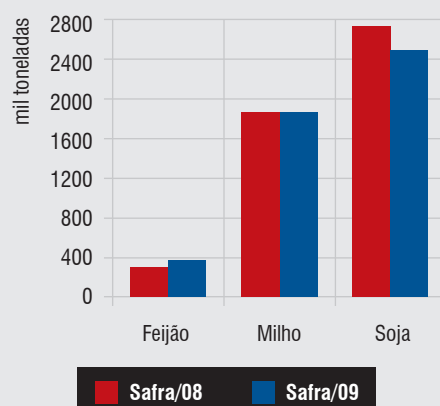


Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar – Bahia

Fonte: IBGE-LSPA.
Elaboração: SEI-CAC.

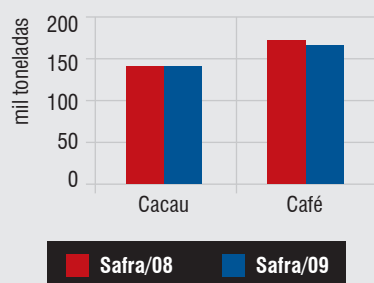
Os resultados para a safra baiana de fevereiro de 2009, divulgados pelo último Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, apresentam previsões de queda de 10% para a produção de mandioca no estado. A cana-de-açúcar segue com queda de produção em torno de 5,2% em relação à safra anterior. A despeito do bom desempenho de 2008, o setor sucroalcooleiro está sendo afetado pela crise internacional. A queda na cotação do álcool afetou as margens de lucro das empresas.

As estimativas de fevereiro de 2009 para a safra de feijão apresentam crescimento de 25% em relação ao ano anterior. Os preços atrativos do grão aliados às melhorias nas técnicas de produção foram os principais fatores que influenciaram neste desempenho. As estimativas para o milho continuam estáveis. Já a produção de soja apresenta queda de 8,6%, contrariando o comportamento positivo da safra anterior. A instabilidade de preços, o aumento dos custos de produção e a crise internacional já afetam o desempenho do setor.



**Estimativa da produção agrícola:
feijão, milho e soja – Bahia**

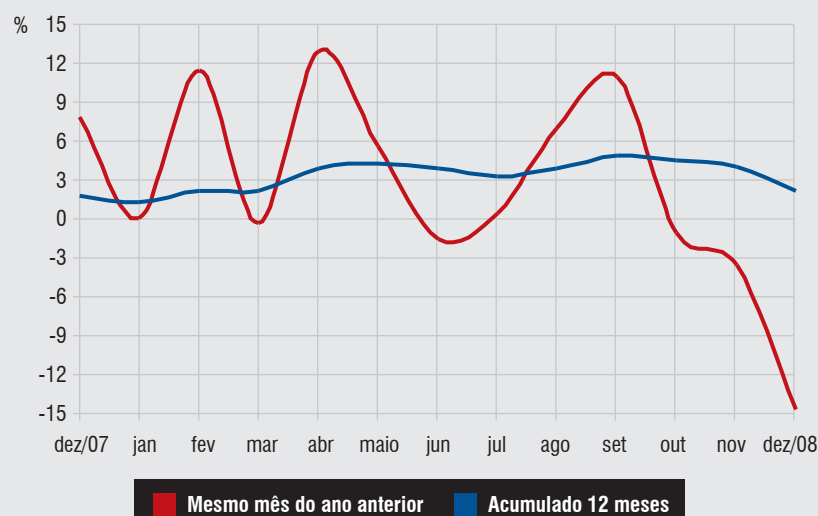
Fonte: IBGE-LSPA.
Elaboração: SEI-CAC.



**Estimativa da produção agrícola:
cacau e café – Bahia**

Fonte: IBGE-LSPA.
Elaboração: SEI-CAC.

As estimativas para a produção de cacau, em fevereiro de 2009, permanecem estáveis. Já a safra de café, este ano, apresenta queda de 3,4%. A baixa na produção se deve à irregularidade de chuvas, temperaturas elevadas, menor investimento nos tratos culturais e intensificação das podas.

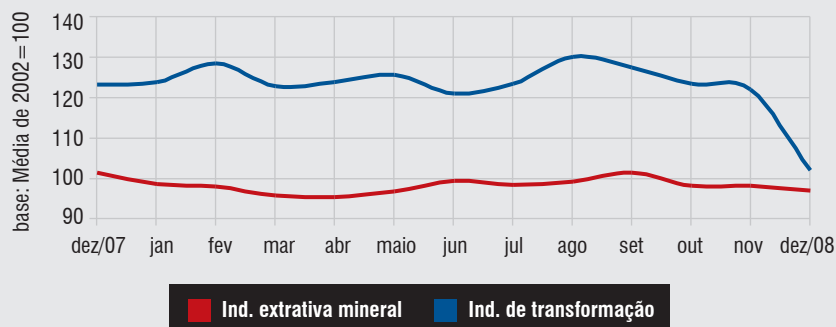


**Taxa de variação da produção física da indústria de transformação
Bahia**

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI-CAC.

A indústria de transformação baiana registrou, em dezembro de 2008, queda de 14,5% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Essa baixa foi a maior desde o mês de novembro de 2003. Com esse resultado, o indicador, no acumulado do ano, que até setembro registrava alta de 5,2%, recuou para 2,4%, reduzindo significativamente as expectativas iniciais quanto ao crescimento da atividade industrial no estado. No que se refere aos setores, os de papel e celulose (29,2%), minerais não-metálicos (17,3%) e borracha e plástico (12,0%) foram os que registraram as maiores expansões.

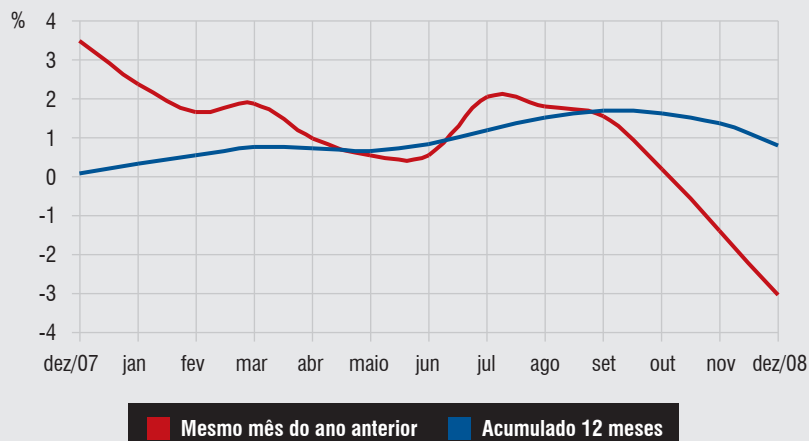
A análise da indústria de transformação, eliminando influências sazonais, aponta que, em dezembro de 2008, houve queda de 16,0% na comparação com o mês de novembro do mesmo ano. Esse resultado foi influenciado, sobretudo, pela queda de 37,9% no ramo de produtos químicos. Além deste, os setores que apresentaram queda foram: borracha e plástico (-15,8%), metalurgia básica (-10,0%), minerais não-metálicos (-5,5%), refino de petróleo (-3,9%) e alimentos e bebidas (-2,5%). O setor de papel e celulose foi o único que registrou expansão (21,8%). A queda na indústria extrativa também foi menor (-1,1%).



Índice dessazonalizado de produção física da indústria de transformação e extrativa mineral – Bahia

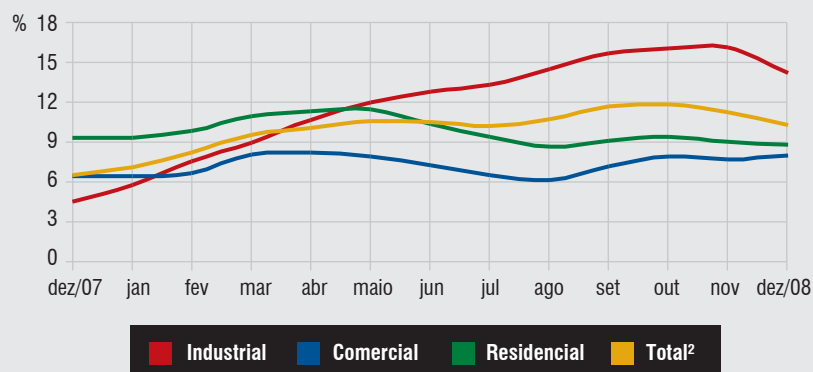
Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI-CAC.

Em dezembro de 2008, a indústria baiana de transformação teve redução de 3,1% no nível de emprego, quando comparada com o mesmo mês de 2007. Apesar da forte queda registrada naquele mês, no ano, a taxa fechou em 0,8%. Com relação ao acumulado dos doze meses, cabe destacar os segmentos que apresentaram as maiores taxas de crescimento na expansão dos postos de trabalho: máquinas e equipamentos, exclusive elétrico-eletrônicos, de precisão e de comunicações (16,7%); minerais não-metálicos (16,5%) e calçados e couros (11,3%).



Taxa de variação do pessoal ocupado – indústria de transformação Bahia

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI-CAC.



Taxa de variação do consumo de energia elétrica¹ – Bahia

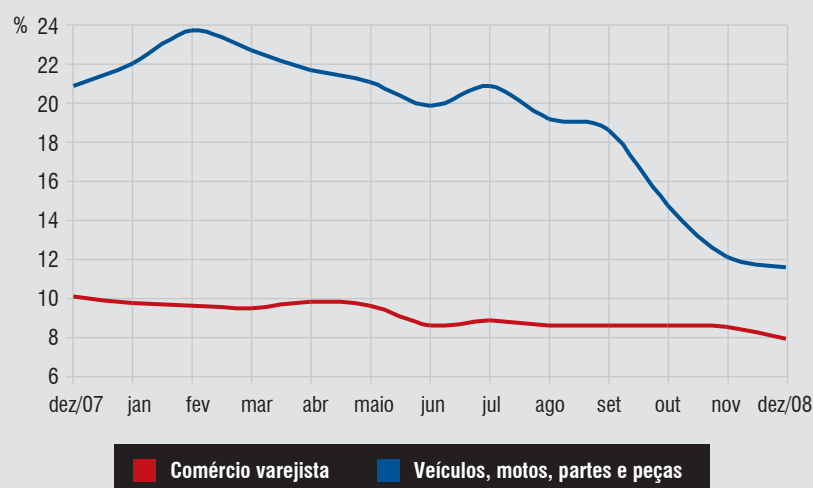
Fonte: Coelba-CO/CGM.

Elaboração: SEI-CAC.

¹ Acumulado 12 meses.

² Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. Pública + S. Público + Concessionária. O consumo industrial corresponde a Coelba e Chest.

O consumo total de eletricidade no estado da Bahia registrou, no mês de dezembro de 2008, decréscimo de 5,7% em relação ao mesmo mês de 2007. No acumulado dos doze meses, o consumo de energia elétrica registrou expansão de 10,2%. Dentre os principais setores de consumo, não obstante ter apresentado queda de 11,9% no mês de dezembro, o setor industrial manteve trajetória de crescimento (14,1%). Os outros dois principais setores, residencial e comercial, se expandiram 8,8% e 7,9%, respectivamente.



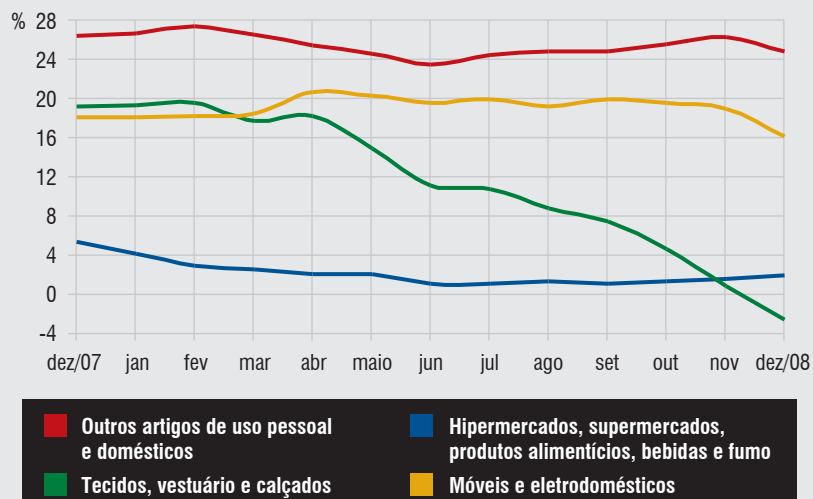
Taxa de variação de volume de vendas no varejo¹ – Bahia

Fonte: IBGE-PMC.

Elaboração: SEI-CAC.

¹ Acumulado nos últimos 12 meses.

O volume de vendas do varejo baiano apresentou uma taxa de 3,9%, no mês de dezembro de 2008, comparado a igual mês do ano passado, de acordo com os dados da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC-IBGE), indicando desaceleração no ritmo de crescimento. No acumulado do ano, bem como nos últimos 12 meses, a alta foi de 7,8%. Para o segmento de veículos, motos e peças, verificou-se uma variação de 5,8% em relação ao mesmo mês do ano anterior, registrando alta de 11,5% no acumulado dos doze meses.



Taxa de variação do volume de vendas no varejo¹: principais segmentos – Bahia

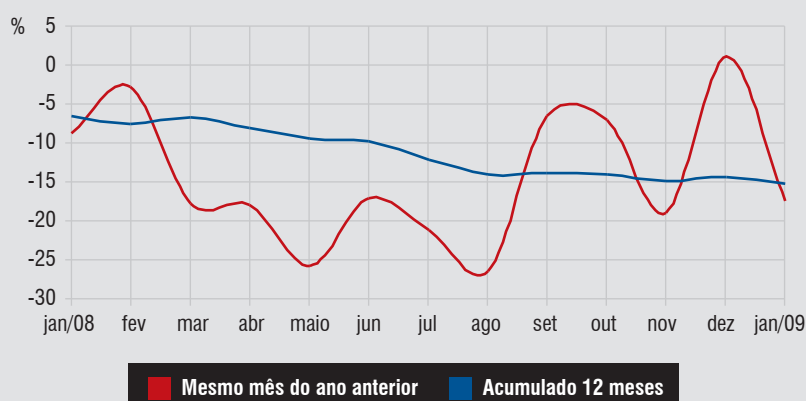
Fonte: IBGE-PMC.

Elaboração: SEI-CAC.

¹ Acumulado nos últimos 12 meses.

Por atividade, os principais destaques do comércio varejista para o acumulado dos últimos 12 meses foram outros artigos de uso pessoal e doméstico com uma variação de 25,1%, seguido por livros, jornais, revistas e papelaria (23,6%), e móveis e eletrodomésticos (16,3%). Ainda em relação ao acumulado dos doze meses, cabe evidenciar as oscilações de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios e fumo, os quais apresentaram uma taxa de 2,1% e de tecidos, vestuários e calçados que registrou uma queda de 2,5%.

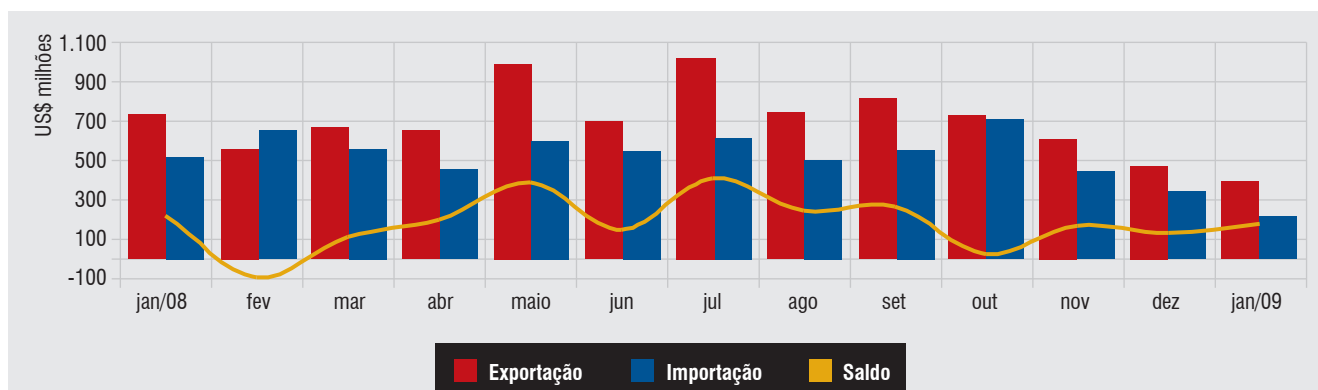
Em janeiro de 2009 foram emitidos 313,1 mil cheques sem fundos na Bahia, representando queda de 17,4% na comparação com o mesmo mês de 2008. As sucessivas taxas negativas registradas desde julho de 2007, com exceção do mês de dezembro de 2008 (0,91%), determinaram a trajetória de queda também no acumulado dos doze meses. Desde o mês de março de 2007 têm-se verificado taxas negativas no acumulado dos doze meses, culminando com o percentual de 15,1% em janeiro de 2009.



Quantidade de cheques sem fundos – Bahia

Fonte: Bacen.

Elaboração: SEI-CAC.

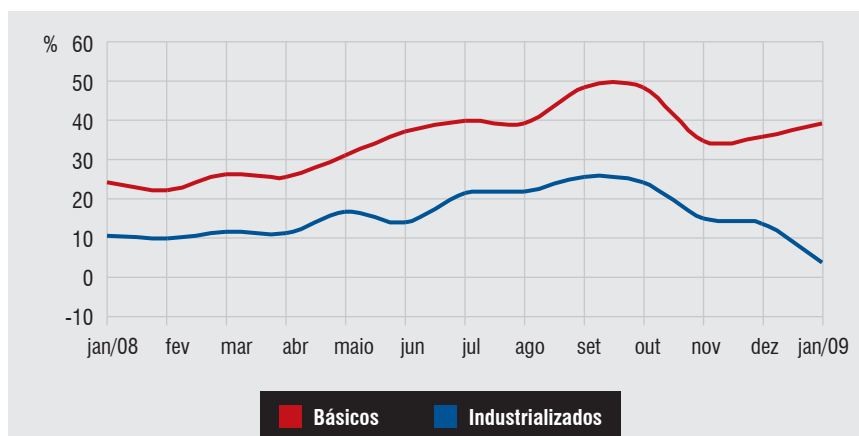


Balança comercial – Bahia

Fonte: MDIC–Secex.
Elaboração: SEI–CAC.

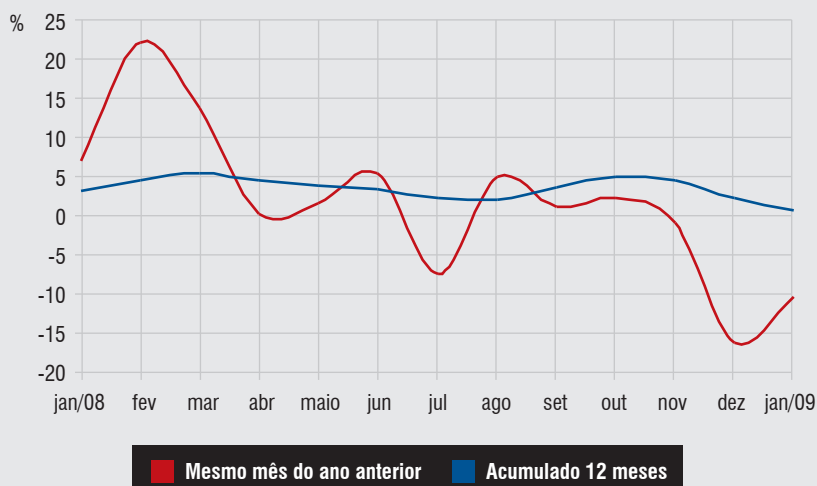
As exportações baianas somaram, em janeiro de 2009, US\$ 392,1 milhões e as importações, US\$ 213,5 milhões, resultando num superavit mensal de US\$ 178,6 milhões. O confronto de janeiro de 2009 com o mesmo mês do ano anterior evidencia que tanto as exportações quanto as importações baianas apresentaram taxas negativas de 46,6% e 58,6%, respectivamente, em face da crise internacional que se vivencia.

As exportações por fator agregado, na comparação entre janeiro de 2008 e janeiro de 2009, registraram crescimento apenas nas vendas de produtos básicos (15,6%). As vendas de produtos industrializados recuaram em 52,56%. Já no acumulado dos 12 meses, tanto as exportações dos básicos como os industrializados registraram variações positivas de 39,5% e 4,2%, respectivamente; os dados demonstram que as exportações de produtos básicos estão crescendo mais que expressivamente em relação aos produtos industrializados. É importante destacar que esse crescimento é pautado mais sobre o valor dos produtos do que sobre sua quantidade.



Taxa de variação das exportações baianas por fator agregado¹ – Bahia

Fonte: MDIC–Secex.
Elaboração: SEI–CAC.
¹ Acumulado 12 meses.

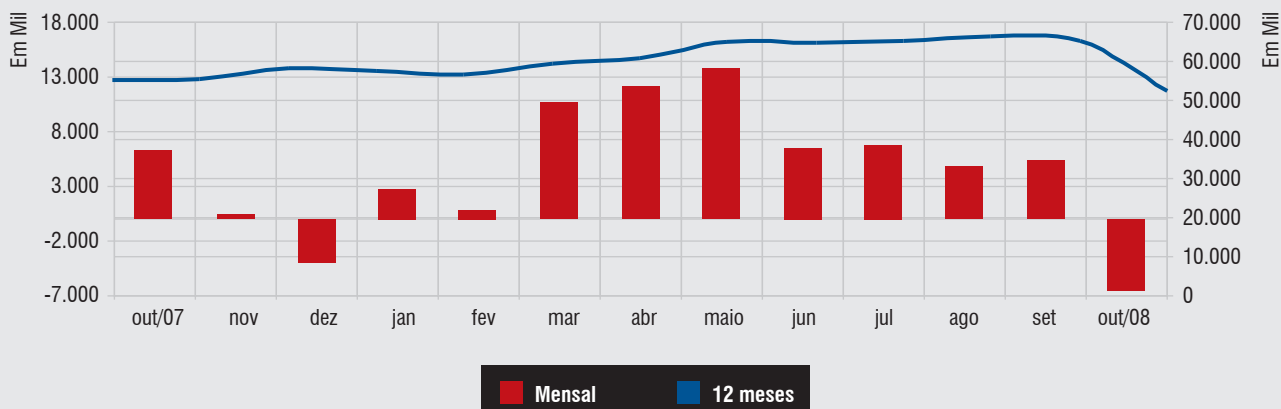


A arrecadação de ICMS no estado da Bahia registrou, em janeiro de 2009, decréscimo de 9,7% na comparação com o mesmo mês de 2008. Nesse mês, a arrecadação foi de R\$ 779,3 milhões. Já no acumulado dos doze meses, a arrecadação manteve a tendência de crescimento, porém em um ritmo menos acelerado, fechando em janeiro de 2009 com expansão de 1,2%.

Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes – Bahia

Fonte: Sefaz/SAF/Dicop.
Elaboração: SEI-CAC.
Deflator IGP-DI.

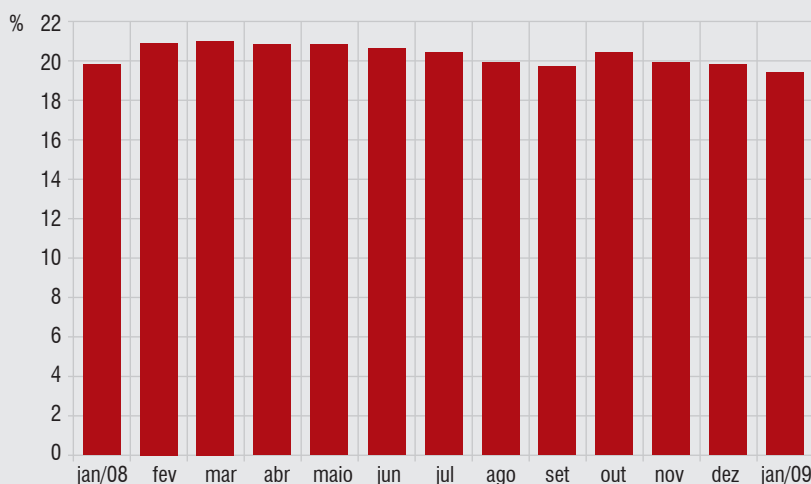
Em dezembro, o saldo total de empregos com carteira de trabalho assinada na Bahia registrou a maior queda na série em análise (-15.225 postos de trabalho). Essa foi a terceira queda consecutiva, a qual resulta do agravamento da crise internacional sobre a economia baiana. Com o resultado de dezembro, o saldo de postos de trabalho em 2008 ficou em 40.922.



Geração de empregos celetistas na Bahia

Fonte: Caged.
Elaboração: SEI-CAC

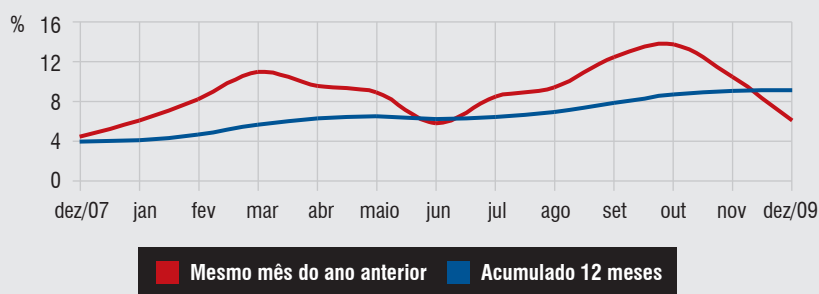
A taxa de Desemprego na Região Metropolitana de Salvador (RMS) alcançou 19,4% da População Economicamente Ativa, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) para janeiro de 2009, o que equivale a 354 mil pessoas em situação de desemprego. Nos últimos três meses, a Taxa de Desemprego vem apresentando declínios sucessivos, impulsionados em grande parte pela redução do número de pessoas em busca de emprego, o que se observa pelo comportamento do desemprego por desalento (aqueles que desistiram de procurar emprego) no período (crescimento de 19% na comparação entre janeiro de 2008 e o mesmo mês de 2009).



Taxa de desemprego total – RMS

Fonte: PED/RMS–Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE/FAT.
Elaboração: SEI–CAC.

O rendimento médio real dos ocupados no mês de janeiro de 2009, em comparação ao mesmo mês de 2008, apresentou queda de 1,7%, conforme a Pesquisa de Emprego e Desemprego para a Região Metropolitana de Salvador (PED-RMS). O valor desse rendimento foi estimado em R\$ 970,00 no período. Quanto à massa de rendimentos, verificou-se uma redução de 2,9%, segundo a mesma pesquisa.



Taxa de variação do rendimento médio real¹ – RMS

Fonte: PED/RMS–Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE/FAT.
Elaboração: SEI–CAC.

¹ Ocupados no trabalho principal.

Indicadores Conjunturais



INDICADORES ECONÔMICOS

Índice de Preços

Índice de Preços ao Consumidor (IPC) ¹ – Salvador – jan 2009						
Grandes grupos	Variações do mês (%)		Variações acumuladas (%)		Índice acumulado	
	janeiro/08	janeiro/09	No ano ²	Últimos 12 meses ³	Jun/07 = 100	Jun/94=100
Alimentos e bebidas	1,36	0,54	0,54	8,64	118,11	289,17
Habitação e encargos	0,07	0,09	0,09	2,22	105,56	723,73
Artigos de residência	-1,06	-1,67	-1,67	-0,84	95,90	220,69
Vestuário	-0,89	-0,52	-0,52	4,42	103,42	185,46
Transporte e comunicação	0,17	1,21	1,21	3,08	103,51	742,18
Saúde e cuidados pessoais	0,26	2,08	2,08	9,40	112,37	376,61
Despesas pessoais	2,98	2,91	2,91	7,24	112,08	442,09
Geral	0,81	1,07	1,07	5,58	109,00	366,42

Fonte: SEI.

¹ O IPC de Salvador representa a média de 15.000 cotações de uma cesta de consumo de 375 bens e serviços pesquisados em 634 estabelecimentos e domicílios, para famílias com rendimentos de 1 a 40 salários mínimos.

² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Pesquisa Nacional da Cesta Básica Custo e variação da cesta básica – capitais brasileiras – jan 2009					
Capitais	Valor da cesta (R\$)	Variação no mês ¹ (%)	Variação acumulada (%)		Porcentagem do salário mínimo
			No ano ²	12 meses ³	
Aracaju	184,48	-4,55	-4,55	9,4	48,32
Belém	210,70	5,85	5,85	9,3	55,19
Belo Horizonte	232,03	0,77	0,77	7,0	60,77
Brasília	234,60	-0,66	-0,66	12,1	61,45
Curitiba	227,89	-0,65	-0,65	15,2	59,69
Florianópolis	231,79	-3,03	-3,03	18,0	60,71
Fortaleza	187,21	-5,12	-5,12	13,7	49,03
Goiânia	220,37	5,22	5,22	12,9	57,72
João Pessoa	177,88	-11,30	-11,30	11,3	46,59
Natal	203,06	-4,58	-4,58	18,0	53,18
Porto Alegre	247,25	-2,99	-2,99	15,4	64,76
Recife	177,60	-3,27	-3,27	6,4	46,52
Rio de Janeiro	224,74	-6,27	-6,27	9,0	58,86
Salvador	201,71	4,48	4,48	16,6	52,83
São Paulo	241,53	0,85	0,85	5,4	63,26
Vitória	238,44	4,79	4,79	20,1	62,45
Manaus	228,28	1,08	1,08	nd	59,79

Fonte: Dieese.

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível.

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

² Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Agricultura

Produção física e rendimento médio dos principais produtos – Bahia – 2008/2009

Produtos do LSPA ¹	Produção física (t)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2008 ²	2009 ³	Variação(%)	2008 ²	2009 ³	Variação (%)
Lavouras temporárias						
Abacaxi ⁴	170.998	170.998	0,0	25.121	25.121	0,0
Algodão herbáceo	1.189.460	1.158.375	-2,6	3.770	3.752	-0,5
Alho	4.124	4.124	0,0	6.761	6.761	0,0
Amendoim	7.393	7.393	0,0	1.073	1.073	0,0
Arroz total	40.897	38.907	-4,9	1.598	1.698	6,3
Arroz sequeiro	35.512	32.821	-7,6	1.488	1.547	4,0
Arroz irrigado	5.385	6.086	13,0	3.120	3.588	15,0
Batata-inglesa	291.220	291.220	0,0	39.904	39.904	0,0
Cana-de-açúcar	6.180.785	5.856.659	-5,2	56.977	55.865	-2,0
Cebola	254.785	254.785	0,0	23.411	23.411	0,0
Feijão total	298.556	372.215	24,7	610	681	11,8
Feijão 1ª safra	92.607	166.266	79,5	526	715	35,9
Sequeiro	29.277	88.428	202,0	466	738	58,4
Irrigado	13.123	12.466	-5,0	2.942	3.577	21,6
Caupi	50.207	65.372	30,2	462	598	29,4
Feijão 2ª safra	205.949	205.949	0,0	657	657	0,0
Sequeiro	161.933	161.933	0,0	572	572	0,0
Irrigado	33.946	33.946	0,0	2.653	2.653	0,0
Caupi	10.070	10.070	0,0	560	560	0,0
Fumo	8.705	8.705	0,0	984	984	0,0
Mamona	97.954	77.909	-20,5	831	804	-3,2
Mandioca	4.519.966	4.066.923	-10,0	13.126	13.083	-0,3
Milho total	1.882.648	1.882.648	0,0	2.663	2.663	0,0
Milho 1ª safra	1.404.873	1.404.873	0,0	3.725	3.725	0,0
Sequeiro	1.236.158	1.370.209	10,8	3.454	3.190	-7,6
Irrigado	168.715	152.980	-9,3	8.783	8.663	-1,4
Milho 2ª safra	477.775	477.775	0,0	1.448	1.448	0,0
Sequeiro	473.162	473.162	0,0	1.440	1.440	0,0
Irrigado	4.613	4.313	-6,5	3.661	3.661	0,0
Soja	2.747.634	2.510.950	-8,6	3.036	2.734	-9,9
Sorgo granífero	103.049	131.844	27,9	1.599	1.712	7,1
Tomate	269.754	269.754	0,0	44.099	44.099	0,0
Lavouras permanentes						
Banana ⁵	1.425.709	1.425.709	0,0	15.442	15.442	0,0
Cacau	139.331	139.331	0,0	255	255	0,0
Café	170.680	164.823	-3,4	1.105	1.062	-3,9
Castanha-de-cajú	4.536	4.536	0,0	186	186	0,0
Coco-da-baía ⁴	598.815	598.815	0,0	7.394	7.394	0,0
Guaraná	2.071	2.071	0,0	318	318	0,0
Laranja ⁵	1.125.609	1.125.609	0,0	17.462	17.462	0,0
Mamão ⁵	1.128.754	1.128.754	0,0	62.417	62.417	0,0
Pimenta-do-reino	4.181	4.181	0,0	2.362	2.362	0,0
Sisal	240.084	240.084	0,0	878	878	0,0
Uva	101.787	101.787	0,0	23.107	23.107	0,0

Fonte: IBGE–PAM/LSPA/GCEA

Elaboração SEI–CAC.

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996.² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), dezembro de 2008 (dados sujeitos a retificação).³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), fevereiro de 2009 (dados sujeitos a retificação).⁴ Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare.⁵ Produção física em tonelada e rendimento médio em quilo por hectare, a partir de setembro. Desconsiderar variação percentual.

Área plantada, área colhida e área perdida dos principais produtos – Bahia – 2008/2009

Produtos do LSPA ¹	Área plantada (ha)			Área colhida (ha)			Área perdida (ha) ⁴	
	2008 ²	2009 ³	Variação (%)	2008 ²	2009 ³	Variação (%)	2008 ²	2009 ³
Lavouras temporárias								
Abacaxi	9.328	9.328	0,0	6.807	6.807	0,0	2.521	2.521
Algodão herbáceo	315.477	308.764	-2,1	315.477	308.764	-2,1	0	0
Alho	610	610	0,0	610	610	0,0	0	0
Amendoim	6.887	6.887	0,0	6.887	6.887	0,0	0	0
Arroz total	25.642	22.908	-10,7	25.587	22.908	-10,5	55	0
Arroz sequeiro	23.916	21.212	-11,3	23.916	21.212	-11,3	0	0
Arroz irrigado	1.726	1.696	-1,7	1.726	1.696	-1,7	0	0
Batata-inglesa	7.298	7.298	0,0	7.298	7.298	0,0	0	0
Cana-de-açúcar	109.558	106.286	-3,0	108.479	104.836	-3,4	1.079	1.450
Cebola	10.883	10.883	0,0	10.883	10.883	0,0	0	0
Feijão total	578.400	551.594	-4,6	489.617	546.224	11,6	88.783	5.370
Feijão 1ª safra	259.383	232.577	-10,3	175.970	232.577	32,2	83.413	0
Sequeiro	135.607	119.846	-11,6	62.823	119.846	90,8	72.784	0
Irrigado	4.660	3.485	-25,2	4.660	3.485	-25,2	0	0
Caupi	119.316	109.246	-8,4	108.687	109.246	0,5	10.629	0
Feijão 2ª safra	319.017	319.017	0,0	313.647	313.647	0,0	5.370	5.370
Sequeiro	287.208	287.208	0,0	282.868	282.868	0,0	4.340	4.340
Irrigado	12.795	12.795	0,0	12.795	12.795	0,0	0	0
Caupi	19.014	19.014	0,0	17.984	17.984	0,0	1.030	1.030
Fumo	8.850	8.850	0,0	8.850	8.850	0,0	0	0
Mamona	120.379	96.850	-19,5	117.934	96.850	-17,9	2.445	0
Mandioca	393.036	380.818	-3,1	344.364	310.858	-9,7	48.672	69.960
Milho total	804.372	804.372	0,0	707.014	707.014	0,0	97.358	97.358
Milho 1ª safra	471.310	471.310	0,0	377.117	377.117	0,0	94.193	94.193
Sequeiro	452.100	429.527	-5,0	357.907	429.527	20,0	94.193	0
Irrigado	19.210	17.660	-8,1	19.210	17.660	-8,1	0	0
Milho 2ª safra	333.062	333.062	0,0	329.897	329.897	0,0	3.165	3.165
Sequeiro	331.802	331.802	0,0	328.637	328.637	0,0	3.165	3.165
Irrigado	1.260	1.260	0,0	1.260	1.260	0,0	0	0
Soja	905.018	918.500	1,5	905.018	918.500	1,5	0	0
Sorgo granífero	65.540	77.004	17,5	64.440	77.004	19,5	1.100	0
Tomate	6.117	6.117	0,0	6.117	6.117	0,0	0	0
Lavouras permanentes								
Banana	96.889	96.889	0,0	92.326	92.326	0,0	4.563	4.563
Cacau	569.155	569.155	0,0	547.244	547.244	0,0	21.911	21.911
Café	160.569	164.738	2,6	154.399	155.141	0,5	6.170	9.597
Castanha-de-cajú	24.613	24.613	0,0	24.324	24.324	0,0	289	289
Coco-da-baía	81.954	81.954	0,0	80.992	80.992	0,0	962	962
Guaraná	6.667	6.667	0,0	6.512	6.512	0,0	155	155
Laranja	64.513	64.513	0,0	64.462	64.462	0,0	51	51
Mamão	18.154	18.154	0,0	18.084	18.084	0,0	70	70
Pimenta-do-reino	1.840	1.840	0,0	1.770	1.770	0,0	70	70
Sisal	280.813	280.813	0,0	273.398	273.398	0,0	7.415	7.415
Uva	4.405	4.405	0,0	4.405	4.405	0,0	0	0

Fonte: IBGE–PAM/LSPA/GCEA

Elaboração SEI–CAC.

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto de produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996.² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2008 (dados sujeitos a retificação).³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), fevereiro/2009 (dados sujeitos a retificação).⁴ Equivale à área plantada menos a área colhida.

Indústria

Produção física da indústria e dos principais gêneros – Bahia – dez 2008

(%)

Classes e gêneros	Mensal ¹	Acumulado no ano ²	Acumulado 12 meses ³
Indústria geral	-13,9	2,3	2,3
Extrativa Mineral	-3,3	1,1	1,1
Indústria de Transformação	-14,5	2,4	2,4
Alimentos e bebidas	16,5	4,0	4,0
Celulose, papel e produtos de papel	14,2	29,2	29,2
Refino de petróleo e álcool	-10,7	0,3	0,3
Produtos químicos	-41,1	-5,3	-5,3
Borracha e plástico	-17,1	12,0	12,0
Minerais não metálicos	16,4	17,3	17,3
Metalurgia básica	-1,1	4,0	4,0
Veículos automotores	-100,0	-10,5	-10,5

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI-CAC.

¹ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Variação mensal do índice da indústria de transformação – Bahia – dez 2007-dez 2008

(%)

Períodos	Mensal ¹	Acumulado no ano ²	Acumulado 12 meses ³
Dezembro 2007	8,2	2,1	2,1
Janeiro	0,4	0,4	1,5
Fevereiro	11,7	5,7	2,4
Março	0,0	3,8	2,4
Abril	13,2	6,0	4,1
Maio	5,9	6,0	4,6
Junho	-1,3	4,8	4,2
Julho	0,6	4,1	3,6
Agosto	7,3	4,5	4,1
Setembro	11,3	5,3	5,2
Outubro	-0,8	4,6	4,8
Novembro	-3,3	3,9	4,3
Dezembro 2008	-14,5	2,4	2,4

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI-CAC.

¹ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Energia

Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe – Bahia – dez 2008				
				(%)
Classes	No mês ³	Mensal ⁴	Acumulado no ano ⁵	Acumulado 12 meses ⁶
Rural/Irrigação	-37,8	-7,9	3,6	3,6
Residencial	7,1	8,6	8,8	8,8
Industrial ¹	-11,9	-9,1	14,1	14,1
Comercial	0,0	8,0	7,9	7,9
Utilidades públicas ²	5,2	8,0	0,6	0,6
Setor público	0,3	3,9	6,2	6,2
Concessionária	-4,1	-0,8	-1,6	-1,6
Total	-5,7	-1,2	10,2	10,2

Fonte: Chesf/Coelba/CO-GMCH.

Elaboração: SEI-CAC.

¹ Consumo industrial corresponde à Coelba e Chesf.

² Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e Tração elétrica.

³ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

⁴ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

⁵ Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

⁶ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Serviços

Variação no volume de vendas no varejo ¹ – Bahia – dez 2008			
Classes e gêneros	Mensal ²	No ano ³	12 meses ⁴
Comércio varejista	3,9	7,8	7,8
Combustíveis e lubrificantes	9,3	11,3	11,3
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	6,3	2,1	2,1
Hipermercados e supermercados	4,2	1,2	1,2
Tecidos, vestuário e calçados	-8,6	-2,5	-2,5
Móveis e eletrodomésticos	-1,7	16,3	16,3
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	9,2	11,6	11,6
Livros, jornais, revistas e papelaria	23,6	23,6	23,6
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-27,1	8,8	8,8
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	18,5	25,1	25,1
Veículos, motos e peças	5,8	11,5	11,5
Material de construção	-0,6	10,3	10,3

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI-CAC.

¹ Dados deflacionados pelo IPCA.

² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Total de cheques compensados – Bahia – jan 2007-jan 2008

(%)

Períodos	Quantidade			Valor (R\$)		
	No mês ¹	Mensal ²	Acum. ano ³	No mês ¹	Mensal ²	Acum. ano ³
Janeiro 2007	14,3	-9,3	-9,3	16,7	5,1	5,1
Fevereiro	-16,4	-5,4	-7,6	-15,9	9,9	7,3
Março	1,0	-10,9	-8,6	2,4	0,6	5,1
Abril	-6,5	-15,9	-10,4	-3,0	-0,2	3,8
Maio	-1,6	-18,2	-11,9	0,0	-4,1	2,2
Junho	1,2	-9,5	-11,6	1,1	5,0	2,6
Julho	5,3	-15,5	-12,1	9,3	5,3	3,0
Agosto	-6,7	-17,5	-12,8	-6,0	-0,84	2,5
Setembro	11,0	3,0	-11,2	9,3	21,8	4,5
Outubro	-3,3	-16,5	-11,8	3,4	5,2	4,6
Novembro	-12,7	-20,1	-12,5	-15,4	-3,5	3,8
Dezembro	18,1	-2,2	-11,7	16,3	12,5	4,6
Janeiro 2008	-10,4	-23,3	-23,3	-9,9	-13,1	-13,1

Fonte: Banco Central do Brasil.

Elaboração: SEI-CAC.

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.³ Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

INDICADORES SOCIAIS

Emprego

Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) Taxas de desemprego e de participação Região Metropolitana de Salvador – jan 2009				(%)
Taxas	RMS	Salvador	Demais municípios	
Desemprego total	19,4	18,0	24,5	
Desemprego aberto	11,5	10,9	13,9	
Desemprego oculto	7,8	7,1	10,5	
Participação (PEA/PIA)	58,9	59,4	57,0	

Fonte: PED/RMS—Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE/FAT.

Taxa de desemprego aberto e taxa de participação Região Metropolitana de Salvador – jan 2007-jan 2009					(%)
Períodos	Taxa de desemprego aberto		Taxa de participação		
	RMS	Salvador	RMS	Salvador	
Janeiro 2007	13,9	13,5	60,8	61,6	
Fevereiro	13,9	13,7	60,7	61,2	
Março	14,7	14,5	60,8	61,7	
Abril	15,1	14,8	60,6	61,7	
Maio	14,5	14,2	61,2	62,1	
Junho	14,0	13,5	61,5	62,2	
Julho	13,4	12,9	61,5	62,0	
Agosto	13,3	12,5	61,1	61,7	
Setembro	13,2	12,6	61,1	62,0	
Outubro	13,6	12,9	61,5	62,3	
Novembro	13,5	12,9	61,5	62,3	
Dezembro	13,1	12,5	61,5	62,1	
Janeiro 2008	11,7	11,1	61,8	62,5	
Fevereiro	11,9	11,1	61,4	61,7	
Março	12,3	11,6	60,9	61,3	
Abril	12,6	12,0	60,1	60,3	
Maio	12,4	11,7	59,9	60,1	
Junho	12,2	11,5	59,7	59,9	
Julho	12,2	11,3	59,6	60,2	
Agosto	12,2	11,5	60,0	60,7	
Setembro	12,2	11,6	60,3	60,8	
Outubro	12,6	12,0	60,5	60,7	
Novembro	11,9	11,3	60,1	60,2	
Dezembro	11,7	11,0	59,3	59,4	
Janeiro 2009	11,5	10,9	58,9	59,4	

Fonte: PED/RMS—Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE/FAT.

**Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais de participação e taxa de desemprego total
Região Metropolitana de Salvador – jan 2007-jan 2009**

(%)

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de		Taxas		População total ¹
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Números absolutos ¹	Índice ²	Números absolutos ¹	Índice ²	Números absolutos ¹	Índice ²	10 anos Números absolutos ¹	Índice ²	Participação (PEA/PIA)	Desemprego total (DES/PEA)	
Janeiro 2007	1.783	135,9	1.389	132,8	394	148,1	1.150	125,5	60,8	22,1	3.433
Fevereiro	1.785	136,1	1.387	132,6	398	149,6	1.155	126,1	60,7	22,3	3.439
Março	1.791	136,5	1.381	132,0	410	154,1	1.155	126,1	60,8	22,9	3.445
Abril	1.790	136,4	1.371	131,1	419	157,5	1.163	127,0	60,6	23,4	3.451
Maio	1.811	138,0	1.403	134,1	408	153,4	1.148	125,3	61,2	22,5	3.457
Junho	1.824	139,0	1.423	136,0	401	150,8	1.142	124,7	61,5	22,0	3.463
Julho	1.828	139,3	1.435	137,2	393	147,7	1.145	125,0	61,5	21,5	3.469
Agosto	1.821	138,8	1.424	136,1	397	149,2	1.158	126,4	61,1	21,8	3.475
Setembro	1.825	139,1	1.429	136,6	396	148,9	1.162	126,9	61,1	21,7	3.482
Outubro	1.841	140,3	1.445	138,1	396	148,9	1.152	125,8	61,5	21,5	3.488
Novembro	1.845	140,6	1.467	140,2	378	142,1	1.155	126,1	61,5	20,5	3.494
Dezembro	1.849	140,9	1.474	140,9	375	141,0	1.158	126,4	61,5	20,3	3.500
Janeiro 2008	1.862	141,9	1.493	142,7	369	138,7	1.151	125,7	61,8	19,8	3.506
Fevereiro	1.855	141,4	1.467	140,2	388	145,9	1.165	127,2	61,4	20,9	3.512
Março	1.844	140,5	1.457	139,3	387	145,5	1.183	129,1	60,9	21,0	3.518
Abril	1.824	139,0	1.445	138,1	379	142,5	1.210	132,1	60,1	20,8	3.524
Maio	1.822	138,9	1.443	138,0	379	142,5	1.220	133,2	59,9	20,8	3.531
Junho	1.820	138,7	1.445	138,1	375	141,0	1.229	134,2	59,7	20,6	3.537
Julho	1.821	138,8	1.449	138,5	372	139,8	1.235	134,8	59,6	20,4	3.543
Agosto	1.838	140,1	1.472	140,7	366	137,6	1.225	133,7	60,0	19,9	3.549
Setembro	1.851	141,1	1.486	142,1	365	137,2	1.219	133,1	60,3	19,7	3.555
Outubro	1.862	141,9	1.482	141,7	380	142,9	1.216	132,8	60,5	20,4	3.562
Novembro	1.854	141,3	1.485	142,0	369	138,7	1.231	134,4	60,1	19,9	3.568
Dezembro	1.833	139,7	1.470	140,5	363	136,5	1.259	137,4	59,3	19,8	3.574
Janeiro 2009	1.825	139,1	1.471	140,6	354	133,1	1.273	139,0	58,9	19,4	3.580
Variação mensal											
Jan. 2009/dez. 2008		-0,4		0,1		-2,5		1,1		-0,7 -2,0	
Variação anual											
Jan. 2009/jan. 2008		-2,0		-1,5		-4,1		10,6		-4,7 -2,0	

Fonte: PED/RMS–Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE/FAT.

¹ Em 1.000 pessoas. A partir de fevereiro/2001 as projeções da população foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000.² Base: Dezembro 1996 = 100.

A partir de janeiro/2002 as projeções da população em idade ativa foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000.

Distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica no trimestre
Região Metropolitana de Salvador – jan 2007-jan 2009

(%)

Períodos	Setores de Atividade Econômica						
	Indústria de transformação	Construção civil	Comércio	Serviços produção ¹	Serviços pessoais ²	Serviços domésticos	Outros
Janeiro 2007	8,8	5,6	16,3	31,8	28,3	8,2	1,0
Fevereiro	8,5	5,8	15,8	33,4	27,4	8,1	1,0
Março	8,7	5,7	16,1	33,2	27,1	8,1	1,1
Abril	8,5	5,6	16,6	33,0	26,8	8,5	1,0
Maio	8,9	5,4	17,0	32,0	26,9	9,0	0,8
Junho	9,2	5,5	16,9	32,6	26,1	8,8	0,9
Julho	9,4	5,4	17,0	32,1	26,3	8,8	1,0
Agosto	9,3	5,3	16,8	32,4	26,5	8,8	0,9
Setembro	9,2	5,0	16,3	32,2	27,3	9,1	0,9
Outubro	9,1	5,0	15,9	33,1	26,8	9,1	1,0
Novembro	9,1	5,5	15,8	32,6	27,1	9,1	0,8
Dezembro	9,3	5,7	16,6	32,2	26,6	8,8	0,8
Janeiro 2008	9,4	6,3	16,5	31,6	26,8	8,6	0,8
Fevereiro	9,5	6,0	17,0	31,6	26,5	8,4	1,0
Março	9,2	5,8	16,1	31,9	27,5	8,2	1,3
Abril	9,0	4,9	16,2	32,5	28,1	8,0	1,3
Maio	8,4	5,2	15,7	33,7	27,7	8,0	1,3
Junho	8,7	5,5	15,3	34,0	27,1	8,4	1,0
Julho	8,5	5,9	15,2	34,2	26,6	8,6	1,0
Agosto	8,6	5,8	15,6	33,5	27,0	8,5	1,0
Setembro	8,5	5,7	15,5	33,3	27,5	8,7	0,8
Outubro	8,8	6,2	15,2	32,7	27,6	8,3	1,2
Novembro	8,9	6,0	15,0	32,6	28,5	8,0	1,0
Dezembro	8,8	6,3	16,0	32,5	27,6	7,7	1,1
Janeiro 2009	8,6	6,1	17,0	32,4	26,7	8,2	1,0

Fonte: PED/RMS—Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE/FAT.

¹ Incluem Transporte e armazenagem; Utilidade pública; Especializados; Administração pública, Forças Armadas e polícia; Creditícios e financeiros;

Comunicação; diversão, radiodifusão, e teledifusão; Comércio, administração de valores mobiliários e de imóveis; Serviços auxiliares; Outros serviços de reparação e limpeza.

² Incluem Serviços pessoais diversos, alimentação, educação, saúde, serviços comunitários, oficinas de reparação mecânica e outros serviços.

Distribuição dos ocupados por posição na ocupação no trimestre
Região Metropolitana de Salvador – jan 2007-jan 2009

(%)

Períodos	Posição na ocupação									
	Assalariados				Autônomos					
	Total	Assalariado priv. c/carteira	Assalariado priv. s/carteira	Assalariado público	Total	Autônomo trab. p/público	Autônomo trab. p/empresa	Empregador	Domésticos	Outros ¹
Janeiro 2007	63,8	39,0	10,6	14,1	22,3	19,0	3,3	3,3	8,2	2,4
Fevereiro	64,7	40,0	10,6	14,0	21,4	18,4	3,1	3,6	8,1	2,2
Março	64,4	40,1	10,7	13,5	21,6	18,7	2,9	3,3	8,1	2,6
Abril	64,8	40,4	10,8	13,5	21,2	18,2	2,9	3,5	8,5	2,0
Maio	64,8	40,1	10,7	13,9	20,2	17,4	2,9	3,7	9,0	2,3
Junho	64,6	40,1	10,5	14,0	20,3	17,4	2,9	4,0	8,8	2,3
Julho	64,4	39,7	10,8	14,0	20,1	17,3	2,8	4,2	8,8	2,5
Agosto	64,3	39,9	10,9	13,5	20,7	17,9	2,8	4,0	8,8	2,2
Setembro	64,1	40,1	10,9	13,0	20,7	17,9	2,8	3,8	9,1	2,3
Outubro	64,4	40,4	10,7	13,2	20,6	17,9	2,8	3,5	9,1	2,4
Novembro	64,2	39,9	10,3	13,9	20,8	18,1	2,7	3,5	9,1	2,4
Dezembro	63,3	39,7	9,8	13,8	22,1	18,7	3,4	3,0	8,8	2,8
Janeiro 2008	61,9	39,3	9,7	12,8	23,4	19,3	4,1	2,9	8,6	3,2
Fevereiro	61,2	39,1	9,3	12,8	23,8	19,1	4,7	3	8,4	3,6
Março	61,9	38,6	9,7	13,6	23,2	18,9	4,3	3,5	8,2	3,2
Abril	63,2	38,7	10,1	14,4	22,5	18,6	3,9	3,4	8,1	2,8
Maio	63,8	39,1	10,7	14,0	22,5	19,2	3,4	3,2	8,0	2,5
Junho	64,8	39,7	10,9	14,3	21,6	18,9	2,8	2,9	8,4	2,3
Julho	64,7	39,9	10,7	14,0	21,7	19,3	2,4	2,9	8,6	2,1
Agosto	64,5	39,7	10,6	14,0	21,7	19,2	2,5	3,1	8,5	2,2
Setembro	64,5	40,2	10,6	13,6	21,4	18,8	2,6	3,2	8,7	2,2
Outubro	64,9	40,3	10,5	14,0	21,4	18,8	2,5	3,4	8,3	2,0
Novembro	65,4	40,4	10,2	14,6	21,0	18,2	2,9	3,5	8,0	2,1
Dezembro	64,5	40,3	9,6	14,5	21,9	18,6	3,4	3,6	7,7	2,3
Janeiro 2009	64,0	40,6	9,3	13,9	22,3	18,7	3,6	3,2	8,2	2,3

Fonte: PED/RMS–Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE/FAT.

¹ Incluem trabalhadores familiares e donos de negócios familiares.

Rendimento real trimestral dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal¹
Região Metropolitana de Salvador – jan 2007-dez 2008

(R\$)

Períodos	Rendimento médio real					
	Ocupados¹			Assalariados²		
	Valor absoluto³		Índice⁴	Valor absoluto³		Índice⁴
	Média	Mediana		Média	Mediana	
Janeiro 2007	879,8	515,7	85,2	972,1	585,0	82,1
Fevereiro	856,3	508,6	82,9	946,1	573,6	79,9
Março	826,0	486,8	80,0	922,7	561,2	77,9
Abril	845,2	497,3	81,9	947,9	593,5	80,1
Maio	872,4	517,6	84,5	978,3	607,2	82,6
Junho	898,8	517,6	87,1	987,8	594,0	83,4
Julho	883,1	517,6	85,5	973,4	592,7	82,2
Agosto	870,6	523,9	84,3	968,3	602,0	81,8
Setembro	857,0	534,5	83,0	954,2	630,2	80,6
Outubro	866,1	533,4	83,9	964,7	640,1	81,5
Novembro	892,9	532,9	86,5	995,7	639,1	84,1
Dezembro	914,4	530,7	88,6	1033,4	636,0	87,3
Janeiro 2008	933,7	530,6	90,4	1.057,7	630,9	89,3
Fevereiro	927,1	526,1	89,8	1.029,8	625,9	87,0
Março	917,4	521,3	88,9	1.027,8	625,7	86,8
Abril	926,4	537,5	89,7	1.035,6	644,4	87,5
Maio	951,2	562,7	92,1	1.072,2	670,1	90,6
Junho	951,4	561,8	92,2	1.077,6	665,5	91,0
Julho	958,1	558,0	92,8	1.083,1	663,4	91,5
Agosto	952,7	558,3	92,3	1.061,3	662,4	89,6
Setembro	964,0	556,2	93,4	1.060,0	656,1	89,5
Outubro	985,0	583,3	95,4	1.080,6	653,6	91,3
Novembro	986,7	583,1	95,6	1.091,6	658,4	92,2
Dezembro	970,1	598,0	94,0	1.066,8	672,0	90,1
Variação mensal						
Dez. 2008/nov. 2008	-1,7	2,5	-1,7	-2,3	2,1	-2,3
Variação anual						
Dez. 2008/dez. 2007	6,1	12,7	6,1	3,2	5,7	3,2

Fonte: PED/RMS—Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE/FAT.

¹ Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

² Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

³ Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor-SEI. Valores em reais de dezembro de 2008.

⁴ Índice de variação da média. Base: Dezembro de 1996 = 100.

Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução¹
Região Metropolitana de Salvador – jan 2007-dez 2008

(R\$)

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução				
	Analfabetos	1º grau incompleto	1º grau completo/ 2º incompleto	2º grau completo/ 3º incompleto	3º grau completo
Janeiro 2007	309	480	566	902	2.410
Fevereiro	289	475	584	880	2.292
Março	310	443	553	828	2.241
Abril	338	464	559	842	2.305
Maio	383	472	532	877	2.376
Junho	387	472	545	908	2.445
Julho	374	459	574	895	2.387
Agosto	387	458	594	882	2.313
Setembro	424	473	604	866	2.210
Outubro	437	481	578	865	2.266
Novembro	374	492	590	896	2.357
Dezembro	379	506	582	939	2.393
Janeiro 2008	371	515	596	962	2.353
Fevereiro	411	505	594	931	2.377
Março	376	485	595	889	2.385
Abril	365	479	590	887	2.402
Maio	364	483	593	903	2.402
Junho	344	472	593	926	2.393
Julho	339	491	608	930	2.466
Agosto	334	491	601	931	2.481
Setembro	326	521	581	922	2.577
Outubro	326	511	561	950	2.593
Novembro	312	509	553	962	2.634
Dezembro	338	505	570	968	2.563

Fonte: PED/RMS—Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE/FAT.

¹ Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em reais de dezembro de 2008.

Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada pelo atual empregador¹
Região Metropolitana de Salvador – jan 2007-dez 2008

(R\$)

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado					
	Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho	
		Indústria	Comércio	Serviços	Assinada	Não-assinada
Janeiro 2007	821	1.111	665	811	899	521
Fevereiro	801	1.061	675	790	877	506
Março	783	1.011	645	783	858	499
Abril	797	1.009	634	797	875	500
Maio	815	1.069	622	818	892	516
Junho	818	1.112	624	806	903	497
Julho	806	1.118	618	793	884	513
Agosto	809	1.097	631	785	888	519
Setembro	802	1.013	640	796	868	548
Outubro	802	1.015	656	792	873	520
Novembro	826	1.017	657	835	889	563
Dezembro	872	1.107	670	861	947	550
Janeiro 2008	889	1.114	674	875	960	576
Fevereiro	864	1.071	669	839	949	513
Março	848	1.123	668	819	926	540
Abril	861	1.194	682	831	951	524
Maio	879	1.261	740	834	971	540
Junho	897	1.273	773	852	996	523
Julho	899	1.263	814	845	995	528
Agosto	901	1.208	789	862	997	522
Setembro	895	1.239	756	851	990	516
Outubro	921	1.315	734	876	1.018	526
Novembro	925	1.383	732	874	1.018	519
Dezembro	898	1.254	730	867	979	529

Fonte: PED/RMS—Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE/FAT.

¹ Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor-SEI. Valores em reais de dezembro de 2008.

Nota: Excluídos os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

**Distribuição do rendimento real trimestral entre os ocupados e os assalariados no trabalho principal¹
Região Metropolitana de Salvador – jan 2007-dez 2008**

(R\$)

Períodos	Rendimento real trimestral									
	Ocupados²					Assalariados³				
	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até
Janeiro 2007	195	379	516	955	1.973	379	417	585	1.083	1.978
Fevereiro	189	379	509	932	1.840	379	422	574	1.061	1.949
Março	176	378	487	867	1.731	378	411	561	1.002	1.944
Abril	173	378	497	917	1.834	377	431	593	1.079	1.946
Maio	183	377	518	971	1.942	377	431	607	1.081	1.996
Junho	194	409	518	970	1.946	409	430	594	1.078	2.053
Julho	204	408	518	965	1.936	408	425	593	1.073	2.049
Agosto	204	406	524	944	1.925	406	428	602	1.069	2.030
Setembro	214	406	534	951	1.817	406	428	630	1.069	1.924
Outubro	213	405	533	960	1.817	405	427	640	1.068	1.924
Novembro	212	404	533	962	1.924	404	427	639	1.066	2.123
Dezembro	208	400	531	1.013	2.106	400	426	636	1.095	2.133
Janeiro 2008	209	400	531	1.045	2.106	397	428	631	1.157	2.185
Fevereiro	208	396	526	1.040	2.089	395	421	626	1.149	2.105
Março	207	396	521	1.033	1.984	394	429	626	1.138	2.079
Abril	206	405	537	1.028	2.046	395	429	644	1.153	2.068
Maio	205	425	563	1.033	2.054	425	429	670	1.233	2.118
Junho	204	422	562	1.027	2.046	422	431	665	1.232	2.158
Julho	203	420	558	1.023	2.046	420	437	663	1.218	2.239
Agosto	202	420	558	1.012	2.032	420	435	662	1.189	2.195
Setembro	202	419	556	1.012	2.025	419	423	656	1.118	2.130
Outubro	201	418	583	1.011	2.022	417	433	654	1.208	2.112
Novembro	201	417	583	1.106	2.018	417	441	658	1.210	2.110
Dezembro	200	415	598	1.041	2.011	415	452	672	1.204	2.021

Fonte: PED/RMS–Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE/FAT.

¹ Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor-SEI. Valores em reais de dezembro de 2008.

² Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

³ Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Emprego formal

Flutuação mensal do emprego Bahia – jan 2007-dez 2008					
Períodos	Saldo líquido (admissões – desligamentos)				
	Total ¹	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2007	58.720	10.432	9.499	14.699	19.580
Janeiro	3.473	491	564	508	702
Fevereiro	1.606	587	378	764	1.290
Março	7.966	1.556	926	197	2.134
Abril	10.592	3.536	1.787	1.037	1.679
Maio	9.326	1.456	1.193	1.828	966
Junho	6.678	762	1.468	1.429	737
Julho	6.387	376	1.427	868	822
Agosto	3.484	659	1.652	9	2.376
Setembro	6.542	1.633	1.514	1.421	2.803
Outubro	6.219	2.249	269	2.471	2.811
Novembro	391	-1.470	-302	2.686	2.594
Dezembro	-3.944	-1.403	-1.377	1.481	666
2008	40.922	4.094	3.892	13.643	19.292
Janeiro	2.714	691	1.564	154	-506
Fevereiro	810	-277	1.508	708	-764
Março	10.595	767	3.561	88	4.854
Abril	11.990	2.600	2.390	573	2.793
Maio	13.619	3.340	3.181	1.256	1.781
Junho	6.427	161	-485	2.177	2.570
Julho	6.685	1.033	-1.425	-552	3.040
Agosto	4.793	1.344	805	2.041	1.122
Setembro	5.313	916	739	2.378	4.095
Outubro	-6.446	-333	-3.834	2.140	-1.317
Novembro	-353	-2.728	231	2.898	3.300
Dezembro	-15.225	-3.420	-4.343	-218	-1.676
2009	-917	-1.018	906	-1.480	-256
Janeiro	-917	-1.018	906	-1.480	-256
fev 2008 – jan 2009	37.291	2.385	3.234	12.009	19.542

Fonte: MTE–Cadastro de Empregados e Desempregados – Lei 4.923/65 – Perfil do Estabelecimento.

¹ Incluem todos os setores. Dados preliminares.

Flutuação mensal do emprego
Região Metropolitana de Salvador – jan 2007-jan 2009

Períodos	Saldo líquido (admissões – desligamentos)				
	Total ¹	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2007	30.255	3.929	6.173	5.767	13.363
Janeiro	273	246	142	-5	-196
Fevereiro	825	-39	-39	230	703
Março	2.968	52	522	-28	2.251
Abril	3.482	289	1.243	406	1.523
Maio	3.236	769	708	878	725
Junho	2.690	99	1.424	552	298
Julho	2.232	247	1.151	-11	690
Agosto	1.936	402	1.013	-282	842
Setembro	4.893	859	1.456	534	2.071
Outubro	4.918	1.677	-249	1.113	2.197
Novembro	3.349	61	-166	1.584	1.829
Dezembro	-547	-733	-1.032	796	430
2008	22.035	909	1.873	4.550	13.636
Janeiro	67	121	1.378	-313	-1.122
Fevereiro	1.241	-58	925	366	-159
Março	6.943	55	2.495	87	4.250
Abril	3.287	419	1.465	7	1.444
Maio	5.375	611	2.810	344	1.427
Junho	2.592	318	-517	595	1.983
Julho	96	44	-1.689	-384	1.958
Agosto	2.074	488	21	810	512
Setembro	4.909	528	76	1.101	3.096
Outubro	-3.081	-21	-2.569	932	-1.343
Novembro	4.532	-464	716	1.077	2.952
Dezembro	-6.000	-1.132	-3.238	-72	-1.362
2009	-1.146	101	378	-1.179	-241
Janeiro	-1.146	101	378	-1.179	-241
Fev. 2008-jan. 2009	20.822	889	873	3.684	14.517

Fonte: MTE–Cadastro de Empregados e Desempregados – Lei 4.923/65 – Perfil do Estabelecimento.

¹ Incluem todos os setores. Dados preliminares.

FINANÇAS PÚBLICAS

União

Demonstrativo das Receitas da União Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – jan-dez 2008							
(R\$ 1.000)							
Receitas	Previsão inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (b-d)
			Nov-dez 2008 (c)	% (c/b)	Até o bimestre (d)	% (d/b)	
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	935.720.166	935.732.106	192.769.220	20,6	972.037.438	104	(36.305.332)
Receitas correntes	716.015.923	716.027.863	127.850.126	17,86	754.735.517	105	(38.707.654)
Receita tributária	240.997.649	240.997.649	42.640.600	17,69	253.622.787	105	(12.625.137)
Receita de contribuições	376.669.144	376.669.144	69.008.898	18,32	381.892.127	101	(5.222.983)
Receita patrimonial	47.388.300	47.388.502	6.022.381	12,71	53.578.737	113	(6.190.234)
Receita agropecuária	25.737	25.737	3.308	12,85	21.384	83,09	4.353
Receita industrial	506.38	506.38	95.533	18,87	503.368	99,41	3.012
Receita de serviços	27.847.432	27.836.644	4.081.881	14,66	30.344.931	109	(2.508.287)
Transferências correntes	403.283	403.667	62.812	15,56	202.373	50	201.294
Receitas correntes a classificar	-	-	(5.999)	-	-	-	-
Outras receitas correntes	22.177.997	22.200.139	5.940.713	26,76	34.569.811	156	(12.369.672)
Receitas de capital	219.704.243	219.704.243	64.919.094	29,55	217.301.921	99	2.402.322
Operações de crédito	168.015.428	168.015.428	57.545.458	34,25	165.781.175	99	2.234.254
Alienação de bens	5.401.665	5.401.665	148.077	2,74	1.047.504	19	4.354.162
Amortizações de empréstimos	19.279.651	19.279.651	2.902.703	15,06	19.138.343	99	141.307
Transferências de capital	74.418	74.418	7.079	9,51	370.901	498	(296.483)
Outras receitas de capital	26.933.081	26.933.081	4.315.776	16,02	30.963.999	114,97	(4.030.918)

Fonte: Siafi-STN/CCONT/Geinc.

(R\$ 1.000)							
Receitas	Previsão inicial (a)	Previsão atualizada (b)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (b-d)
			Nov-dez 2008 (c)	% (c/b)	Até o bimestre (d)	% (d/b)	
Receitas (intraorçamentárias) (II)	10.192.146	10.192.146	2.508.781	24,61	9.528.596	93,49	663.550
Receitas correntes	10.192.146	10.192.146	2.508.781	24,61	9.528.596	93,49	663.550
Receita tributária	-	-	(313)	-	344		(344)
Receita de contribuições	10.035.246	10.035.246	2.468.946	24,60	9.342.420	93,10	692.826
Receita patrimonial	209	209	140	67,03	2.579	1.233,97	(2.370)
Receita industrial	121.288	121.288	27.562	22,72	133.643	110,19	(12.355)
Receita de serviços	33.819	33.819	11.888	35,15	44.702	132,18	(10.883)
Outras receitas correntes	1.584	1.584	557	35,15	4.908	309,85	(3.324)
Subtotal das receitas (III) = (I+II)	945.912.311	945.924.251	195.278.001	20,64	981.566.033	103,77	(35.641.782)
Operações de crédito – Refinanciamento (IV)	416.355.701	416.355.701	52.390.836	13	243.740.353	58,54	172.615.348
Operações de crédito internas	416.355.701	416.355.701	52.390.836	13	242.790.773	58,31	173.564.928
Mobiliária	416.355.701	416.355.701	52.390.836	13	242.790.773	58,31	173.564.928
Operações de crédito externas	-	-	-	-	949.579		(949.579)
Mobiliária	-	-	-	-	949.579		(949.579)
Subtotal com refinanciamento (V) = (III+IV)	1.362.268.013	1.362.279.952	247.668.836	18	1.225.306.386	89,95	136.973.566
Déficit (VI)	-	-	-	-	-	-	-
Total (VII) = (V+VI)	1.362.268.013	1.362.279.952	247.668.836	18	1.225.306.386	89,95	136.973.566
Saldo de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Siafi-STN/CCONT/Geinc.

Demonstrativo das Receitas da União Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – jan-dez 2008										(R\$ 1.000)
Despesas	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c=a+b)	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		% (h = g/c)	Saldo a liquidar (j = c-g)	
				Nov-dez 2008 (d)	Até o bimestre (e)	Nov-dez 2008 (f)	Até o bimestre (g)			
Despesas (exceto intraorçamentárias) (VIII)	888.417.343	189.057.473	1.077.474.816	100.521.334	969.141.714	228.769.262	917.620.990	85,16	159.853.826	
Despesas correntes	747.997.560	28.092.437	776.089.997	28.391.517	721.651.097	147.327.252	699.712.279	90,16	76.377.718	
Pessoal e encargos sociais	126.796.764	8.171.971	134.968.735	30.676.654	134.153.598	29.944.608	133.133.230	98,64	1.835.505	
Juros e encargos da dívida	152.219.855	(4.482)	152.215.373	(37.525.929)	110.193.489	18.516.154	110.168.276	72,38	42.047.097	
Outras despesas correntes	468.980.941	19.924.948	488.905.889	35.240.792	477.304.011	98.866.490	456.410.773	93,35	32.495.116	
Transf.a estados, DF e municípios	168.865.815	10.712.102	179.577.916	15.472.093	177.934.975	39.185.215	168.178.181	93,65	11.399.735	
Benefícios previdenciários	193.646.670	2.361.414	196.008.084	7.549.997	195.439.948	40.121.140	195.340.668	99,66	667.416	
Demais despesas correntes	106.468.457	6.851.432	113.319.889	12.218.703	103.929.088	19.560.135	92.891.924	81,97	20.427.965	
Despesas de capital	116.887.264	162.839.447	279.726.711	72.129.816	247.490.618	81.442.010	217.908.711	77,90	61.818.000	
Investimentos	37.836.606	9.837.052	47.673.658	15.887.506	36.183.513	4.922.651	9.774.499	20,50	37.899.159	
Inversões financeiras	35.915.306	13.789.037	49.704.343	262.132	40.098.833	5.993.976	37.152.160	74,75	12.552.183	
Amortização da dívida	43.135.352	139.213.358	182.348.710	55.980.179	171.208.272	70.525.383	170.982.052	93,77	11.366.658	
Reserva de contingência	23.532.519	(1.874.411)	21.658.108	-	-	-	-	-	21.658.108	
Despesas (intraorçamentárias) (IX)	12.469.069	621.681	13.090.750	2.922.000	11.949.675	2.976.231	11.302.361	86,34	1.788.389	
Despesas correntes	11.358.042	471.281	11.829.323	2.900.067	10.851.804	2.842.487	10.688.551	90,36	1.140.772	
Pessoal e encargos sociais	10.815.835	462.097	11.277.932	2.778.457	10.330.077	2.712.797	10.257.977	90,96	1.019.955	
Outras despesas correntes	542.208	9.183	551.391	121.609	521.727	129.689	430.574	78,09	120.817	
Despesas de capital	1.111.027	150.400	1.261.427	21.933	1.097.872	133.744	613.810	48,66	647.617	
Investimentos	40.189	150.400	190.589	16.205	27.058	7.839	14.611	7,67	175.978	
Inversões financeiras	1.070.838	-	1.070.838	5.728	1.070.814	125.905	599.199	55,96	471.639	
Subtotal das despesas (X) = (VIII + IX)	900.886.412	189.679.154	1.090.565.566	103.443.334	981.091.390	231.745.493	928.923.351	85,18	161.642.215	
Amortização da dívida - Refinanciamento (XI)	461.381.600	-	461.381.600	(196.228.781)	277.761.478	(796.604)	277.760.795	60,20	183.620.805	
Amortização da dívida interna	437.247.495	-	437.247.495	(180.139.545)	272.463.602	42.749	272.463.602	62,31	164.783.893	
Dívida mobiliária	437.246.423	-	437.246.423	(180.139.391)	272.462.684	42.603	272.462.684	62,31	164.783.739	
Outras dívidas	1.073	-	1.073	(154)	919	146	919	85,65	154	
Amortização da dívida externa	24.134.105	-	24.134.105	(16.089.236)	5.297.876	(839.353)	5.297.192	21,95	18.836.913	
Dívida mobiliária	20.861.747	-	20.861.747	(15.471.271)	3.830.181	(1.165.237)	3.830.181	18,36	17.031.566	
Outras dívidas	3.272.358	-	3.272.358	(617.965)	1.467.695	325.884	1.467.012	44,83	1.805.346	
Subtotal com refinanciamento (XII) = (X + XI)	1.362.268.013	189.679.154	1.362.268.013	-92.785.447	1.258.852.868	230.948.889	1.206.684.146	88,58	155.583.867	
Superávit (XIII)										
Total XIV = (XII + XIII)	1.362.268.013	189.679.154	1.362.268.013	-92.785.447	125.882.868	230.948.889	1.206.684.146	88,58	155.583.867	

Fonte: Siafi-STN/CCONT/Geine.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão agregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64.

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Estado

(Continua)

Balanco Orçamentário – Receita Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – jan-dez 2008							
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Nov-dez 2008 (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	17.743.308.407	20.916.950.981	3.388.208.601	16,20	18.348.667.386	87,72	2.568.283.595
Receitas correntes	16.719.232.318	19.557.850.969	3.315.486.558	16,95	18.015.582.998	92,11	1.542.267.971
Receita tributária	9.475.152.178	11.428.496.787	1.768.592.860	15,48	10.886.567.714	95,26	541.929.073
Impostos	9.159.690.227	11.086.034.836	1.706.103.918	15,39	10.538.915.233	95,06	547.119.603
Taxas	315.461.951	342.461.951	62.488.942	18,25	347.652.491	101,52	(5.190.540)
Contribuição de melhoria	-	-	-	-	-	-	-
Receita de contribuições	950.510.000	960.510.000	226.396.672	23,57	1.027.653.545	106,99	(67.143.545)
Contribuições sociais	950.510.000	960.510.000	226.396.672	23,57	1.027.653.545	106,99	(67.143.545)
Contribuições econômicas	-	-	-	-	-	-	-
Receita patrimonial	304.547.640	336.899.255	67.477.981	20,03	246.955.491	73,30	89.943.764
Receitas imobiliárias	11.443.506	16.547.744	4.512.687	27,27	17.064.170	103,12	(516.426)
Receitas de valores mobiliários	279.236.064	306.358.441	59.285.483	19,35	215.571.587	70,37	90.786.854
Receitas de concessões e permissões	9.565.000	9.565.000	3.556.172	37,18	13.101.102	136,97	(3.536.102)
Outras receitas patrimoniais	4.303.070	4.428.070	123.637	2,79	1.218.631	27,52	3.209.439
Receita agropecuária	1.537.100	1.537.100	15.424	1,00	30.295	1,97	1.506.805
Receita da produção vegetal	12.100	12.100	12.910	106,69	15.622	129,11	(3.522)
Receita da produção animal e derivados	1.210.000	1.210.000	2.514	0,21	12.398	1,02	1.197.602
Outras receitas agropecuárias	315.000	315.000	-	-	-	-	315.000
Receita industrial	120.000	120.000	-	-	-	-	120.000
Receita da indústria de transformação	120.000	120.000	-	-	-	-	120.000
Receita da indústria de construção	-	-	-	-	-	-	-
Outras receitas industriais	-	-	-	-	-	-	-
Receita de serviços	87.450.751	100.349.251	15.448.853	15,40	65.344.786	65,12	35.004.465
Receita de serviços	87.450.751	100.349.251	15.448.853	15,40	65.344.786	65,12	35.004.465
Transferências correntes	6.698.511.096	7.092.766.961	1.492.398.439	21,04	7.284.668.604	102,71	(191.901.643)
Transferências intergovernamentais	6.468.384.769	6.844.052.908	1.451.193.757	21,20	7.102.199.829	103,77	(258.146.921)
Transferências de instituições privadas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do exterior	3.210.000	3.210.000	36.000	1,12	360.000	11,21	2.850.000
Transferências de pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de convênios	226.916.327	245.504.053	41.151.254	16,76	182.407.539	74,30	63.096.514
Transferências para o combate à fome	-	-	-	-	-	-	-
Outras receitas correntes	1.114.208.363	1.549.976.425	114.062.490	7,36	677.747.028	43,73	872.229.397
Multas e juros de mora	145.709.013	146.041.282	21.199.268	14,52	138.641.400	94,93	7.399.882
Indenizações e restituições	160.423.115	160.423.115	16.736.430	10,43	36.800.931	22,94	123.622.184
Receita da dívida ativa	8.356.068	10.356.067	1.325.964	12,80	11.851.424	114,44	(1.495.357)
Receitas diversas	799.720.167	1.233.155.961	74.800.826	6,07	490.453.271	39,77	742.702.690
Conta retificadora da receita orçamentária	(1.912.804.810)	(1.912.804.810)	(368.906.165)	19,29	(2.713.384.580)	141,85	800.579.770
Receitas de capital	1.024.076.089	1.359.100.012	72.722.043	5,35	333.084.387	24,51	1.026.015.625
Operações de crédito	325.911.000	695.841.000	27.002.298	3,88	133.328.679	19,16	562.512.321
Operações de crédito internas	185.998.000	185.998.000	16.061.918	8,64	82.725.832	44,48	103.272.168
Operações de crédito externas	139.913.000	509.843.000	10.940.380	2,15	50.602.846	9,93	459.240.154
Alienação de bens	180.557.305	99.622.241	4.391.673	4,41	12.387.753	12,43	87.234.488
Alienação de bens móveis	175.687.554	95.853.044	4.234.760	4,42	5.613.596	5,86	90.239.448
Alienação de bens imóveis	4.869.751	3.769.197	156.913	4,16	6.774.157	179,72	(3.004.960)
Amortização de empréstimos	4.782.123	77.973.056	11.202.689	14,37	67.848.644	87,02	10.124.412

(Conclusão)

Balço Orçamentário – Receita
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – jan-dez 2008

Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Nov-dez 2008 (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
Amortização de empréstimos	4.782.123	77.973.056	11.202.689	14,37	67.848.644	87,02	10.124.412
Transferências de capital	512.815.661	485.653.715	30.125.381	6,20	118.777.287	24,46	366.876.428
Transferências intergovernamentais	43.565.268	50.203.406	-	-	-	-	50.203.406
Transferências de instituições privadas	810.000	810.000	4.620	0,57	4.620	0,57	805.380
Transferências do exterior	122.000	122.000	-	-	-	-	122.000
Transferências de pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de outras instituições públicas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de convênios	468.318.393	434.518.309	30.120.761	6,93	118.772.667	27,33	315.745.642
Transferências para o combate à fome	-	-	-	-	-	-	-
Outras receitas de capital	10.000	10.000	-	-	742.021	7.420,21	-
Integralização do capital social	-	-	-	-	-	-	-
Div. atv. prov. da amortiz. de emp. e financ.	-	-	-	-	-	-	-
Restituições	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas	10.000	10.000	-	-	-	-	-
Receitas (intraorçamentárias) (II)	1.287.402.000	1.287.402.000	286.127.320	22,63	1.015.811.720	101,13	(14.537.040)
Subtotal das receitas (III)=(I+II)	19.030.710.407	22.204.352.981	3.674.335.922	16,55	15.976.270.505	88,50	2.553.746.554
Operações de crédito – Refinanciamento (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Operações de crédito internas	-	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida contratual	-	-	-	-	-	-	-
Operações de crédito externas	-	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida contratual	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com refinanciamentos (V)=(III+IV)	19.030.710.407	22.204.352.981	3.674.335.922	16,55	15.976.270.505	88,50	2.553.746.554
Déficit (VI)	-	-	-	-	-	-	-
Total (VII)= (V+VI)	19.030.710.407	22.204.352.981	3.674.335.922	16,55	15.976.270.505	88,50	2.553.746.554
Saldos de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais)					612.184.583		

Receitas intraorçamentárias	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Nov-dez 2008 (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas correntes	1.287.402.000	1.287.402.000	279.611.359	21,72	1.295.423.078	100,62	(8.021.078)
Receita de contribuições	1.287.402.000	1.287.402.000	279.611.359	21,72	1.295.423.078	100,62	(8.021.078)
Contribuições sociais	1.287.402.000	1.287.402.000	279.611.359	21,72	1.295.423.078	100,62	(8.021.078)
Total	1.287.402.000	1.287.402.000	279.611.359	21,72	1.295.423.078	100,62	(8.021.078)

Fonte: Sefaz/Sicof/SAF/Dicop.

Balanco Orçamentário – Despesa Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – jan-dez 2008										(R\$ 1.000)
Despesas	Dotação (d)	Créditos (e)	Dotação (f=d+e)	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas			Saldo a executar (f-i)	
				Nov-dez 2008 (g)	Até o bimestre (h)	Nov-dez 2008 (i)	Até o bimestre (j)	% (j/i)		
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	18.161.877.307	2.687.356.033	20.849.233.340	3.948.077.707	18.554.207.623	4.219.754.222	18.346.488.987	88,00	2.502.744.353	
Despesas correntes	15.376.499.818	1.333.203.630	16.709.703.448	3.221.068.880	15.681.268.449	3.405.863.736	15.535.772.607	92,97	1.173.930.841	
Pessoal e encargos sociais	8.156.240.170	106.366.058	8.262.606.228	1.690.121.562	8.059.368.699	1.709.165.509	8.058.351.004	97,53	204.255.224	
Juros e encargos da dívida	575.313.000	(3.753.131)	571.559.869	130.692.984	565.027.310	130.692.984	565.027.310	98,86	6.532.559	
Outras despesas correntes	6.644.946.648	1.230.590.703	7.875.537.351	1.400.254.334	7.056.872.439	1.566.005.242	6.912.394.292	87,77	963.143.059	
Transferências a municípios	2.485.468.194	290.986.317	2.776.454.511	427.607.084	2.750.143.370	427.607.084	2.750.143.370	99	26.311.141	
Demais despesas correntes	4.159.478.454	939.604.386	5.099.082.840	972.647.249	4.306.729	1.138.398.157	4.162.250.921	81,63	936.831.919	
Despesas de capital	2.760.537.489	1.338.639.563	4.099.177.052	727.008.827	2.872.939.174	813.890.486	1.996.825.894	48,71	2.102.351.158	
Investimentos	1.575.230.837	406.160.891	1.981.391.728	446.485.106	1.217.184.802	531.926.762	623.035.247	31,44	1.358.356.481	
Inversões financeiras	115.066.000	173.902.307	288.968.307	41.143.923	197.999.699	42.583.926	155.415.773	53,78	133.552.534	
Amortização da dívida	1.070.240.652	758.576.365	1.857.335.017	239.379.797	1.457.754.671	239.379.797	1.218.374.874	65,60	638.960.143	
Reserva de contingência	24.840.000	(24.840.000)	14.623.780	-	-	-	-	-	14.623.780	
Reserva do RPPS	-	40.352.840	40.352.840	-	-	-	-	-	40.352.840,00	
Despesas (intraorçamentárias) (II)	868.833.100	486.286.541	1.355.119.641	350.700.095	1.320.821.520	351.753.104	1.320.821.520	-	-	
Subtotal das despesas (III)=(I+II)	19.030.710.407	3.173.642.574	22.204.352.981	4.298.777.803	19.875.029.144	4.571.507.326	19.667.310.508	207.718.636	2.329.323.836	
Amortização da dívida – Refinanciamento (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Amortização da dívida interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outras dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Amortização da dívida externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outras dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Subtotal com refinanciamento (V)=(III+IV)	19.030.710.407	3.173.642.574	22.204.352.981	4.298.777.803	19.875.029.144	4.571.507.326	19.667.310.508	207.718.636	2.329.323.836	
Superávit (VI)	-	-	-	-	-	-	880.467.323	-	-	
Total (VII) = (V+VI)	19.030.710.407	3.173.642.574	22.204.352.981	4.298.777.803	19.875.029.144	4.571.507.326	20.547.777.831	207.718.636	2.329.323.836	

Despesas intraorçamentárias	Dotação inicial (d)	Créditos adicionais (e)	Dotação atualizada (f = d + e)	Despesas empenhadas		Despesas Liquidadas			Saldo a executar (f-i)
				Nov-dez 2008 (g)	Até o bimestre (h)	Nov-dez 2008 (i)	Até o bimestre (j)	% (j/i)	
Despesas correntes	868.833.100	486.286.541	1.355.119.641	350.700.095	1.320.821.520	351.753.103	1.320.821.520	97,47	34.298.121
Pessoal e encargos sociais	868.833.100	486.286.541	1.355.119.641	350.700.095	1.320.821.520	351.753.103	1.320.821.520	97,47	34.298.121
Total	868.833.100	486.286.541	1.355.119.641	350.700.095	1.320.821.520	351.753.103	1.320.821.520	97,47	34.298.121

Fonte: Sefaz/Sicof/SAF/Dicop.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão agregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64.

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Receita Tributária Mensal – Bahia – jan 2007-out 2008

(R\$ 1.000)

Jan-fev 2008	ICMS		Outras		Total	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008
Janeiro	686.829	799.172	54.915	80.784	741.744	879.956
Fevereiro	658.719	873.329	88.980	105.360	747.699	978.689
Março	613.636	762.968	73.067	91.822	686.703	854.790
Abril	684.917	759.911	71.947	102.448	756.864	862.358
Mai	652.214	746.918	120.539	128.088	772.753	875.006
Junho	689.535	831.137	97.797	117.469	787.332	948.606
Julho	678.286	725.767	102.972	131.386	781.258	857.154
Agosto	712.421	847.276	111.949	139.349	824.370	986.625
Setembro	722.414	821.628	105.617	130.227	828.031	951.855
Outubro	720.888	832.036	92.445	90.900	813.333	922.936
Novembro	732.449	811.058	67.094	87.201	799.543	898.259
Dezembro	809.230	746.839	109.217	123.495	918.447	870.334
Total	8.361.537	9.558.039	1.096.537	1.328.529	9.458.074	10.886.568

Fonte: Sefaz – Balancetes mensais.
Elaboração: SEI.

MUNICÍPIO

Balanço orçamentário

(Continua)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – jan-dez 2008							
(R\$ 1.000)							
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Nov-dez 2008 (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% c/a	
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	2.647.947	2.680.388.537	449.041.318	16,75	2.517.298.109	93,92	163.090.428
Receitas correntes	2.604.339	2.636.780.537	119.660.824	4,54	2.578.238.755	97,78	58.541.782
Receita tributária	803.523	811.601	119.661	14,74	785.241	96,75	26.360
Impostos	695.909	695.909	108.548	15,60	681.265	97,90	14.644
Taxas	104.936	113.014	10.847	9,60	102.675	90,85	10.339
Outras receitas tributárias	2.678	2.678	265	9,90	1.300	48,56	1.378
Receita de contribuições	88.620	93.089	18.562	19,94	91.257	98,03	1.832
Contribuições sociais	29.620	64.089	8.326	12,99	41.896	65,37	22.193
Contribuições econômicas	59.000	59.000	9.673	16,40	49.362	83,66	9.638
Receita patrimonial	47.764	47.764	9.673	20,25	62.838	131,56	(15.074)
Receitas imobiliárias	2.434	2.434	(4.473,17)	(183,78)	8.072	331,65	(5.638)
Receitas de valores mobiliários	17.387	17.387	(4.473)	(25,73)	28.438	163,56	(11.051)
Receitas de concessões e permissões	27.443	27.443	8.879	32,35	26.327	95,93	1.116
Outras receitas patrimoniais	500	500	-	-	-	-	500
Receita industrial	1.485	1.485	525	35,38	3.603	242,61	(2.118)
Receita da indústria de construção	1.485	1.485	525	35,38	3.603	242,61	(2.118)
Receita de serviços	13.525	13.525	52	0,38	1.756	12,98	11.769
Receita de serviços	13.525	13.525	52	0,38	1.756	12,98	11.769
Transferências correntes	1.526.568	1.528.871	303.305	19,84	1.513.868	99,02	15.003
Transf. intergovernamentais	1.400.489	1.400.489	294.820	21,05	1.480.293	105,70	(79.804)
Transf. de instituições privadas	3.819	3.819	1.533	40,14	5.275	138,13	(1.456)
Transf. de pessoas	110	110	36	33,16	45	40,75	65
Transferências de convênios	122.150	124.453	6.916	5,56	28.256	22,70	96.198
Outras receitas correntes	122.854	140.354	15.218	10,84	119.676	85,27	20.678
Multas e juros de mora	51.482	68.982	8.506	12,33	64.219	93,10	4.763
Indenizações e restituições	6.780	6.780	905	13,35	3.471	51,19	3.309
Receita da dívida ativa	53.664	53.664	5.153	9,60	43.174	80,45	10.490
Receitas diversas	10.928	10.928	-	-	8.812	80,64	2.116
Receitas de capital	172.231	172.231	10.671	6,20	59.309	34,44	112.922
Operações de crédito	10.642	10.642	-	-	2.405	22,60	8.237
Operações de crédito internas	10.642	10.642	-	-	2.405	22,60	8.237
Alienação de bens	100	100	70	-	56	55,73	44
Alienação de bens móveis	100	100	70	-	56	55,73	44
Transferências de capital	161.389	161.389	10.600	6,57	56.848	35,22	104.541
Transf. intergovernamentais	3.500.000	3.500.000	-	-	-	-	-
Transferências de convênios	157.889.000	157.889.000	10.600.452	6,71	56.648	0,04	157.832.352
Outras receitas de capital	100.000	100.000	-	-	-	-	-
Receitas de capital diversas	100.000	100.000	-	-	-	-	-
Dedução da receita corrente	(128.623.000)	(128.623.000)	(28.626.312)	22,26	(102.294)	0,08	(128.520.706)
Receitas intraorçamentárias (II)	374.111.000	48.411.000	11.443.927	23,64	36.234	0,07	48.374.766

(Conclusão)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – jan-dez 2008							
(R\$ 1.000)							
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Nov-dez 2008 (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% c/a	
Subtotal das Receitas (III) = (I + II)	2.685.358	2.728.708.203	460.485.245	15,37	2.104.490.690	77,12	624.217.513
Déficit (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Total (V) = (III + VI)	2.685.358	2.728.708.203	460.485.245	15,37	2.104.490.690	77,12	624.217.513
Saldos de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Sefaz/CGM/Supig.

Nota: Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal (SGF).

(R\$ 1.000)							
Receitas intraorçamentárias	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Nov-dez 2008 (b)	% (b/a)	Nov-dez 2008 (c)	% (c/a)	
Receitas Correntes	37.411	48.411	11.444	23,64	47.678	98,49	733
Receita de contribuições	34.816	40.116	9.520	23,73	42.195	105,18	(2.079)
Receita de serviços	2.595	8.295.000	1.907	0,02	5.465.979	65,89	2.829.021
Total	37.411	48.411.000	11.443.927	23,64	47.677.826	98,49	733.174

Fonte: Sefaz/CGM/Supig.

Nota: Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal (SGF).

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Salvador – jan.-dez. 2008										(R\$ 1.000)
Despesas	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c)	Despesas				% (h = g/c)	Saldo (i = c-g)	
				Empenhadas		Liquidadas				
				Nov-dez 2008 (d)	Até o bimestre (e)	Nov-dez 2008 (f)	Até o bimestre (g)			
Despesas (exceto intraorçamentárias)(I)	2.647.947	24.293.344	2.672.202.344	80.275.741	2.503.212.310	471.462.162	2.429.119.456	90,90	243.082.888	
Despesas correntes	2.255.155	142.252.503	2.397.407.503	63.823.220	2.253.033.731	423.416.395	2.183.394.169	91,07	214.013.334	
Pessoal e encargos sociais	708.935	118.875.706	827.810.706	36.276.116	810.982.881	179.579.625	808.109.515	97,62	19.701.191	
Juros e encargos da dívida	75.195	(2.383.882)	72.811.118	(1.638.331)	71.837.364	12.192.989	71.823.042	98,64	988.076	
Outras despesas correntes	1.471.025	25.760.679	1.496.785.679	29.185.435	1.370.213.485	231.643.780	1.303.461.612	87,08	193.324.067	
Despesas de capital	386.093	(111.260.159)	274.794.841	16.452.521	250.178.580	48.045.768	245.725.287	89,42	29.069.554	
Investimentos	239.480	101.584.480	137.895.520	2.016.901	113.747.784	19.718.522	109.496.491	79,41	28.399.029	
Inversões financeiras	3.900	-	3.862.000	-	3.824.000	350.000	3.622.000	93,79	240.000	
Amortização da dívida	142.713	(9.675.679)	133.037.321	14.435.620	132.606.796	27.977.246	132.606.796	99,68	430.525	
Reserva de contingência	6.699	(6.699.000)	-	-	-	-	-	-	-	
Despesas (Intraorçamentárias) (II)	37.411	22.217.285	59.628.285	11.299.371	51.982.825	11.655.229	44.655.707	74,89	14.972.578	
Subtotal das despesas (III) = (I + II)	2.685.358	46.510.629	2.731.830.629	91.575.112	2.555.195.135	483.117.392	2.473.775.163	90,55	258.055.466	
Superávit (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total (V) = (III + IV)	2.685.358	46.510.629	2.731.830.629	91.575.112	2.555.195.135	483.117.392	2.483.555.963	90,91	248.274.666	

Fonte: Setaz/CGM/Supig – Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal (SGF).

Despesas intraorçamentárias										(R\$ 1,00)
	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c)	Despesas				% (h = g/c)	Saldo (i = c-g)	
				Empenhadas		Liquidadas				
				Nov-dez 2008 (d)	Até o bimestre (e)	Set-out 2008 (f)	Até o bimestre (g)			
Despesas correntes	36.761.000	22.867.275	59.628.275	11.299.371	51.982.825	11.655.229	7.327.118	12,29	52.301.157	
Pessoal e encargos sociais	34.816.000	7.757.254	42.573.254	2.682.395	42.086.724	9.833.450	-	-	42.573.254	
Outras despesas correntes	1.945.000	15.110.021	17.055.021	8.616	9.896.101	1.821.779	7.327.118	42,96	9.727.903	
Despesas de capital	650.000	(649.990)	10	-	-	-	-	-	10	
Investimentos	650.000	(649.990)	10	-	-	-	-	-	10	
Total	37.411	22.217.285	59.628.285	11.299.371	51.982.825	44.655.707	7.327.118	12,29	52.301.167	

Fonte: Setaz/CGM/Supig – Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal (SGF).

No site da SEI você tem livre acesso às informações socioeconômicas e geoambientais do Estado da Bahia. Aqui é possível conhecer as estatísticas, pesquisas e estudos da SEI, consultar o banco de dados, fazer download gratuito de publicações e ler as últimas notícias da área. Tudo a um só clique.

